

REPÚBLICA
CAPITALISTA
OU SOCIALISTA



FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

COSTA, Fernando Nogueira da

República: Capitalista ou Socialista.

Campinas, SP: Blog Cidadania & Cultura, 2024. 140p.

1. Leis e Economia. 2. História Econômica e Política.
3. Desenvolvimento Econômico, Mudança Tecnológica e
Crescimento. 4. Sistemas Econômicos.

I. Título.

Sumário

<i>Prefácio</i>	5
<i>Introdução: Trindade Impossível</i>	9
<i>Capítulo 1. República</i>	14
Transição entre Senhores Feudais e Monarquias	14
Origem da República	16
Princípios Democráticos e Iluministas das Repúblicas	20
República Malsucedida	22
Regimes Oligárquicos em Repúblicas	26
Repúblicas com Ditaduras	30
Fascismo e Nazismo: Neofascismo de Volta	34
Diferença entre República Capitalista e Socialista	40
<i>Capítulo 2. Capitalismo</i>	42
Revoluções Burguesas: Republicanas e Capitalistas	42
Revoluções Políticas versus Revoluções Econômicas	48
Organizações dos Trabalhadores	52
Do Capitalismo ao Socialismo: Evolução Sistêmica em Longo Prazo	57
Estratégias de Desenvolvimento dos Países de Capitalismo Maduro	61
Estratégias de Desenvolvimento com Grande Força de Trabalho	65
Estratégias de Desenvolvimento com Força de Trabalho Média	69
Estratégias de Desenvolvimento com Força de Trabalho Pequena	72
Semelhanças e Diferenças entre Socialismo Utópico e Social-Democracia	77
Socialdemocracia versus Socialismo Real	82
Capitalismo Bem-sucedido na Irlanda e Socialismo Malsucedido em Cuba	86
<i>Capítulo 3. Socialismo</i>	92
Escolha de Sofia entre Diminuição da Pobreza ou da Desigualdade	92
Socialismo: Idealização e Realidade	96
Revisionismo do Marxismo	100
Socialismo: Revolução ou Re-Evolução Sistêmica?	103
Revoluções Socialistas com Governos Militarizados	107
Da Economia Primária Exportadora de Commodities à Socialista?	112
Cuba: Transição Socialista em Economia de Escassez?!	116
China: Bem-Sucedida por Socialismo de Mercado ou Capitalismo de Estado? ..	121

Conclusão. Socialdemocracia como Estágio na Transição Sistêmica .	128
Obras do Autor com links para download	133
Sobre o Autor.....	141

Prefácio

O meu objetivo neste estudo é aprender com a crítica às respostas oferecidas pelo ChatGPT para minhas inquietações sobre temas como a relação entre Leis e Economia, a história econômica comparativa entre países com estágios de desenvolvimento econômico diversos, as estratégias de crescimento baseadas em mudança tecnológica ou outros incentivos, em especial, fiscais, e, finalmente, os sistemas econômicos comparados, isto é, capitalismo em contínua evolução sistêmica e socialismo real, ainda experimental em tentativas e erros.

De acordo com a metodologia empregada, os principais resultados alcançados foi, primeiro, destacar a importância dos direitos de propriedade privada na evolução do sistema capitalista. Nas experiências de socialismo real, em economias subdesenvolvidas com sofrimento de escassez, inclusive de alimentos básicos, imaginar estarem em transição socialista apenas por meio da estatização dos meios de produção (ou expropriação da propriedade privada) e do planejamento exige um esforço de imaginação ideológica irrealista.

Esse tema – o fim da propriedade privada e a proibição da existência de mercado – no *socialismo realmente existente* é um tabu, cuja esquerda adota sem discuti-lo com profundidade. Necessita de maior conhecimento da Sociologia do Mercado, acerca das origens e do funcionamento do mercado. Explica um ponto de vista dessa realidade não encontrada na literatura econômica tradicional.

Apresenta uma visão mais completa dos mercados, com o apoio na visão de sua *estruturação social*. As relações sociais são essenciais para sua constituição, retirando-o do campo apenas da ideia de alocação de capital da Economia e o encontrando no cotidiano.

Há três grandes correntes sociológicas nos estudos dos mercados:

- a. a Teoria das Redes parte de um pressuposto de construção social do mercado a partir dos laços tradicionais de dada estrutura social;

- b. a Teoria Institucionalista parte do pressuposto de que a cognição e a ação servirem como base para o mercado, a partir de mecanismos de poder, normalmente político, e pelas normas;
- c. a Teoria da Performance acredita a formação dos mercados ser baseada na aplicação por indivíduos dos processos técnicos escolhidos por serem mais adequados à realidade cultural e cognitiva do momento.

A Sociologia do Mercado é um *campo interdisciplinar*, capaz de examinar os mercados não apenas como mecanismos econômicos, mas também como fenômenos sociais estruturados por instituições, culturas, e interações humanas. Oferece uma perspectiva alternativa diante do dogmatismo da esquerda ortodoxa.

Deve-se entender *os mercados como construções sociais*, onde normas, valores e relações sociais influenciam o comportamento econômico. Os mercados não são vistos como entidades puramente econômicas, mas como arenas onde as interações sociais moldam as transações.

As instituições *formais* (leis, regulamentos, organizações) e *informais* (normas, costumes) desempenham um papel crucial na formação e operação dos mercados. Elas definem as regras do jogo e influenciam o comportamento dos atores de mercado.

A forma como os mercados são regulados, tanto pelo Estado, quanto por entidades privadas, é fundamental para entender suas dinâmicas e funcionamento. Não se trata de eliminá-los, mas sim de regulá-los para operarem em favor de toda a sociedade – e não de poucos privilegiados com poder de domínio de partes de sua estrutura.

As redes de relações sociais são essenciais para a operação dos mercados. Conexões pessoais e profissionais facilitam a troca de informações, a confiança e a cooperação entre os participantes das negociações de compra e venda de bens e serviços.

O conceito de *capital social*, ou seja, os recursos disponíveis através das redes de relacionamentos, é importante para entender como indivíduos e organizações operam dentro dos mercados.

A cultura influencia as preferências, comportamentos e práticas de mercado. As normas culturais e os valores sociais moldam o considerado valioso e desejável no mercado.

Os mercados também são vistos como *sistemas de significação*, onde os produtos e serviços não apenas têm valor econômico, mas também simbólico. As *marcas*, por exemplo, têm significados culturais capazes de afetar o comportamento do consumidor.

As *relações de poder* influenciam como os mercados operam e quem se beneficia deles. Grandes corporações, governos e outros atores poderosos moldam muitos mercados de maneira a favorecer apenas seus interesses. *O contraponto é regulação, não eliminação.*

A Sociologia do Mercado investiga como as desigualdades sociais e econômicas são reproduzidas ou ampliadas pelos mercados. Isso inclui a análise de como o acesso aos mercados e os benefícios derivados deles são distribuídos de maneira desigual.

É sempre necessária a atualização do estudo de como novos domínios da vida social são transformados em mercadorias, um processo conhecido como *mercantilização*. Há mercantilização de aspectos da vida antes considerados fora do mercado, como a educação, a saúde – e até mesmo as relações pessoais, embora as sexuais já fossem exploradas como meio de sobrevivência há muito tempo.

A Sociologia do Mercado explora também a interseção entre Economia e Política, examinando como as decisões políticas influenciam os mercados – e vice-versa. Inclui a análise de políticas econômicas, *lobby* corporativo, e o papel do Estado na atividade econômica.

A pesquisa na Sociologia do Mercado utiliza uma ampla gama de metodologias, desde estudos qualitativos de caso até análises quantitativas de redes e economias. Usa estudos de caso específicos para ilustrar como os princípios teóricos se manifestam na prática. Esses estudos abrangem mercados variados, desde o mercado financeiro global até mercados locais de bens e serviços.

Portanto, o estudo da Sociologia do Mercado oferece uma perspectiva rica e multidimensional sobre os mercados, destacando

sua complexidade social e cultural. Ao incorporar fatores como instituições, redes sociais, cultura, poder e desigualdade, ela proporciona uma compreensão mais abrangente de como os mercados funcionam e como afetam a sociedade.

Em História Comparativa, veremos as sociedades de grandes populações e múltiplas atividades, sob o risco de fracasso, não poderem extinguir o funcionamento de mercados para a coordenação setorial por meio de preços. A Lei da Propriedade é incentivo fundamental também para os trabalhadores, não só para os capitalistas.

Na realidade, para o desenvolvimento econômico de qualquer república, seja capitalista, seja a assumida como socialista, é necessário combinar planejamento estratégico, mercado de capitais (entre outros) e investimentos em industrialização e tecnologia. Neste estudo, de maneira sintética e comparativa, examinarei as múltiplas experiências históricas de desenvolvimento econômico em evolução sistêmica, tanto no capitalismo, quanto no dito socialismo realmente existente.

Post-Scriptum (PS):

PS₁: evidentemente, a escolha da *coroa*, símbolo da Monarquia, para ilustrar a capa deste estudo sobre a República, é uma *ironia estética* proposital...

PS₂: existem no mundo, hoje, 44 países ainda adotando a Monarquia como forma de governo. A outra forma de governo popular no mundo é a República, a qual focaremos neste estudo.

Introdução: Trindade Impossível

O lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” é definido como um princípio da República. Os movimentos sociais, durante a Revolução Francesa, defendiam transformar as estruturas sociais e políticas existentes para promover uma *sociedade mais justa, igualitária e fraterna* (ou solidária).

Liberdade refere-se às liberdades civis e políticas dos indivíduos, como liberdade de expressão, liberdade de religião, direitos de propriedade e participação democrática na escolha de governo. Os defensores da República enfatizam a importância da *liberdade* como um princípio central para garantir os direitos e a autonomia dos cidadãos.

Destacam a importância da *igualdade de direitos, oportunidades e tratamento perante a lei*, para todos os membros da sociedade, independentemente de sua origem social, econômica ou étnica. Isso inclui a busca pela igualdade de gênero, de cor e socioeconômica, entre outras formas de desigualdade a serem superadas.

A *fraternidade* reflete o valor da solidariedade, cooperação e compaixão entre os cidadãos. Esse princípio enfatiza a importância de cuidar uns dos outros e trabalhar juntos para o bem comum, promovendo o espírito de comunidade e pertencimento.

Esses três ideais são considerados fundamentais para a construção de uma sociedade justa, livre e solidária. No entanto, quando a mente humana sai do *reducionismo binário*, tipo cartesiano, entre “nós contra eles” ou “deus (céu) ou diabo (inferno), “trabalhadores ou capitalistas”, com o *terceiro incluído*, o pensamento fica mais complexo diante da possibilidade de mais pares...

Uma Trindade Impossível se dá pela contradição lógica na *definição do divino* como onipresente, onipotente e onisciente. Se ele anuncia com certeza o futuro, deixa de ser onipotente ao perder o poder de o modificar. *O sobrenatural é ilógico?*

Outra Trindade Impossível ocorre em uma sociedade republicana, devido à impossibilidade de conciliar completamente aqueles três objetivos sociais fundamentais: liberdade individual, igualdade e solidariedade. Em qualquer sociedade democrática, não se alcança um equilíbrio perfeito entre esses três princípios, porque entram em conflito entre si.

Por exemplo, políticas públicas em busca de promover a *igualdade* tendem a limitar a liberdade individual de deixar herança para seus dependentes ou exigir sacrifícios de alguns grupos mais ricos em nome da *solidariedade*. Da mesma forma, a *liberdade individual* de escolha de carreiras profissionais resulta em disparidades econômicas e sociais diante os ideais de igualdade e solidariedade.

Embora seja difícil superar essa Trindade Impossível, em sua totalidade, as sociedades em busca de bem-estar social necessitam de encontrar um equilíbrio entre esses objetivos. Adotam políticas e práticas capazes de promover *uma combinação adequada de liberdade, igualdade e solidariedade*, adaptadas às suas circunstâncias específicas e valores culturais predominantes, inclusive com tolerância com os dissensos alternativos existentes ou respeito às minorias.

A pobreza pode ser superada, mas a desigualdade não desaparece. É possível reduzir quase toda a pobreza por meio de políticas sociais e econômicas eficazes, mas a eliminação completa da desigualdade é muito mais complexa, ou seja, exige interações entre muitos mais componentes econômicos, financeiros, políticos, sociais, educacionais e culturais como talentos individuais diversos.

Mesmo em sociedades onde a pobreza extrema é reduzida, ainda permanece disparidades significativas de renda, riqueza e oportunidades entre diferentes grupos socioeconômicos. A desigualdade persiste devido a estruturas econômicas, políticas governamentais, acesso desigual a recursos e oportunidades, bem como questões de discriminação e privilégio.

Embora seja difícil alcançar uma igualdade absoluta, é possível buscar uma sociedade mais justa e equitativa por meio de ações direcionadas à redução das disparidades socioeconômicas. Para tanto, é necessário obter um consenso social.

Em uma sociedade onde o amor paternal resulta na transferência de herança para os filhos e demais dependentes, sem eles terem trabalhado por ela, há uma tensão entre a liberdade individual de dispor da própria riqueza e a igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade. As disparidades de riqueza e oportunidades, obtidos com liberdade, confrontam os ideais de justiça e igualdade.

No entanto, com consenso social e político é possível conciliar o direito de transmitir riqueza para os filhos com políticas visando mitigar as desigualdades resultantes. É o caso de adoção de políticas fiscais progressivas, programas de assistência social, educação acessível e oportunidades de mobilidade econômica para todos os cidadãos. Isso requer um debate amplo e a implementação de políticas de modo a promoverem o bem-estar coletivo.

Então, a prioridade entre combater a pobreza ou a desigualdade varia dependendo das circunstâncias específicas de cada sociedade e das necessidades de seus cidadãos. Inicialmente, é mais urgente *superar a pobreza extrema*, garantindo todos os membros da sociedade terem acesso aos recursos básicos necessários para uma vida digna, como comida, moradia, saúde e educação.

Em outras circunstâncias, em sociedades mais ricas, torna-se mais importante abordar a desigualdade, buscando *reduzir as disparidades significativas de renda, riqueza e oportunidades* entre diferentes grupos socioeconômicos. Isso é crucial para promover uma sociedade mais justa, onde todos os cidadãos tenham chances equitativas de sucesso e prosperidade.

Para abordar tanto a pobreza quanto a desigualdade, de forma integrada, porque esses problemas costumam estar interconectados, é necessário partir de uma *abordagem holística* para eles serem resolvidos de maneira sustentável. Paradoxalmente, perante a multidão de seus denunciadores, a dita "financeirização" tem *efeitos mistos na mobilidade social dos trabalhadores investidores*.

Oferece oportunidades de investimento financeiros antes não disponíveis para os trabalhadores de baixa à alta renda, permitindo-lhes acumular riqueza financeira (e imobiliária), potencialmente, melhorando sua condição de vida e a situação de reservas para a

aposentadoria sem Previdência Social. No entanto, costuma aumentar a desigualdade, pois aqueles com acesso privilegiado a maior fluxo de renda e ao conhecimento financeiro tendem a se beneficiar mais na acumulação de estoque de riqueza diante aqueles sem esses recursos pessoais.

Por exemplo, no caso brasileiro, de acordo com o consolidado de distribuição de produtos do Varejo, em março de 2024, segundo dados coletados pela ANBIMA, o volume financeiro dos tipicamente trabalhadores alcançou cerca de R\$ 4,586 trilhões. Diante do PIB de R\$ 11 trilhões, estimado para março pelo Banco Central do Brasil, esse *estoque de riqueza* representa 42% do *fluxo de renda* em 12 meses.

O Varejo Tradicional acumulou R\$ 2,239 trilhões e o Varejo de Alta Renda quase R\$ 2,346 trilhões. Cada um desses segmentos de trabalhadores supera por pouco a riqueza financeira acumulada pelo *Private Banking*, segmento constituído tipicamente por “capitalistas”: R\$ 2,174 trilhões. O total das Pessoas Físicas somou R\$ 6,76 trilhões ou 61% do PIB com uma repartição do agregado mais equitativa.

O problema da desigualdade se apresenta na *riqueza per capita*. São 150 milhões de contas no Varejo Tradicional, 13,3 milhões no Varejo de Alta Renda e 156,4 mil de *contas exclusivas* do *Private Banking*. O número de contas não representa o número de CPFs. Cada cliente pode ter aplicações em mais de um produto ou mais de uma instituição. A ANBIMA passou a divulgar outro número de contas do *Private*: 727,6 mil em março de 2024. Os ricos investem 30% em ações, inclusive fundos.

Rendimentos, custos de manutenção e liquidez em mercados secundários são atributos capazes de distinguir os ativos (formas de manutenção de riqueza) entre si. Esses fatores afetam diretamente a rentabilidade e a facilidade de negociação de um ativo, sendo essenciais para os investidores ao avaliar suas opções.

Assim como inventaram o termo “financeirização” para denominar um antigo e progressivo processo de evolução sistêmica, agora criaram outro anglicismo: “assetização”. A *asset management* é a gestão de ativos: cuida do processo de transformar direitos a rendimentos (um fluxo) em *securities* (títulos ou saldos).

Esse ativo passa a ser comprado, vendido ou negociado no mercado financeiro. Portanto, envolve a *securitização de um fluxo de receitas futuras*, como empréstimos hipotecários, empréstimos estudantis ou recebíveis comerciais, convertendo-os em *títulos negociáveis*. Esse processo permite os investidores (trabalhadores e capitalistas) diversificarem seus portfólios e aumentar a liquidez para esses tipos de ativos. Não merece à *condenação ao inferno* pelos igualitários.

Capítulo 1. República

Transição entre Senhores Feudais e Monarquias

A formação das monarquias medievais na Europa está profundamente ligada à estrutura feudal prevalecente após a queda do Império Romano. Entretanto, a relação entre senhores feudais e a emergência das monarquias é mais complexa do que uma simples transformação de senhores de terras em nobres ou monarcas.

As origens das monarquias medievais encontram-se na desintegração do Império Romano. Com sua queda no século V, a Europa ocidental entrou em um período de fragmentação política e social. Sem uma autoridade central forte, o poder passou a ser exercido localmente por líderes militares e grandes proprietários de terras.

O feudalismo emergiu como a principal estrutura social, econômica e política na Europa medieval. Neste sistema, o rei era o senhor supremo em seus reinos, concedendo terras (feudos) a nobres (vassalos) em troca de lealdade e serviço militar.

Os senhores feudais, por sua vez, controlavam essas terras e tinham servos ou camponeses (servos) trabalhando nelas. A relação entre os senhores e os servos era de dependência mútua.

Inicialmente, muitos senhores feudais eram praticamente independentes, mas com o tempo, alguns líderes conseguiram consolidar mais poder com alianças militares para defender as terras – maior riqueza da época – diante de conquistadores. Suseranos centralizaram a autoridade em torno de si mesmos, formando reinos.

Esses líderes, descendentes de líderes tribais germânicos ou outros chefes militares, conseguiram estabelecer dinastias reais. Eles usaram alianças matrimoniais, guerras e acordos políticos para expandir e solidificar seu controle.

Enquanto consolidavam o poder, os nobres (originalmente senhores de terras) eram integrados à hierarquia da monarquia, recebendo títulos e privilégios em troca de sua lealdade ao rei. E ter

um *comportamento "cortês"* – capaz de usar de *cortesias*, própria de pessoa sem hábitos selvagens, bem-educada e gentil – nas *cortes* reais!

Esse processo transformou senhores locais em nobres. Contribuíam com tropas, reconheciam a autoridade do monarca e participavam na administração do reino.

Na França, os reis carolíngios, como Carlos Magno, conseguiram unificar grandes territórios sob um governo central. Após o colapso do Império Carolíngio, os Capetíngios emergiram como a dinastia dominante, consolidando lentamente o poder real sobre os nobres.

Na Inglaterra, a conquista normanda em 1066 por Guilherme, o Conquistador, unificou a Inglaterra sob uma monarquia. Ele distribuiu terras aos seus seguidores, criando uma nobreza com dívida de lealdade ao rei.

No Sacro Império Romano-Germânico, a fragmentação do império carolíngio levou à formação de um conjunto de estados ("unidades federativas" *avant la lettre*) sob a liderança do Sacro Imperador. Neles, os príncipes e outros nobres tinham grande autonomia, mas ainda reconheciam a autoridade do imperador.

A Igreja Católica desempenhou um papel crucial na legitimação das monarquias. A coroação de reis e imperadores envolvia rituais religiosos capazes de conferir uma aura divina ao governante, fortalecendo sua autoridade com a "predestinação divina" de sua dinastia.

A expansão econômica e o desenvolvimento do comércio ajudaram a fortalecer as monarquias. Com o aumento das receitas de confiscos, os reis podiam manter exércitos permanentes e burocracias para o ajudar a centralizar o poder.

A necessidade de defesa contra invasões vikings, magiares e sarracenos também impulsionou a centralização do poder no *suserano*. Tinha o domínio do feudo principal do qual dependiam outros feudos e vassallos. Aliados, podiam organizar a defesa de grandes territórios.

As monarquias europeias medievais, portanto, surgiram de um processo complexo e longo – *não por meio de revoluções súbitas*.

Envolveu a centralização do poder por líderes militares e políticos em um contexto de fragmentação feudal.

Embora muitos nobres tenham começado como senhores feudais, a transformação em monarquias envolveu a consolidação de poder, aliança com a Igreja, expansão econômica e necessidade de defesa militar. Esses fatores juntos ajudaram a formar as monarquias, algumas das quais, posteriormente, se tornaram os Estados-Nação da Europa moderna. Mas essa é outra história.

Origem da República

A origem da República como forma de governo remonta à Roma Antiga, especificamente ao período iniciado em 509 a.C., após a queda do último rei etrusco, Tarquínio, o Soberbo. A República Romana estabeleceu um sistema político sem monarquia, onde o poder era exercido por representantes eleitos e magistrados.

Este conceito foi revolucionário na época. Introduzia a ideia de *cidadania*: habitantes locais terem gozo de direitos sociais, inclusive para participar da vida política. Essa participação política mais ampla contrastava com a concentração de poder típica das monarquias.

Muitos séculos depois, os países começaram a adotar a República como forma de governo para evitar os abusos e a centralização de poder característicos das Monarquias absolutistas. O exemplo clássico é a Revolução Francesa de 1789. O povo derrubou a Monarquia e estabeleceu uma República baseada em ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Até surgir Napoleão e se proclamar Imperador em 1804.

As ideias do Iluminismo no século XVIII, com ênfase na razão, na igualdade e na soberania popular, influenciaram a adoção de governos republicanos. Filósofos como John Locke, Montesquieu e Rousseau argumentaram contra a monarquia e a favor de sistemas políticos baseados na representação e no governo do povo.

Em muitas guerras de libertação nacional, as colônias buscavam independência de suas metrópoles monárquicas. Logo, adotaram o modelo republicano como uma forma de romper com o

passado colonial e estabelecer novos sistemas de governo baseados na soberania popular.

Exemplo mais notável é a independência dos Estados Unidos em 1776. No acordo dinástico para a independência do Brasil, implantou-se aqui, em 1822, um Império dinástico até 1889, quando finalmente foi proclamada a República com um golpe militar.

O sucesso das ideias de Repúblicas como a dos Estados Unidos e a da França encorajou outros países a adotar regimes políticos semelhantes. Estes modelos, bem-sucedidos mais adiante, demonstraram ser possível criar governos estáveis e prósperos sem uma monarquia.

Em alguns países europeus, porém, a monarquia possuía um profundo enraizamento histórico e cultural. Monarcas eram vistos como símbolos de unidade nacional e continuidade histórica, dificultando pela tradição a transição para um sistema republicano.

As elites aristocráticas e nobres tinham muito a perder com a abolição da monarquia. Suas posições de poder e privilégio estavam vinculadas à estrutura monárquica. Essas elites apresentaram resistência às mudanças republicanas.

Nesses países, não houve movimentos revolucionários fortes ou populares o suficiente para derrubar a monarquia. Sem uma força significativa para impulsionar a mudança, ela permaneceu.

Algumas monarquias conseguiram se adaptar às mudanças sociais e políticas ao se transformar em Monarquias Constitucionais, onde o poder do rei ou rainha ficou delimitado por uma Constituição e o governo passou a ser conduzido por Parlamentos eleitos. Desse modo, muitos países europeus mantiveram a monarquia, enquanto incorporavam elementos de governança democrática com a aliança de uma maioria formada entre representantes de partidos capaz de indicar o Primeiro-Ministro para escolher seu ministério e governar.

A adoção da República ou a manutenção da Monarquia em diferentes países foi resultado, portanto, de uma combinação de fatores históricos, culturais, políticos e sociais. As Repúblicas surgiram em contextos nos quais havia uma rejeição ao poder monárquico, influências filosóficas favoráveis à soberania popular, e

movimentos revolucionários fortes. A persistência de algumas Monarquias foi garantida pela legitimidade histórica, pela resistência das elites e pela capacidade de adaptação das próprias instituições monárquicas.

A República (do latim *res publica*, "coisa pública") é uma estrutura política de Estado ou forma de governo na qual são necessárias três condições fundamentais para caracterizá-la:

1. uma maioria de pessoas em apoio;
2. uma comunidade de interesses e de fins nacionais; e
3. um consenso a respeito do Estado de Direito.

A República é vista, mais recentemente, como uma forma de governo na qual o chefe de Estado é eleito pelo povo ou seus representantes, tendo o seu mandato uma duração limitada. O Poder Executivo é contrabalançado pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário.

O Poder Moderador no Brasil foi um dos quatro poderes de Estado instituídos pela Constituição Brasileira de 1824 e concedido à monarquia. Hoje, o "quarto poder" é disputado pela imprensa, pelos militares, pelo Banco Central independente etc.

A República possui características distintas capazes de a diferenciar de outros regimes políticos, como as monarquias, as ditaduras e as oligarquias. A *soberania popular* a distingue.

O poder em uma República emana do povo, o qual exerce sua soberania através do voto. É diferente de uma *monarquia*, onde o poder pode ser hereditário e centralizado em um único soberano, ou uma *ditadura*, onde o poder é mantido por força militar e coerção.

Os cidadãos elegem representantes para tomar decisões em nome da maioria dos eleitores, definida através de eleições periódicas. Nas *ditaduras*, ao contrário, o poder não é representativo e é mantido por um indivíduo ou grupo sem eleições livres. Em uma *oligarquia*, o poder está nas mãos de uma pequena elite não eleita.

O governo republicano é caracterizado pela separação de poderes em três: Executivo, Legislativo e Judiciário. Isso garante um sistema de freios e contrapesos.

Em *regimes autoritários*, os poderes tendem a ser concentrados em um único órgão ou líder. Em *monarquias absolutistas*, o monarca pode deter controle absoluto sobre todos os poderes.

A República é regida por um conjunto de leis (Constituição Federal) ao qual todos, inclusive os governantes, devem obedecer. O Estado de Direito é fundamental, assegurando ninguém estar acima da lei.

Em *ditaduras*, as leis podem ser arbitrárias e sujeitas à vontade do governante. Em *oligarquias*, as leis podem ser manipuladas para favorecer a elite socioeconômica.

Em uma República, todos os cidadãos são considerados iguais perante a lei e têm direitos e deveres iguais. Em contraste, nas monarquias, especialmente as absolutistas, e em oligarquias, há privilégios legais para certas corporações, classes de renda e riqueza ou famílias.

O chefe de Estado republicano, como o presidente, é eleito, direta ou indiretamente, pelo povo ou seus representantes. Em uma *monarquia*, o chefe de estado é um monarca dinástico, ou seja, assume o poder por herança familiar. Em uma *ditadura*, o líder pode tomar e manter o poder por meio de força.

Os governantes em uma República são responsáveis perante os cidadãos e podem ser removidos do cargo através de processos legais ou eleições. Em *regimes autoritários*, os governantes não são responsabilizados por suas ações e permanecem no poder por períodos indefinidos.

A República promove a participação ativa dos cidadãos na vida política e cívica do país, incentivando o engajamento em processos eleitorais. Em *ditaduras*, a participação política, inclusive em manifestações em ruas, é suprimida pela força policial militar. Em *monarquias*, especialmente as absolutistas, a participação pode ser limitada ou simbólica.

Essas características ajudam a distinguir a República como um regime político em busca de equilibrar o poder, promover a participação cidadã e garantir a igualdade e a justiça sob a lei.

Princípios Democráticos e Iluministas das Repúblicas

As revoluções burguesas podem ser vistas tanto como republicanas quanto como capitalistas, dependendo do contexto específico e dos objetivos das lideranças de cada movimento. De maneira geral, elas promoveram a mudança política em curto prazo e a econômica em longo prazo.

Os Princípios Democráticos fundamentam as repúblicas modernas. Têm suas raízes nos ideais do Iluminismo e na evolução do pensamento político ao longo dos séculos. Esses princípios enfatizam a importância da razão, dos direitos individuais, da soberania popular e da igualdade perante a lei.

Colocam em primeiro lugar *a soberania popular*, ou seja, o poder político emana do povo, a fonte última de autoridade através da maioria dos seus votos. Os governos são escolhidos por meio de eleições livres e justas, nas quais os cidadãos indicam seus representantes.

Os Direitos Humanos e as Liberdades Individuais são consagrados. É obrigatória a proteção dos direitos fundamentais de todos os indivíduos, incluindo liberdade de expressão, religião, associação e imprensa. A atuação do Poder Judiciário é a garantia de as leis e políticas respeitarem e protegerem esses direitos.

Todos os cidadãos são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção e tratamento legal. Por isso, as leis devem ser aplicadas de maneira imparcial e justa, sem discriminação.

É crucial a separação dos poderes, pois a divisão do governo em poderes distintos (Executivo, Legislativo e Judiciário) para prevenir abusos de poder monolítico por um ditador. Cada um tem poderes e responsabilidades definidos e mecanismos de controle mútuo (*checks and balances*).

O governo tem de ser representativo da maioria expressa na vontade popular. Os cidadãos elegem representantes para tomar decisões em seu nome. Por isso, os sistemas eleitorais necessitam garantir a representação justa dos eleitores.

O Estado de Direito é outro pilar fundamental da república democrática. Significa *a supremacia da lei*, onde todos, incluindo os governantes, estão sujeitos às leis aprovadas em Congresso Nacional (ou Parlamento) representativo. Exige um sistema jurídico independente e imparcial.

Os Princípios Iluministas inspiram as repúblicas modernas. A racionalidade é o suporte da crença na capacidade humana de entender e melhorar o mundo através do uso da razão. Políticas e decisões devem ser baseadas em evidências racionais e científicas, em vez de superstição ou tradição religiosa.

Buscam o progresso e o aperfeiçoamento contínuos. A sociedade pode e deve progredir. Reformas sociais, políticas e econômicas visam melhorar o bem-estar humano e expandir a justiça.

O *secularismo* se refere à necessária separação entre religião e governo, garantindo as decisões políticas serem tomadas com base em interesses *seculares* – e não religiosos. Para isso, cabe o estabelecimento de um estado laico, respeitador de todas as crenças religiosas, sem favorecer nenhuma.

No lema da República, a Igualdade e a Fraternidade sugerem a busca de igualdade de direitos e oportunidades para todos, conjuntamente com a promoção da solidariedade e cooperação entre os cidadãos. Por exemplo, são essenciais as políticas de inclusão social, os direitos civis e o apoio mútuo entre diferentes grupos sociais.

Junta, no mesmo lema, está a defesa da liberdade pessoal, incluindo direitos civis e políticos para todos. Representa a garantia de os cidadãos poderem viver suas vidas livremente, sem interferência indevida do governo, caso uns não prejudiquem os outros.

Os exemplos históricos mais notáveis da adoção desses princípios encontram-se na Declaração de Independência dos EUA (1776), quando se articulou os princípios de igualdade, direitos inalienáveis (vida, liberdade e busca da felicidade) e a necessidade de governos derivarem seu poder do consentimento da maioria dos governados. Treze anos após, somou-se à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (adotada na França em 1789): enfatizou os direitos naturais, igualdade perante a lei, soberania popular e liberdade de expressão, pressagiando muitas constituições modernas.

Os princípios democráticos e iluministas das repúblicas se interrelacionam para promover um sistema político onde a razão, a justiça, os direitos individuais e a participação popular são centrais. Esses princípios orientam a formação de governos de modo a respeitarem a dignidade humana, promoverem a igualdade e garantirem a liberdade, criando sociedades mais justas e progressistas.

República Malsucedida

A experiência republicana na Inglaterra foi limitada. Logo, a Monarquia constitucionalista foi adotada, devido a uma combinação de fatores políticos, sociais e culturais.

A Guerra Civil Inglesa (1642-1651) foi um conflito entre os partidários do rei Carlos I e os parlamentares. Levou à execução do rei em 1649 e à abolição temporária da Monarquia.

Após a execução de Carlos I, a Inglaterra se tornou uma República sob o nome de *Commonwealth* [Comunidade], liderada por Oliver Cromwell como Lorde Protetor a partir de 1653. Apesar de a Inglaterra ser formalmente uma república, seu governo assumiu *características autocráticas*. Governou com poderes ditatoriais, dissolvendo o Parlamento quando este se opunha a ele.

O regime de Cromwell foi muito impopular, devido à sua austeridade religiosa e à repressão de dissidentes, tanto real, quanto apenas suspeita.

Após a execução de Carlos I e a abolição da monarquia, Cromwell e os seus aliados precisavam consolidar rapidamente o

poder para estabilizar o novo regime. Isso levou à centralização da autoridade em Cromwell. Assumiu de bom grado o título de Lorde Protetor em 1653.

Cromwell dissolveu o Parlamento em 1653 e governou através dos *Major Generals*. Eram oficiais militares leais a ele. Isso eliminou as vozes opositoras e deu a Cromwell controle ditatorial sobre o governo.

A guerra civil havia deixado a Inglaterra em um estado de grande instabilidade e fragmentação. Cromwell acreditava uma liderança forte e centralizada ser necessária para restaurar a ordem e evitar o colapso.

A ameaça de insurreições dos "realistas" (fiéis ao rei), levantes populares e conflitos com outras nações (como a guerra com os Países Baixos) sempre foi justificativa, na visão militar, de medidas autoritárias para garantir a segurança e a continuidade do regime republicano.

Na realidade, a Inglaterra não tinha uma tradição republicana estabelecida, porque suas instituições eram frágeis e experimentais. Isso dificultou a governança baseada em princípios democráticos ou de representatividade.

Havia divisões profundas entre várias facções políticas, incluindo os próprios parlamentares, os *Levellers*, os *Diggers* e outros grupos. A falta de consenso dificultou a criação de um governo estável e coeso sem uma ditadura militar imposta por Cromwell.

Pior, Cromwell era um puritano convicto e acreditava sua missão não ser apenas política, mas também religiosa – "esse filme é antigo". Ele viu seu governo como uma forma de implementar uma sociedade piedosa e moral, justificando, em sua visão religiosa, um controle mais rígido.

Cromwell se considerava um escolhido por Deus para guiar a nação. Esta pressuposta predestinação divina lhe conferia, em sua percepção, uma autoridade moral capaz de transcender as limitações de um governo meramente representativo.

O *Rump Parliament* e outras tentativas de criar um governo parlamentar estável falharam em várias ocasiões, devido a divisões

internas e sua ineficácia em atingir os fins almejados. Sua dissolução em 1653 foi uma resposta a essa disfunção.

A nova constituição, conhecida como Instrumento de Governo, estabeleceu Cromwell como Lorde Protetor com amplos poderes executivos, refletindo a falha das tentativas de um governo puramente parlamentar. Enfim, seu governo de Oliver Cromwell assumiu *características autocráticas*, devido à necessidade de consolidar o poder em um período de grande instabilidade, à falta de uma tradição republicana e às divisões políticas internas.

A centralização da autoridade, a eliminação da oposição e a visão pessoal de Cromwell sobre sua missão religiosa e moral contribuíram para a natureza autocrática do seu regime. Isto apesar da formalidade republicana. *Não garante a democracia...*

Oliver Cromwell era um líder militar, e seu regime apresentou muitas características de uma ditadura militar, apesar de ser formalmente uma República.

Foi um comandante destacado, durante a Guerra Civil Inglesa, liderando o Exército Parlamentar (*New Model Army*) contra as forças realistas de Carlos I. Sua carreira militar e suas vitórias foram fundamentais para seu poder e influência.

Cromwell tinha o apoio incondicional de seu exército. Este lhe dava uma base de poder significativa e a capacidade de impor sua vontade.

Quando, em 1653, dissolveu o Parlamento à força, com a ajuda de soldados, e assumiu o controle direto do governo, demarcou o fim da tentativa de uma governança parlamentar. Ocorreu a transição para um regime militarizado mais autoritário.

A nova Constituição, o Instrumento de Governo de 1653, estabeleceu Cromwell como Lorde Protetor com amplos poderes executivos, funcionando essencialmente como um chefe de estado com autoridade quase absoluta. Ele dividiu a Inglaterra em distritos militares governados por *Major Generals*, oficiais leais a ele. Esses generais tinham poderes extensivos para manter a ordem e implementar políticas, reforçando o controle militar sobre a sociedade civil.

Sob os *Major Generals*, o país foi governado com uma severa disciplina militar com muitas liberdades civis restringidas. A censura, a supressão de dissidentes e a imposição de valores puritanos foram características desse período.

Embora o regime de Cromwell fosse chamado de *Commonwealth* e ele tivesse o título de Lorde Protetor, na prática, o governo operava mais como uma ditadura militar. O Parlamento foi reduzido a um papel simbólico e consultivo.

Cromwell exercia um controle autocrático sobre o governo e a sociedade, com decisões importantes sendo tomadas por ele e seus conselheiros militares, sem a necessidade de aprovação parlamentar.

Após a morte de Cromwell em 1658, seu filho Richard Cromwell tentou assumir o poder, mas carecia da autoridade militar e política de seu pai, levando ao colapso do regime. Isso demonstrou a falta de um mecanismo estável de sucessão democrática, característica típica de regimes autoritários.

A instabilidade política e a insatisfação popular com o governo de Cromwell criaram um desejo de retorno à estabilidade e à ordem associadas à Monarquia. Em 1660, Carlos II, filho de Carlos I, foi convidado a retornar ao trono na chamada *Restauração*.

Ele prometeu governar de maneira a respeitar as limitações impostas pelo Parlamento, iniciando assim a transição para uma Monarquia Constitucionalista.

Após a Revolução Gloriosa (1688-1689), com a deposição de Jaime II e a ascensão de Guilherme III e Maria II ao trono inglês, ambos consolidaram a Monarquia Constitucionalista. O Parlamento tornou-se a principal autoridade governamental. A Declaração de Direitos de 1689 estabeleceu importantes princípios de governança parlamentar e direitos civis.

A Monarquia Constitucionalista estabeleceu um equilíbrio de poder entre o monarca e o Parlamento. Assegurou o rei ou a rainha governar dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Este sistema proporcionou uma estrutura estável na Inglaterra. Combinava tradição monárquica com governança representativa, garantindo continuidade e legitimidade.

A Monarquia tornou-se uma instituição profundamente enraizada na identidade e tradição inglesa. O retorno à ela foi visto como uma restauração da ordem natural.

A combinação de elementos monárquicos e parlamentares, portanto, foi uma solução pragmática. Evitou conflitos extremos e garantiu a governabilidade.

A limitada experiência republicana na Inglaterra e a subsequente adoção da Monarquia Constitucionalista resultaram de um processo de aprendizado político e social. A instabilidade e a autocracia durante o período republicano, juntamente com a forte tradição monárquica e a busca por um sistema equilibrado e estável, levaram à restauração da monarquia sob um novo modelo constitucional que conciliava tradição e governança democrática.

No experimento republicano inglês, é importante destacar o fato de, apesar de a Inglaterra ser formalmente uma República durante o governo de Oliver Cromwell, seu regime assumiu características autocráticas.

Embora a Inglaterra sob Oliver Cromwell fosse formalmente uma República, na prática, seu regime tinha muitas características de uma ditadura militar. Cromwell usou seu poder militar para consolidar a autoridade, governar diretamente com o apoio dos *Major Generals* e manter a ordem através de medidas repressivas. Essa centralização de poder e o controle militar direto definiram seu governo como mais autoritário em vez de ser democrático.

Regimes Oligárquicos em Repúblicas

Regimes oligárquicos, onde o poder está concentrado nas mãos de um pequeno grupo de pessoas ou elites, têm surgido em várias partes do mundo ao longo da história. Desde a Antiga Grécia, quando Esparta foi governada por uma oligarquia militar, conhecida como os "Éforos", e um conselho de anciãos, chamado "Gerúsia", o poder foi exercido por um pequeno grupo de elite militar e aristocrática.

O governo oligárquico de Esparta era sustentado pela rígida disciplina militar. Havia subordinação completa dos cidadãos ao Estado.

Durante a República Romana, o poder político era largamente dominado pelo Senado, composto principalmente por aristocratas e patrícios. As famílias nobres controlavam a maior parte da riqueza, além do poder político.

Apesar das instituições republicanas, o controle do Senado por um pequeno grupo de famílias aristocráticas fez Roma operar, de fato, como uma oligarquia.

A Sereníssima República de Veneza era um Estado no nordeste da península Itálica, com capital na cidade de Veneza. Existiu do século IX ao século XVIII. Foi governada por um conselho de nobres e comerciantes ricos, conhecidos como o Grande Conselho. Apenas membros das famílias nobres tinham o direito de participar do governo.

Dadas essas características, Veneza foi um exemplo clássico de oligarquia mercantil, onde a elite econômica detinha o controle político.

O Reino do Congo foi um reino autônomo, entre os séculos XIV e XIX, com extenso território por partes da África Central. Ocupava uma área estratégica com partes da atual Angola, República Democrática do Congo, Congo-Brazzaville e Gabão. Tinha uma oligarquia, composta por uma elite de nobres e líderes militares, capaz de controlar esses vastos territórios e recursos.

O poder era centralizado no rei, mas os nobres desempenhavam um papel crucial na administração e no controle local. O poder e a riqueza estavam concentrados nas mãos de poucos, exercendo controle autoritário sobre a população em geral.

No mesmo continente, na África do Sul, durante o regime do *apartheid* (1948-1994), o poder político e econômico era concentrado nas mãos da minoria branca. Implementou políticas de segregação racial para manter o controle sobre a maioria negra. Este regime oligárquico-racial assegurava apenas a minoria branca ter acesso ao poder político, econômico e social.

Na América do Sul, durante a chamada República Oligárquica (da década de 1880 à década de 1910), a Argentina foi governada por uma elite de latifundiários e empresários. Controlavam o sistema

político através do Partido Autonomista Nacional (PAN). O controle eleitoral e a manipulação política garantiam o poder permanecer sempre de posse de um pequeno grupo de elites socioeconômicas.

Até os Estados Unidos, no fim do século XIX e início do século XX, passaram pela Era Dourada (*Gilded Age*), caracterizada por grande concentração de riqueza e poder nas mãos de industriais ou “barões ladrões”. A influência econômica desses magnatas, via cartéis, se traduziu em poder político, afetando a legislação e a governança do país.

Na Eurásia, após o colapso da União Soviética, a Rússia pós-soviética viu a ascensão de oligarcas. Indivíduos oriundos da tecnoburocracia e/ou da KGB com informação privilegiada adquiriram enormes fortunas e influência política através da privatização de ativos estatais. Esses oligarcas detinham (e detêm) significativo poder econômico e político, influenciando decisões governamentais e políticas nacionais.

Portanto, os *regimes oligárquicos* surgem em condições nas quais a concentração de riqueza, poder militar ou social permite um pequeno grupo exercer controle desproporcional sobre a sociedade. Assumem diferentes formas, mas são caracterizados pela exclusão da maioria da população dos processos de tomada de decisão e pela concentração de poder nas mãos de uma elite restrita.

Uma *ditadura militar* pode ser considerada um *regime oligárquico* sob certas condições. Afinal, é um regime político no qual as Forças Armadas controlam o governo, geralmente, após um golpe de estado. O poder é concentrado nas mãos de oficiais militares.

A *oligarquia*, como visto, é um regime onde o poder está concentrado nas mãos de um pequeno grupo de pessoas ou elites. Podem ser definidas por riqueza, família, posição social ou outras características exclusivas, como as da corporação militar.

Na *ditadura militar*, o poder é concentrado em certo líder militar e/ou nos altos escalões das Forças Armadas. Na *oligarquia*, o poder é exercido por uma pequena elite, seja militar, econômica ou aristocrática.

Em ambas, há exclusão da maioria. Em *ditadura militar*, a participação política da população em geral é severamente restringida, com a tomada de decisões sendo limitada aos militares. Em governo de *oligarquia*, a maioria da população é excluída dos processos de tomada de decisão, reservados para a elite.

Em suas ditaduras, os militares controlam as principais instituições do Estado, incluindo o Poder Executivo, o Poder Legislativo e até mesmo o Poder Judiciário. A elite oligarca dominante também exerce controle significativo sobre as instituições políticas e econômicas do país.

Desse modo, *uma ditadura militar pode ser considerada oligárquica* se a governança for exercida por um grupo restrito de oficiais militares. Quando o poder é mantido por um pequeno grupo de oficiais de alta patente, encarregados de tomarem decisões chave, coletivamente, a estrutura de poder se assemelha a uma oligarquia.

Se os líderes militares formam alianças estreitas com elites econômicas ou sociais, compartilhando poder e benefícios, *a ditadura militar opera como uma oligarquia*.

Entre os exemplos históricos, coloca-se o Brasil de 1964 a 1984. Durante a ditadura militar brasileira, o poder foi exercido por um grupo restrito de oficiais das Forças Armadas. A elite militar estava em estreita aliança com elites econômicas, empresariais e agrárias, configurando um regime dominado por uma *oligarquia militar*.

A do Chile se prolongou de 1973 a 1990. Sob Augusto Pinochet, o regime militar chileno concentrava o poder em uma junta militar composta por altos oficiais das Forças Armadas. Pinochet e seus aliados militares e econômicos controlavam rigidamente o governo e a economia, caracterizando-se como uma *oligarquia militar*.

Desde o golpe de 1952, o Egito tem sido controlado por uma elite militar. Embora o poder tenha mudado de mãos várias vezes, a influência contínua e significativa dos militares na política e economia do país aponta para um *regime oligárquico militar*.

Enquanto uma ditadura militar e uma oligarquia são aparentemente conceitos distintos, uma ditadura militar pode ser

considerada um regime oligárquico, quando o poder está concentrado nas mãos de um pequeno grupo de líderes militares, e há uma aliança ou controle compartilhado com outras elites. A principal característica comum é a exclusão da maioria da população dos processos de tomada de decisão e a concentração de poder em um grupo restrito.

Repúblicas com Ditaduras

Em várias Repúblicas ao longo da história, líderes militares têm, de fato, se tornado ditadores. Esse fenômeno ocorre por diversos motivos, incluindo crises políticas, econômicas ou sociais.

Elas enfraquecem as instituições democráticas e criam um vácuo de poder. Com oportunismo, alguns militares o preenchem.

Entre os exemplos históricos, destaca-se Napoleão Bonaparte, após a Revolução Francesa. A França estava em um caos político e militar. Napoleão tornou-se um general de sucesso, usou sua popularidade e poder militar para tomar o controle do governo, em 1799, e se declarou imperador em 1804. As razões eram evidentes: fragilidade das instituições republicanas, caos político e necessidade de ordem e estabilidade.

Em 1973, após um período de instabilidade política e econômica sob o governo dito socialista de Salvador Allende, no Chile, Augusto Pinochet liderou um golpe militar e estabeleceu uma ditadura com duração até 1990. Argumentou com a paranoia anticomunista da Guerra Fria, o apoio de elites econômicas e políticas, e o desejo de restaurar a ordem no país convulsionado.

No Oriente Médio, Muammar Gaddafi, em 1969, liderou um golpe de estado contra a monarquia líbia e instaurou um regime ditatorial, mantido até 2011. Havia vácuo de poder e falta de instituições democráticas fortes, além do desejo de implementar uma ideologia nacionalista-militar.

Na vizinhança (Egito), em 1952, Gamal Abdel Nasser já tinha sido uma figura-chave no golpe de estado contra a monarquia egípcia. Ele se tornou presidente em 1956, consolidando seu poder e estabelecendo um regime autoritário. Também atendia a um

nacionalismo canhestro, à necessidade de modernização e reformas, e ao desejo de eliminar a influência colonial.

Francisco Franco foi um general militar espanhol, líder das forças nacionalistas na derrubada da Segunda República Espanhola, durante a Guerra Civil Espanhola(1936-1939). Posteriormente, governou a Espanha de 1939 a 1975 como ditador, assumindo o título de *Caudillo*.

Esse período da história espanhola, desde a vitória nacionalista até a morte de Franco, é comumente conhecido como *ditadura franquista*. Após a vitória militar sobre as forças republicanas, justificou como de hábito haver a necessidade de restaurar a ordem e suprimir a ameaça do comunismo. Aliou-se com o regime fascista italiano de Mussolini e o nazista alemão de Hitler.

Em muitas Repúblicas, quando as instituições democráticas são frágeis ou subdesenvolvidas, tornam-se vulneráveis a crises e intervenções militares. Os oportunistas líderes militares da extrema-direita costumam se posicionar como “salvadores da pátria”, ou seja, solucionadores de crises, utilizando a estrutura disciplinada e organizada das Forças Armadas para preencher o vácuo de poder.

É uma oportunidade para o oficialato, ao ocupar cargos ministeriais, ter uma grande mobilidade social. Acumula fortuna pessoal.

As crises econômicas e sociais desestabilizam governos republicanos civis e aumentam a demanda de parte da sociedade, geralmente, a religiosa, conservadora e em busca de segurança pública, por uma liderança autoritária e decisiva. Os militares são vistos então como capazes de restaurar ordem e estabilidade, justificando a tomada de poder.

Generais e líderes militares gozaram de grande prestígio e respeito quando tiveram feitos “heroicos” no campo de batalha. Não foi o caso de várias ditaduras, inclusive a brasileira, quando não havia esse prestígio, alcançado por vitórias militares, a ser utilizado para mobilizar apoio popular e político para a tomada de poder.

Em contextos nos quais partidos políticos e outras instituições civis são fracos ou desorganizados, os militares se apresentam como

a única força organizada e coesa. A falta de alternativas imediatas viáveis engana a parte mais ignorante da população, aproveitando as elites para apoiar um governo militar como a única solução prática.

Líderes militares justificam a tomada de poder com base na segurança nacional e na proteção contra ameaças internas ou externas, mesmo sendo mitos acalentados pela ideologia anticomunista da Guerra Fria anacrônica. O medo de desordem, revoluções ou invasões imaginárias é usado para legitimar regimes militares autoritários.

Em muitas Repúblicas, líderes militares tendem a se tornar ditadores, devido à combinação de instituições frágeis, crises políticas e sociais, prestígio militar, falta de alternativas políticas e ideologias de segurança nacional. Esses fatores criam um ambiente onde a intervenção militar é vista como uma solução para restaurar ordem e estabilidade, levando à concentração de poder nas mãos de líderes militares e à erosão de processos democráticos.

Curiosamente, como visto, isso também ocorreu em “países avançados” diante dos abaixo da linha do Equador, menosprezados como “repúblicas das bananas”. Oliver Cromwell se tornou essencialmente um ditador, apesar de a Inglaterra ser formalmente uma República durante seu governo. Tornou-se um caso clássico.

Ele se destacou como líder militar durante a Guerra Civil Inglesa, comandando as forças parlamentares contra o rei Carlos I. A execução dele, em 1649, e a abolição da monarquia abriram caminho para Cromwell e seus aliados militares assumirem o controle do governo.

Em 1653, Cromwell dissolveu o Parlamento à força, alegando sua ineficácia e corrupção. Esse golpe de estado marcou o fim do governo parlamentar efetivo.

Este caso revela como Oliver Cromwell se tornou um ditador na prática, apesar do título formal de Lorde Protetor e da manutenção de algumas instituições republicanas. Ele governou com autoridade quase absoluta, utilizando o poder militar para manter o controle e suprimir a oposição. Seu regime é um exemplo clássico de como um líder militar consolida o poder em uma República, transformando-a efetivamente em uma ditadura.

Na história da República Brasileira, houve dois períodos distintos quando os militares assumiram o poder e governaram de forma autoritária, geralmente considerados como ditaduras militares. Esses períodos são o da República Velha (com o período do Governo Provisório) e a Ditadura Militar pós-1964.

Na República Velha, durante a transição da monarquia para a república, o Brasil teve um período inicial de governo militar. O Marechal Deodoro da Fonseca liderou o golpe de estado contra a monarquia em 1889 e proclamou a República. Governou inicialmente como chefe do Governo Provisório e depois como presidente, mas seu governo enfrentou crise econômica e política.

Foi marcado por conflitos internos e autoritarismo, especialmente, na dissolução do Congresso em 1891. Levou à sua renúncia e substituição pelo Marechal Floriano Peixoto no período 1891-1894.

Este assumiu a presidência após a renúncia de Deodoro da Fonseca. Conhecido como "Marechal de Ferro", governou com "mão pesada" durante um período de grande instabilidade. Seu governo foi marcado por repressão a rebeliões e forte controle militar com a finalidade de consolidar a República brasileira e afastar qualquer ameaça monarquista.

O período da Ditadura Militar (1964-1984) é o mais longo na história recente do Brasil. Uma série de presidentes militares governou o país após um golpe para depor o presidente João Goulart.

O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no período 1964-1967, foi o primeiro presidente militar após o golpe de 1964. Implementou reformas institucionais e econômicas, além de fortalecer o aparato de segurança militar.

Iniciou o regime autoritário com a institucionalização do Ato Institucional nº 1. Deu poderes extraordinários ao Executivo.

O governo Marechal Artur da Costa e Silva, no período 1967-1969, intensificou a repressão política com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Fechou o Congresso e suspendeu direitos civis. Governou durante um dos períodos mais repressivos da

ditadura, marcado por mortes, prisões e torturas, tudo sob censura na imprensa.

O General Emílio Garrastazu Médici, no período 1969-1974, presidiu durante o "Anos de Chumbo", o auge da repressão política e das violações dos direitos humanos. Ocorreu durante o período de crescimento econômico conhecido como "Milagre Econômico". A repressão aos opositores do regime teve um aumento significativo de presos políticos, torturas e desaparecimentos.

O General Ernesto Geisel, no período 1974-1979, após a vitória eleitoral da oposição para o Congresso Nacional, iniciou um processo de abertura lenta e gradual (distensão política), buscando uma transição controlada para a democracia. Embora tenha iniciado a abertura política, seu governo ainda reprimiu movimentos de oposição e enfrentou resistência da ultradireita dentro das próprias Forças Armadas.

O General João Baptista de Oliveira Figueiredo, no período 1979-1984, foi o último presidente militar. Deu continuidade ao processo de abertura política, culminando na anistia política e na derrota do regime no Colégio Eleitoral, pressionado pela massiva *Campanha das Diretas Já*. Essas grandes manifestações pela volta da democracia, prepararam o terreno para a *eleição indireta*, onde se escolheu o presidente civil Tancredo Neves.

Durante a história da República Brasileira, portanto, houve seis militares com governos ditatoriais: dois durante a República Velha (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) e quatro durante a Ditadura Militar (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo). Esses líderes usaram o poder militar para consolidar seu controle sobre o governo à custa de liberdades civis e democráticas.

Fascismo e Nazismo: Neofascismo de Volta

O fascismo italiano e o nazismo alemão emergiram e se consolidaram em repúblicas democráticas, aproveitando-se contextos de graves crises econômicas, sociais e políticas. Essas crises criaram um ambiente propício para movimentos autoritários ganharem apoio eleitoral e tomarem o poder. Depois, destruíram a democracia.

Valer recordar, sinteticamente, os fatores específicos para o sucesso eleitoral e subsequente consolidação de poder por parte do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha. O neofascismo ameaça em vários Estados contemporâneos, onde a extrema-direita se organizou por meio de redes sociais, religiosas e policiais-militares, inclusive no Brasil: temos de aprender com a lamentável História.

A Itália, apesar de ter ficado do lado vitorioso na Primeira Guerra Mundial, sofreu grandes perdas humanas e materiais. O país sentiu-se traído pelo Tratado de Versalhes, porque não atendeu plenamente às suas aspirações territoriais.

A economia italiana estava em ruínas, com alta inflação, desemprego em massa e agitação social, incluindo greves e ocupações de fábricas por trabalhadores. O sistema político italiano era frágil, com uma série de governos de coalizão ascendendo e colapsando rapidamente. A incapacidade dos governos democráticos de lidar com os problemas econômicos e sociais aumentou o descontentamento popular.

Benito Mussolini e seu Partido Nacional Fascista usaram táticas de intimidação e violência paramilitar (por meio dos "camisas negras") para criar um clima de medo e desordem. Em outubro de 1922, Mussolini organizou a Marcha sobre Roma, uma demonstração de força para pressionar o rei Vítor Emanuel III a nomeá-lo como primeiro-ministro.

Uma vez no poder, Mussolini rapidamente tomou medidas para consolidar seu controle. Ele obteve poderes de emergência, suprimindo a oposição e transformando a Itália em um Estado de partido único. A propaganda fascista e a repressão violenta de adversários políticos garantiram Mussolini manter-se no poder até a II Guerra Mundial.

A Alemanha, derrotada na I Guerra Mundial, foi severamente punida pelo Tratado de Versalhes, resultando em perdas territoriais, desmilitarização e pesadas reparações de guerra. Isso gerou um profundo ressentimento entre a população alemã.

A humilhação nacional e a percepção de traição ("a lenda da punhalada nas costas") foram exploradas por grupos nacionalistas em ambiente econômico propício à sublevação. A hiperinflação no início

dos anos 1920 e a Grande Depressão a partir de 1929 devastaram a economia alemã, causando desemprego em massa, pobreza e desespero generalizado.

A incapacidade da República de Weimar de lidar eficazmente com a crise econômica e a instabilidade política levou a uma perda de confiança nas instituições democráticas. Temia-se uma rebelião em massa, dada a revolta popular.

O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), liderado por Adolf Hitler, capitalizou o descontentamento popular com promessas de restauração da grandeza alemã, revogação do Tratado de Versalhes e recuperação econômica.

Em eleição realizada em 1932, o NSDAP se tornou o maior partido no Reichstag, mas não obteve a maioria absoluta. Em janeiro de 1933, após uma série de manobras políticas e pressão das elites conservadoras, Hitler foi nomeado chanceler pelo presidente Paul von Hindenburg.

Após o incêndio do Reichstag em fevereiro de 1933, Hitler usou o evento como pretexto para suspender liberdades civis e prender opositores políticos. A Lei de Plenos Poderes, aprovada em março de 1933, permitiu a Hitler governar por decreto, efetivamente estabelecendo uma ditadura.

A repressão violenta de adversários, a criação de um Estado policial e a propaganda intensa consolidaram o controle nazista sobre a Alemanha.

Tanto o fascismo italiano quanto o nazismo alemão emergiram em *contextos de crise extrema*, onde as instituições democráticas eram vistas como incapazes de resolver os problemas da sociedade. Em ambos os casos, líderes carismáticos utilizaram táticas de intimidação, violência e propaganda para obter apoio popular.

Porém, uma vez no poder, rapidamente desmantelaram as estruturas democráticas para estabelecer regimes autoritários. A combinação de desespero econômico, instabilidade política e ressentimento nacional criou as condições para a ascensão desses movimentos autoritários.

O nazifascismo e o neofascismo contemporâneo compartilham algumas semelhanças ideológicas e táticas, mas também apresentam diferenças significativas, devido às mudanças nos contextos históricos, sociais e políticos. Apresento uma análise esquemática das semelhanças e diferenças entre esses movimentos.

Semelhanças entre Nazifascismo e Neofascismo Contemporâneo:

1. *Nacionalismo Extremado*: ambos os movimentos enfatizam um forte nacionalismo, frequentemente acompanhado por um sentimento de superioridade nacional e xenofobia.
2. *Autoritarismo*: tanto o nazifascismo quanto o neofascismo advogam por um governo autoritário, rejeitando o liberalismo, a democracia representativa e as liberdades civis.
3. *Culto à Personalidade*: os dois movimentos promovem líderes carismáticos vistos como "salvadores da pátria", necessitando de poder quase absoluto para realizar suas visões.
4. *Uso da Violência e Intimidação*: a violência e a intimidação contra opositores políticos, minorias e outras comunidades marginalizadas são comuns em ambos os movimentos com uso de grupos paramilitares e milícias para esses fins.
5. *Propaganda e Controle da Mídia*: no uso da propaganda para manipular a opinião pública e controlar a narrativa política, a mídia é atacada e desacreditada.

Diferenças entre Nazifascismo e Neofascismo Contemporâneo:

1. *Contexto Histórico*: o nazifascismo surgiu na Europa no período entre as duas guerras mundiais, em um contexto de crise econômica, instabilidade política e ressentimento pós-Primeira Guerra Mundial; o neofascismo emergiu após a Segunda Guerra Mundial e, especialmente nos últimos anos, em resposta

a crises econômicas, globalização, imigração em massa e mudanças sociais rápidas.

2. *Foco Ideológico:* o nazismo, em particular, era centrado no racismo biológico e no antissemitismo extremo, promovendo a ideia de uma "raça superior ariana", mas o fascismo italiano também era nacionalista e imperialista, embora com menor ênfase racial diante do nazismo; o neofascismo contemporâneo, ainda xenófobo, expressa sua *islamofobia* e racismo, na oposição à imigração e em um nacionalismo cultural, além de usar a retórica da "defesa da civilização ocidental" contra o multiculturalismo.

3. *Estratégias e Táticas:* o nazifascismo tomou o poder através de golpes de estado ou manipulação de sistemas democráticos e rapidamente estabeleceu regimes totalitários com controle total sobre o Estado; o neofascismo usa mais táticas de infiltração dentro dos sistemas democráticos existentes, tentando influenciar políticas através de partido(s) político(s), movimentos sociais e meios de comunicação, sendo mais adaptável às leis democráticas ao operar dentro das fronteiras da legalidade para evitar repressões enquanto não ascende ao poder – depois altera seu comportamento.

4. *Tecnologia e Comunicação:* o nazifascismo utilizava os meios de comunicação de massa disponíveis na época, como rádio, cinema e imprensa; o neofascismo explora a internet e as redes sociais para disseminar sua ideologia, recrutar membros e organizar ações, tornando-se muito mais eficaz em termos de alcance e mobilização rápida.

Portanto, o nazifascismo, incluindo tanto o fascismo italiano de Benito Mussolini quanto o nazismo alemão de Adolf Hitler, e o neofascismo contemporâneo compartilham algumas semelhanças ideológicas e de estilo. Mas também apresentam diferenças significativas devido a mudanças históricas, sociais e políticas.

O neofascismo mantém um forte nacionalismo com foco na identidade nacional e na oposição à imigração e à globalização. Sua xenofobia e racismo transparece de forma mais velada.

Promove ideias autoritárias, como a centralização do poder, restrição das liberdades civis, e uma ênfase na lei e ordem. De maneira anacrônica, expressa sua ideologia de extrema-direita ao se opor à esquerda como ela ainda fosse adepta do comunismo (ou socialismo real), utilizando a retórica da ultrapassada Guerra Fria para mobilizar apoio.

O neofascismo continua a adotar estratégias populistas, apresentando-se como "a voz do povo comum" contra as elites corruptas. Defende o armamentismo e políticas demagógicas, em suposto benefício de sua base de apoio, insustentáveis em longo prazo.

As maiores diferenças entre nazifascismo e neofascismo dizem respeito aos distintos contextos históricos e sociais. O neofascismo surge em um contexto de globalização, crises econômicas contemporâneas, imigração em massa, e a ascensão das mídias sociais. As ameaças percebidas e as questões centrais são diferentes das do período entreguerras.

Embora inclua elementos de racismo e xenofobia, tenta evitar a retórica explicitamente racista e antissemita do nazismo por ela ser considerada crime em países atentas para seu mal. Em lugar dela, foca em retórica anti-imigração e islamofóbica, disfarçada de preocupações culturais e de segurança.

Como estratégias de comunicação, o nazifascismo utilizou propaganda estatal centralizada, rádio, jornais e eventos públicos para mobilizar apoio. O neofascismo utiliza extensivamente as mídias sociais e a internet para espalhar suas ideias, mobilizar seguidores e organizar eventos. A descentralização e a natureza viral das mídias sociais permitem uma disseminação mais rápida e ampla das ideias neofascistas.

Ele se organiza de forma menos hierárquica e mais descentralizada, se comparado às milícias paramilitares como os SA e SS na Alemanha nazista. Brota de grupos informais, movimentos

online e partidos políticos com negação de ser fascistas, embora adotem ideologia de extrema-direita.

Embora se apresente como nacionalista, ele se conecta internacionalmente com essa extrema-direita através de redes online. Compartilha suas táticas e retóricas, mas sem as mesmas ambições imperialistas explícitas do nazifascismo.

Embora o neofascismo contemporâneo compartilhe várias características ideológicas e táticas com o nazifascismo histórico, ele opera em um contexto significativamente diferente. Por isso, adaptou suas estratégias de comunicação, organização e retórica para se ajustar às realidades políticas e sociais do século XXI.

O neofascismo tende a ser mais velado em suas expressões de racismo e autoritarismo, utilizando as mídias sociais para difundir suas mensagens e conectar seguidores globalmente. A evolução dos meios de comunicação e as mudanças nas condições socioeconômicas moldaram a maneira como essas ideologias são promovidas e percebidas hoje.

Diferença entre República Capitalista e Socialista

A principal diferença entre uma República Capitalista e uma República Socialista reside na forma como a economia é organizada e os recursos são distribuídos.

Na República Capitalista, a maioria dos recursos e meios de produção (como fábricas, terras e empresas) são de propriedade privada. As pessoas e empresas têm o direito de possuir e operar esses ativos com o objetivo de obter lucro.

Predomina a Economia de Mercado, porque os preços dos bens e serviços são determinados pelo mercado, ou seja, pela oferta e demanda. O governo tem uma intervenção limitada na economia, embora possa regulamentar certos setores para garantir a concorrência e proteger os consumidores.

Os indivíduos têm a liberdade de escolher suas profissões, iniciar negócios e investir em diferentes setores. O lucro é um motivador central, incentivando inovação e eficiência.

A desigualdade econômica costuma ser mais pronunciada. A distribuição de riqueza depende da capacidade individual de gerar renda e acumular capital, seja imobiliário, seja financeiro.

Na República Socialista, a maioria dos recursos e meios de produção são de propriedade estatal. O Estado ou organizações comunitárias gerenciam a economia em nome do povo.

A alocação de recursos, produção e distribuição de bens e serviços são geralmente determinados por um plano centralizado, em vez de pelo mercado. Visa garantir as necessidades básicas de todos serem atendidas, nem sempre com sucesso.

Há um foco na redução das desigualdades econômicas e na promoção da igualdade social. Isso é, de maneira pressuposta, alcançado através de redistribuição de renda e serviços sociais, como educação e saúde públicas.

No entanto, a liberdade econômica individual costuma ser mais restrita, com menos ênfase na iniciativa privada e na busca de lucro. O objetivo é o bem-estar coletivo acima dos interesses individuais.

Em tese, uma República Capitalista enfatiza a propriedade privada, a liberdade econômica e a eficiência de mercado, frequentemente resultando em maior desigualdade econômica. Por sua vez, uma República Socialista prioriza a propriedade coletiva, o planejamento econômico e a igualdade, buscando garantir todos os cidadãos terem acesso aos recursos necessários para uma vida digna.

No próximo capítulo, examino se a eliminação da pobreza e a igualdade de oportunidades, em uma mesma "linha de partida" para todos, em vez de acenar com a ilusória eliminação da desigualdade, não é uma abordagem mais realista ou pragmática. Construir Estados de Bem-Estar Social se mostrou possível em regimes políticos socialdemocratas com hegemonia de partidos de origem trabalhista-sindical como nos países nórdicos.

Capítulo 2. Capitalismo

Revoluções Burguesas: Republicanas e Capitalistas

As revoluções burguesas foram movimentos políticos ocorridos, principalmente, entre os séculos XVII e XIX, marcando a transição de sistemas feudais ou absolutistas para sistemas capitalistas e democráticos. Essas revoluções foram assim denominadas por terem sido impulsionadas pela classe burguesa emergente em busca de maior poder político e econômico. Sendo assim, *o povo serviu como massa-de-manobra sem ter consciência ou propósito?*

A primeira delas foi a Revolução Inglesa (1642-1651), causadas pelos conflitos entre o rei Carlos I e o Parlamento britânico sobre questões de poder e finanças, bem como tensões religiosas. Provocou uma Guerra Civil Inglesa entre os *Royalistas* (apoiadores do rei) e os Parlamentaristas.

Suas consequências imediatas foram a Execução de Carlos I e o breve estabelecimento da República sob Oliver Cromwell, a única experiência histórica republicana na Inglaterra. Após a Revolução Gloriosa de 1688, houve a restauração da Monarquia com limites constitucionais estabelecidos: "o rei (ou rainha) reina, mas não governa".

Quase um século depois, a chamada Revolução Americana (1775-1783), na verdade, uma Guerra de Independência das 13 colônias britânicas na América do Norte, teve como causa o crescente descontentamento delas com a administração britânica, tributação sem representação e restrições comerciais. A Declaração de Independência, em 1776, ocorreu durante uma guerra entre as colônias americanas e a Grã-Bretanha.

A metrópole havia deixado de ser absolutista e se tornado uma Monarquia parlamentarista com base constitucional. O surgimento da nova classe social dos burgueses como fruto da Revolução Industrial levou a burguesia a ter poder político.

Seus interesses visavam à ampliação de mercados consumidores, da indústria, além da busca por novas matérias-

primas. Assim, as Treze Colônias passaram a ser vistas como parte desse processo de subordinação aos seus interesses, ou seja, elas se submetiam aos desígnios da Inglaterra.

A Independência dos Estados Unidos levou ao estabelecimento de uma república baseada em princípios democráticos e iluministas. Sua constituição influenciaria outros movimentos revolucionários.

O caso mais notável foi a Revolução Francesa (1789-1799), causada pela desigualdade social e econômica, entre a nobreza e os demais habitantes da França. Sob a influência das ideias iluministas e o descontentamento com a Monarquia absolutista, houve a falência do Estado em eventos marcantes como a Queda da Bastilha, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o Reinado do Terror e a ascensão de Napoleão Bonaparte.

Com o fim da monarquia absoluta, a criação da Primeira República Francesa levou à disseminação de ideias revolucionárias e dos princípios republicanos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade a todo o mundo.

O *Congresso de Viena* foi uma conferência entre embaixadores das grandes potências europeias, na capital austríaca, entre setembro de 1814 e junho de 1815. Sua intenção era a de redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França napoleônica na primavera anterior.

Pretendia também restaurar os tronos das famílias reais derrotadas pelas tropas de Napoleão, por exemplo, a restauração dos Bourbons. Temia-se uma nova revolução. Foi então criada a *Santa Aliança*, um acordo político selado entre as grandes potências monarquistas da Europa: Império Russo, Império Austríaco e Reino da Prússia.

Estabelecida entre os soberanos europeus, diziam “propagar os princípios da Fé cristã”. Na verdade, buscavam manter o *absolutismo* como filosofia do Estado e sistema político dominante na Europa.

As Revoluções de 1848 (conhecidas em conjunto como *Primavera dos Povos*) ocorreram como reflexo do descontentamento com a ordem conservadora pós-Congresso de Viena. Havia demandas por reformas políticas e sociais, diante da crise econômica e da fome.

Explodiram revoltas em vários países europeus, incluindo França, Alemanha, Áustria, Itália e Hungria, nem todas com sucesso.

Elas tinham características comuns, como a demanda por reformas políticas, sociais e econômicas, além de uma forte inspiração nos ideais liberais e nacionalistas do período.

Naquele contexto, as demandas políticas e sociais eram inspiradas no *liberalismo clássico* – e não no posterior *neoliberalismo econômico*. Os revolucionários exigiam liberdades civis, sufrágio universal masculino, liberdade de imprensa e de reunião, e governos constitucionais.

A maioria das revoluções acentuavam seu componente nacionalista em vez de se revelar como burguesas pró capitalismo. Buscavam a unificação ou a independência de diferentes grupos étnicos e culturais.

Havia uma demanda por melhores condições de trabalho, direitos dos trabalhadores e alívio da pobreza com reformas sociais. As más colheitas e a crise econômica da década de 1840 aumentaram a miséria e o descontentamento entre as classes trabalhadoras e camponesas. A crescente industrialização criou tensões sociais, com a emergência de uma classe trabalhadora urbana, sobrevivente em condições de vida muito precárias.

As revoluções tiveram início com a Revolução de Fevereiro de 1848 na França. Levou à abdicação do rei Luís Filipe e à proclamação da Segunda República. O estabelecimento de um governo provisório propiciou reformas democráticas, incluindo o sufrágio universal masculino e a criação de oficinas nacionais para desempregados.

Em março de 1848, explodiram revoluções em vários estados alemães, incluindo a Prússia e os estados do sul da Alemanha. Assembleias populares exigiram a criação de parlamentos constitucionais e a unificação dos estados alemães.

Em maio de 1848, foi convocada a Assembleia de Frankfurt para criar uma constituição unificada. Porém, os conflitos internos e a resistência das monarquias locais dificultaram o progresso.

Naquele março de 1848, também ocorreram revoltas em Viena e em outras partes do Império Austríaco, incluindo a Hungria, a

Boêmia e a Itália (Lombardia-Vêneto). Essas nacionalidades, dentro do Império, exigiram autonomia e direitos próprios.

Em Viena, as revoltas levaram à renúncia do chanceler Metternich. Na Hungria, liderada por Lajos Kossuth, foi declarada a independência (temporária) do domínio austríaco.

Simultaneamente, ocorreram revoltas em vários estados italianos, incluindo o Reino da Sardenha-Piemonte, os Estados Papais e o Reino das Duas Sicílias. As revoluções tinham um forte componente nacionalista, buscando a unificação da Itália e a expulsão das forças austríacas do norte da Itália. Houve um breve período de constituições liberais e reformas antes de serem esmagadas pelas forças austríacas.

Nos Estados Habsburgos aconteceram novas decepções. Na Hungria, sob a liderança de Lajos Kossuth, os húngaros declararam independência em 1849, mas foram derrotados pelas tropas austríacas e russas. Na Boêmia, os tchecos exigiram autonomia e direitos nacionais, mas suas revoltas também foram suprimidas pelas forças austríacas.

Apesar do ímpeto inicial e de algumas reformas temporárias, a maioria das revoluções de 1848 fracassou em curto prazo. As forças conservadoras conseguiram retomar o controle, reprimir os movimentos revolucionários e reverter muitas das reformas. Muitos líderes revolucionários foram presos, exilados ou executados, e as monarquias reforçaram suas posições.

Apesar do fracasso imediato, as Revoluções de 1848 deixaram um legado duradouro. Elas inspiraram futuras gerações de reformadores e muitas das demandas de 1848 (como direitos civis, democracia e unidade nacional) foram alcançadas em décadas subsequentes.

Em síntese, as Revoluções de 1848 foram uma série de levantes interconectados como reflexo das tensões sociais, políticas e econômicas da época. Ajudaram a moldar o panorama político da Europa moderna, incentivando reformas.

Apesar dessas revoluções terem sido reprimidas, elas impulsionaram reformas liberais, abolição da servidão em algumas

regiões e fomentaram o nacionalismo e a unificação, por exemplo, a unificação da Alemanha e da Itália.

As características comuns das chamadas Revoluções Burguesas foram a transformação econômica com a transição de economias agrárias feudais para economias capitalistas industriais e o consequente aumento do poder econômico da burguesia. As mudanças políticas foram a derrubada ou limitação de Monarquias absolutistas, o estabelecimento de regimes republicanos (parlamentares ou congressuais), a promoção de direitos individuais e liberdades civis.

Foi decisiva, no nível ideológico revolucionário, a *influência das ideias iluministas* pela valorização da razão, ciência e progresso, além da defesa de direitos naturais e da soberania popular. Levaram às reformas sociais e legais com a abolição de privilégios feudais e aristocráticos, a igualdade perante a lei, o desenvolvimento de códigos civis e constituições.

As revoluções burguesas foram fundamentais na *transição para a modernidade*, estabelecendo bases para sistemas democráticos e capitalistas contemporâneos. Elas representaram a ascensão da burguesia como força dominante na sociedade e moldaram profundamente as estruturas políticas, econômicas e sociais do mundo ocidental.

Foram movidas pelo desejo da classe burguesa de consolidar seu poder econômico, crescente devido ao comércio, à indústria e às finanças. Elas ajudaram a dismantelar as estruturas feudais, as quais restringiam o livre comércio e a atividade econômica. Promoveram a ascensão do capitalismo.

A promoção da propriedade privada e do livre mercado, para todos os cidadãos (excluídos os escravos), foi comum, facilitando a transição de economias agrárias e feudais para economias industriais capitalistas. As revoluções resultaram em reformas legais com proteção dos direitos de propriedade e incentivo à livre iniciativa.

Embora a industrialização tenha ocorrido em diferentes momentos em diferentes países, as revoluções burguesas criaram as condições políticas e econômicas favoráveis ao crescimento industrial. A classe burguesa, interessada em expandir suas oportunidades

econômicas, foi uma força motriz na adoção de tecnologias e na criação de infraestrutura industrial.

Portanto, *as revoluções burguesas foram tanto republicanas quanto capitalistas*. Elas promoveram a criação de sistemas de governo mais representativos, com maior participação popular e proteção de direitos individuais, ao mesmo tempo no qual impulsionaram a transição para economias capitalistas baseadas na propriedade privada, no livre mercado e na industrialização. Essas revoluções refletiram os interesses e aspirações da burguesia emergente em busca não apenas liberdade política, mas também de um ambiente econômico favorável ao crescimento e à inovação.

A participação direta de populares nas revoluções burguesas variou, dependendo do contexto histórico, das condições sociais e das lideranças envolvidas. Por exemplo, na Revolução Inglesa (1642-1651) houve participação popular entre “os parlamentaristas”, pois incluíam não apenas burgueses, mas também uma grande quantidade de pequenos proprietários rurais, artesãos e camponeses.

Muitos dos soldados nas milícias parlamentares eram provenientes das classes populares, inclusive de movimentos radicais. Grupos como os Niveladores (*Levellers*) e os Cavadores (*Diggers*) compunham camponeses e trabalhadores urbanos em luta por reformas sociais e políticas mais radicais.

A Revolução Americana (1775-1783) teve participação popular nas milícias coloniais, porque os cidadãos comuns participaram ativamente nelas. Os Comitês de Correspondência eram organizações locais mobilizadas com base no apoio popular contra o domínio britânico. Muitos soldados do Exército Continental eram agricultores, artesãos e trabalhadores recrutados para as batalhas.

Na Revolução Francesa (1789-1799), foi notável a participação popular na Queda da Bastilha. Em 1789, a tomada da Bastilha foi realizada por trabalhadores urbanos, pequenos comerciantes e camponeses revoltados. Os trabalhadores urbanos, chamados *sans-culottes*, foram uma força significativa nas revoltas de Paris e em outras grandes cidades. Os camponeses participaram de revoltas locais e apoiaram a abolição dos privilégios feudais.

Foram “massa-de-manobra” ou tinham consciência política de conquistarem alguns avanços sociais, embora a hegemonia tenha ficado com a burguesia no sistema capitalista?

Revoluções Políticas versus Revoluções Econômicas

Aconteceram muitas *revoluções políticas*, subitamente, mas não aconteceram da mesma forma as *revoluções econômicas*. Enquanto as primeiras ocorreram de forma surpreendente e rápida, as revoluções econômicas tenderam a ser processos mais graduais e complexos.

Por exemplo, no caso da Revolução Francesa, ela começou com a queda da Bastilha, em 1789, e rapidamente levou à abolição da monarquia absoluta, à execução do rei Luís XVI e à proclamação da Primeira República. Essas mudanças políticas ocorreram em questão de anos.

Em contrapartida, embora tenha introduzido algumas *reformas econômicas*, como a abolição do feudalismo e a redistribuição de terras, a transição econômica para uma economia capitalista mais desenvolvida foi gradual. Levou várias décadas até se alcançar um desenvolvimento econômico propício ao Estado de Bem-Estar Social.

Outro exemplo foi a Revolução Russa de Fevereiro de 1917, quando se derrubou o czar Nicolau II. A Revolução de Outubro, no mesmo ano, levou os bolcheviques ao poder, estabelecendo o primeiro estado socialista do mundo em questão de meses.

Por sua vez, a transformação econômica, incluindo a nacionalização da indústria e a coletivização da agricultura, foi um processo longo e tumultuado. Ele se estendeu pelos anos 1920 e 1930, culminando nas políticas do plano quinquenal de Stalin.

O fim da União Soviética foi resultado da má administração do país por seus governos ditatoriais, voltados para a *nomenclatura partidária*, e sem a economia satisfazer o consumo popular. No fim da década de 1970, a crise econômica se instalou e levou o país à crise política até a sua dissolução, com a renúncia de Mikhail Gorbachev, em dezembro de 1991.

Em geral, são chamados de *revoluções econômicas* os processos gradativos como a Revolução Industrial. Foi um processo gradual iniciada na Grã-Bretanha no fim do século XVIII e espalhado pelo mundo ao longo do século XIX. Ela transformou a economia de agrária e artesanal para industrial e mecanizada, alterando profundamente as estruturas sociais e econômicas.

As mudanças políticas associadas à Revolução Industrial, como reformas trabalhistas e políticas sociais, também ocorreram gradualmente. Deram-se em resposta às pressões sociais e econômicas geradas pela industrialização.

As revoluções agrícolas são marcos importantes na história econômica. Demarcaram transformações significativas na maneira como a agricultura era praticada.

A Primeira Revolução Agrícola (*Revolução Neolítica*) é estimada ter ocorrido no período de 10.000 a.C. a 4.000 a.C. Houve a transição de caça e coleta para agricultura. A humanidade passou de um *estilo de vida nômade*, baseado na caça e coleta, para um *estilo de vida sedentário*, baseado na agricultura e criação de animais.

Aconteceram as primeiras culturas de cereais como trigo e cevada, e domesticação de animais como ovelhas, cabras e gado. Houve invenção de ferramentas como foices, arados primitivos e sistemas de irrigação rudimentares. Observou-se o estabelecimento de assentamentos permanentes e início da vida em comunidade com formação de vilarejos e cidades.

A Segunda Revolução Agrícola (*Revolução Agrícola Britânica*) aconteceu no período do Século XVII ao início do século XIX, principalmente na Grã-Bretanha. Com a introdução de novas técnicas de cultivo, como a rotação de culturas e o uso de fertilizantes naturais, e inovações em ferramentas e máquinas por meio de equipamentos, como o arado de ferro e a máquina de semear de Jethro Tull, superou-se a previsão malthusiana de fome diante o crescimento da população.

Colaborou como incentivo o cercamento das Terras (*Enclosure Movement*) ao fazer a conversão de terras comuns em propriedades privadas cercadas. Levou à maior eficiência agrícola, com uso mais

produtivo de recursos escassos, mas também deslocou muitos pequenos agricultores para as cidades.

Obteve-se aumento da produtividade. A aplicação de novas técnicas e tecnologias resultou em um aumento significativo da produção agrícola e na capacidade de sustentar uma população crescente.

Finalmente, a Terceira Revolução Agrícola (*Revolução Verde*) ocorreu no período da década de 1940 até os anos 1970 com o desenvolvimento de variedades agrícolas de alta produtividade. Houve a criação de novas variedades de cereais (como o trigo e arroz) com maior rendimento, maior resistência a doenças e maior resposta a fertilizantes.

Uma consequência foi o uso intensivo de agroquímicos. Aumentou o uso de fertilizantes químicos, pesticidas e herbicidas.

Aconteceu a mecanização da agricultura com a introdução de tratores, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas. Aumentaram a eficiência e reduziram a necessidade de trabalho manual.

A irrigação em grande escala ocorreu com a implementação de sistemas de irrigação modernos. Permitiram a agricultura em áreas anteriormente inadequadas para o cultivo.

A Revolução Verde teve um impacto significativo na redução da fome em várias partes do mundo, especialmente na Ásia e na América Latina. A crítica é ela também ter causado problemas ambientais e socioeconômicos.

Estas três revoluções agrícolas citadas marcam pontos de transformação estrutural. Mudaram drasticamente a forma como a humanidade produzia alimentos, cada uma delas contribuindo para o aumento da produtividade e o crescimento populacional.

Cada revolução introduziu inovações tecnológicas e práticas agrícolas capazes de permitir uma maior eficiência e sustentabilidade no cultivo. Evidentemente, também tiveram maus impactos sociais e ambientais.

Contra a hipótese malthusiana, aumentaram drasticamente a produtividade agrícola. Este processo se desenvolveu ao longo de

várias décadas e transformou as economias rurais em muitos países em desenvolvimento.

As mudanças políticas necessárias para apoiar as revoluções econômicas, incluindo investimentos em infraestrutura, foram implementadas ao longo do tempo – e não subitamente. Teve altos (avanços) e baixos (retrocessos).

Mas há também exemplos de revoluções com componentes políticos e econômicos simultâneos, como a Restauração Meiji no Japão (1868-1912). Começou com a restauração do poder imperial, demarcando o fim do shogunato Tokugawa. Esta mudança política foi relativamente rápida.

Simultaneamente, o Japão iniciou uma série de reformas econômicas para modernizar sua economia, incluindo a industrialização, a reforma agrária e a criação de um sistema financeiro moderno. Embora houvesse uma direção clara e determinada, a implementação completa das reformas econômicas levou várias décadas.

Outro caso de simultaneidade ocorreu com as Reformas na China do fim da década de 1970 em diante. A transição política na China pós-Mao Tsé-Tung foi relativamente rápida, com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder e o início das reformas.

Suas reformas econômicas, incluindo a abertura ao mercado, a criação de zonas econômicas especiais e a liberalização agrícola, transformaram a economia chinesa de uma economia planificada para uma economia de mercado socialista. Ocorreu ao longo de várias décadas.

Portanto, as *revoluções políticas* ocorrem de maneira relativamente súbita, trazendo mudanças rápidas no poder governamental e na estrutura política. Em contraste, as *revoluções econômicas* são geralmente processos mais graduais, pois envolvem a transformação das estruturas produtivas, das relações de trabalho e dos sistemas de distribuição de riqueza ao longo do tempo.

Mesmo quando mudanças políticas rápidas desencadeiam transformações econômicas, a implementação dessas mudanças e

seus efeitos completos na economia costumam levar anos ou até décadas.

Organizações dos Trabalhadores

O *Manifesto Comunista* foi elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels e publicado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1848. Conhecer o contexto no qual foi escrito é crucial para entender sua mensagem e seu impacto.

As Revoluções de 1848 ficaram conhecidas em conjunto como a Primavera dos Povos por ter contado com participação popular de trabalhadores urbanos. Nas principais cidades europeias, trabalhadores participaram de levantes e manifestações. Em várias regiões rurais, os camponeses se revoltaram contra as condições de vida e trabalho impostas pelas estruturas feudais.

O contexto histórico, social e econômico influenciou a elaboração do manifesto marxista. A Revolução Industrial, surgida na Grã-Bretanha no fim do século XVIII, havia se espalhado para a Europa e estava transformando a economia e a sociedade. As fábricas estavam surgindo, e novas tecnologias estavam mudando a produção e o trabalho.

A industrialização trouxe consigo condições de trabalho extremamente precárias para os trabalhadores. Longas horas, salários baixos, trabalho infantil e condições insalubres eram comuns.

A rápida industrialização criou uma classe trabalhadora urbana, conhecida como o proletariado – só possuidor de prole, isto é, filhos. Estes trabalhadores industriais viviam em condições miseráveis e tinham pouco poder ou direitos.

Marx e Engels observaram os trabalhadores estarem sendo super-explorados pelos capitalistas. Acumulavam riqueza à custa da força de trabalho do proletariado, alienados diante os produtos de seus trabalhos.

A Europa estava passando por uma série de agitações sociais e políticas. Havia um crescente descontentamento entre as classes trabalhadoras e camponesas, bem como entre os burgueses em

busca de mais poder político diante das nobrezas com propósito de restauração do poder monárquico.

As tensões culminaram nas Revoluções de 1848, também conhecidas como a Primavera dos Povos, em várias regiões da Europa. Essas revoluções buscavam mudanças políticas, sociais e econômicas, e embora muitas tenham sido suprimidas, elas demonstraram o desejo generalizado por reforma.

O contexto intelectual é importante de ser considerado para verificar as influências filosóficas, por exemplo, do *hegelianismo*. Marx foi influenciado pela filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, especialmente sua dialética, adaptado por ele para desenvolver sua teoria do *materialismo histórico*.

Em Economia Política, Marx e Engels contribuíram com a crítica à Economia clássica de Adam Smith, David Ricardo e outros. Argumentaram ela não ser capaz de explicar as relações de exploração intrínsecas ao capitalismo.

Havia uma variedade de movimentos socialistas e comunistas na Europa, muitos dos quais influenciaram Marx e Engels. Eles estavam em contato com outros teóricos socialistas e participavam ativamente de debates e organizações em busca de transformar a sociedade.

Foram incumbidos pela Liga dos Comunistas, uma organização socialista internacional, de elaborar um manifesto de modo a explicar seus objetivos e ideais. A Liga, anteriormente era conhecida como Liga dos Justos, buscava uma sociedade sem classes, baseada na propriedade comum dos meios de produção.

A publicação inicial do "Manifesto Comunista" foi em Londres, pouco antes das Revoluções de 1848, e rapidamente se espalhou por toda a Europa e além. O manifesto é uma análise crítica do capitalismo e uma convocação à ação para a classe trabalhadora. Defende a abolição da propriedade privada dos meios de produção, a criação de uma sociedade sem classes e o fim do sistema capitalista.

O manifesto tornou-se um dos textos mais influentes na história do pensamento político, inspirando inúmeras revoluções e movimentos socialistas ao longo dos séculos XIX e XX. Até hoje, é

estudado e debatido como um documento fundamental da teoria marxista e da crítica ao capitalismo.

Portanto, ele foi elaborado em um período de grande turbulência e transformação social na Europa, marcado pela industrialização, exploração da classe trabalhadora, e crescente agitação política. Marx e Engels buscaram fornecer uma análise e um programa para a emancipação do proletariado e a criação de uma sociedade sem classes, refletindo e contribuindo para os movimentos revolucionários de sua época.

Posteriormente, mais sindicatos e partidos de origem trabalhista surgiram em diferentes países e em momentos distintos ao longo do século XIX e início do século XX. Eles desempenharam papéis fundamentais na luta por melhores condições de trabalho e vida para os trabalhadores.

As primeiras organizações de trabalhadores possíveis de serem reconhecidas como "sindicatos" foram as Guildas e Associações de Ofícios. Embora distintas dos sindicatos modernos, no fim da Idade Média e no início da Era Moderna, forneceram alguma forma de organização e proteção para os trabalhadores.

Os primeiros sindicatos modernos começaram a surgir na virada do século XVIII para o XIX, especialmente nas indústrias emergentes como têxteis, mineração e construção. Em muitos países, os sindicatos enfrentaram resistência e repressão dos governos e empregadores, com leis antisindicalistas e proibições de greve.

Houve a expansão das lutas por direitos trabalhistas e a consolidação no século XIX, quando os sindicatos se tornaram mais organizados e eficazes na luta por salários justos, condições de trabalho seguras e horas de trabalho razoáveis. Os movimentos sindicais internacionais, como a Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional), fundada em 1864, buscaram solidariedade entre os trabalhadores de diferentes países.

A pressão dos sindicatos e dos movimentos trabalhistas levou à introdução de leis trabalhistas com regulamentações diversas como a proibição do trabalho infantil. Estabeleciam limites de horas de trabalho, introduziam a compensação por acidentes de trabalho e estabeleciam padrões de segurança no local de trabalho.

Os sindicatos ganharam poder através da negociação coletiva com empregadores, garantindo melhores salários e condições de trabalho para seus membros. Em muitos países, os sindicatos desempenharam um papel importante na criação de sistemas de seguridade social, incluindo seguro-desemprego, aposentadoria e assistência médica.

No século XIX, antes do surgimento dos partidos socialistas de origem trabalhista modernos, existiam movimentos como o *socialismo utópico* e o *anarquismo*. Defendiam também os ideais de justiça social e igualdade.

São duas correntes de pensamento emergentes durante o século XIX como respostas às condições sociais e econômicas da época, particularmente à pobreza e à desigualdade geradas pela Revolução Industrial.

O *socialismo utópico* teve três principais defensores. Charles Fourier (francês) propunha a criação de comunidades autossuficientes chamadas "falanges" onde as pessoas poderiam viver e trabalhar cooperativamente. Robert Owen (galês) implementou reformas sociais em suas fábricas e tentou criar comunidades utópicas, como New Lanark na Escócia e New Harmony nos Estados Unidos. Henri de Saint-Simon (francês) propôs uma sociedade onde a produção e a distribuição seriam organizadas cientificamente e lideradas por cientistas, engenheiros e outros especialistas.

Os socialistas utópicos acreditavam ser possível transformar a sociedade pacificamente, sem a necessidade de uma revolução violenta. Eles imaginavam a criação de comunidades ideais, onde as pessoas viveriam em harmonia e igualdade, compartilhando recursos e responsabilidades.

Condenavam as desigualdades e as injustiças do capitalismo industrial, propondo alternativas mais humanas e justas. Enfatizavam a importância de cooperativas e propriedades comunitárias, onde a produção e a distribuição seriam organizadas de forma equitativa.

O *anarquismo* também teve três principais defensores. Pierre-Joseph Proudhon (francês) foi considerado "o pai do anarquismo", famoso por sua declaração "a propriedade é roubo". Mikhail Bakunin (russo), um dos principais teóricos do anarquismo, defendeu a

destruição do Estado e das instituições de autoridade. Peter Kropotkin (russo) ficou conhecido por suas obras sobre a cooperação mútua e a crítica ao darwinismo social.

Os anarquistas acreditavam o Estado ser uma fonte de opressão e, por isso, deveria ser abolido. Defendiam a criação de uma sociedade sem governo ou hierarquias coercitivas.

Propunham a autogestão das comunidades e locais de trabalho, onde as decisões seriam tomadas coletivamente e democraticamente. Enfatizavam a importância da liberdade individual e a autonomia pessoal, rejeitando todas as formas de dominação e coerção.

Promoviam a solidariedade e a ajuda mútua como princípios fundamentais para a organização social, contrários à competição e ao individualismo do capitalismo. Muitos anarquistas defendiam a ação direta, incluindo greves, boicotes e, em alguns casos, insurreições, como métodos para alcançar a mudança social.

Ambas as correntes, socialismo utópico e anarquismo, surgiram como respostas às desigualdades e injustiças do capitalismo industrial, mas apresentaram abordagens distintas:

- o Socialismo Utópico focava na criação de comunidades ideais através de reformas pacíficas e cooperativas, visualizando uma transição gradual para uma sociedade mais justa e equitativa;
- o Anarquismo defendia a abolição total do Estado e das instituições de autoridade, promovendo a autogestão, a liberdade individual e a solidariedade como bases para uma nova ordem social.

Apesar das diferenças, ambas as correntes compartilhavam um desejo comum de criar uma sociedade mais justa, igualitária e livre da opressão.

Em meados do século XIX, Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram o anunciado por eles como Socialismo Científico, proporcionando uma base teórica para os partidos socialistas. A Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como Primeira Internacional, foi um fórum para diferentes correntes do socialismo e do movimento operário.

O Partido Social-Democrata Alemão só foi fundado, em 1875, como o primeiro partido socialista moderno a ganhar uma representação significativa no parlamento. O Partido Trabalhista Britânico surgiu em 1900 como uma coalizão de sindicatos e grupos socialistas, tornando-se um dos principais partidos políticos do Reino Unido.

As Revoluções Burguesas do século XVII ao XIX envolveram a participação de diferentes camadas da sociedade, incluindo a burguesia, pequenos proprietários, artesãos, trabalhadores urbanos e camponeses. A participação popular era crucial para mobilizar apoio e legitimar as mudanças políticas e sociais.

Nas Revoluções Socialistas, no século XX, a participação popular foi ainda mais intensa, com operários, camponeses e soldados desempenhando papéis centrais nas revoluções. Os movimentos socialistas frequentemente se baseavam em organizações populares como sovietes, milícias camponesas e conselhos de trabalhadores para coordenar e implementar a revolução.

Em ambas as tradições revolucionárias, a participação popular foi essencial, mas a natureza dessa participação variou conforme o contexto e os objetivos específicos de cada movimento. Nas Revoluções Burguesas, o foco estava em acabar com o feudalismo e estabelecer o capitalismo, enquanto nas Revoluções Socialistas, a meta era substituir o capitalismo por um sistema baseado na propriedade coletiva e na igualdade social.

Do Capitalismo ao Socialismo: Evolução Sistêmica em Longo Prazo

O capitalismo emergiu mais como uma *evolução sistêmica* ao longo do tempo ao invés de ser através de uma única e súbita revolução. Essa evolução foi um processo complexo e gradual por ter envolvido mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas ao longo de vários séculos.

Entre os principais fatores e etapas desse desenvolvimento capitalista, seus óvulos são encontrados nas transformações na Idade Média tardia, quando o renascimento das cidades e do comércio

européu começou a desafiar as estruturas feudais. Mercadores e artesãos começaram a formar a base de uma economia mais diversificada.

O surgimento de feiras e mercados maiores facilitou a troca de bens e o desenvolvimento de redes comerciais mais complexas. Originalmente, o termo mercado era utilizado para designar o lugar onde compradores e vendedores se encontravam para trocar os seus bens.

Para o pensamento econômico, o *mercado* seria o encontro de compradores e vendedores para interagirem, resultando na possibilidade de troca. Serviria como forma de efetivar as transações econômicas acontecidas no seu meio, definidas pela lei da oferta e demanda. Já para a visão jurídica, os mercados seriam a forma achada pela sociedade para proporcionar as trocas de forma organizada.

A crescente importância da burguesia (mercadores, artesãos e banqueiros) começou a desafiar a ordem feudal. Buscou maior liberdade econômica e política, levando a uma gradual transformação das relações de poder. Acumulou riqueza através do comércio e da atividade bancária, permitindo investimentos em novos empreendimentos comerciais e industriais.

A Era das Grandes Navegações e a colonização do Novo Mundo abriram novos mercados e fontes de riqueza. O comércio internacional expandiu-se enormemente nessa também chamada de Era dos Descobrimientos (ou das Conquistas) entre o século XV (1415: Ceuta) e o século XVII (1642: Nova Zelândia), durante o qual, inicialmente, portugueses, depois espanhóis e, posteriormente, alguns países europeus, como a Holanda, exploraram intensivamente o globo terrestre em busca de novas rotas de comércio.

Organizações como a Companhia Holandesa das Índias Orientais e a Companhia Britânica das Índias Orientais, as primeiras companhias abertas com ações, foram pioneiras na acumulação de capital via empresas comerciais transnacionais.

Entre os séculos XVII e XVIII, inovações como a rotação de culturas, o uso de fertilizantes e a criação de novas técnicas de

cultivo aumentaram a produtividade agrícola. Essas inovações agrícolas representaram um avanço sistêmico.

Na Inglaterra, o movimento dos cercamentos (*enclosures*) transformou terras, antes usadas em comum, em propriedades privadas. A agricultura se tornou mais eficiente e houve a migração de camponeses para as cidades, onde se tornaram trabalhadores urbanos.

A partir do fim do século XVIII, a Revolução Industrial trouxe inovações tecnológicas, como a máquina a vapor, a mecanização da produção têxtil e a introdução de novas fontes de energia. A produção em massa e a urbanização transformaram as economias e as sociedades com novas classes sociais, como os operários industriais, e fortalecendo a burguesia industrial.

Embora fossem seculares essas etapas, foram designadas, respectivamente, como Revolução Comercial, Revolução Agrícola e Revolução Industrial. Era como o sistema capitalista fosse constituído por revoluções – e não por uma evolução sistêmica em longo prazo. Aliás, como talvez seja para o imaginado socialismo...

É necessário reconhecer a importância do paralelo desenvolvimento institucional. O fortalecimento dos direitos de propriedade privada e contratos legais, protegidos pelo Estado, promoveu investimentos e trocas comerciais. O desenvolvimento de bancos, mercados financeiros e outras instituições facilitou a mobilização e o investimento de capital. A "financeirização" não vem de hoje – e se prolongará...

Igualmente, foram relevantes as ideias e filosofias econômicas. O mercantilismo, prevalecente nos séculos XVI a XVIII, focou na acumulação de riqueza (ouro e outros metais preciosos), através do comércio controlado e monopólios, preparando o terreno para o capitalismo.

No fim do século XVIII, economistas iluministas como Adam Smith defenderam o liberalismo econômico contra o Mercantilismo monárquico. Promoveram a ideia de mercados livres ou autorregulado pela "mão invisível", tornando a liberdade econômica a base teórica do capitalismo.

Portanto, o capitalismo não surgiu de uma única revolução, mas sim de *um longo processo de evolução sistêmica*, envolvendo transformações econômicas, tecnológicas, sociais e políticas. Este processo foi marcado pela transição gradual das estruturas feudais para economias baseadas no comércio, na agricultura, na indústria e nas finanças, todas baseadas na propriedade privada (não exclusiva da nobreza). Tudo isso consolidou as características essenciais do capitalismo.

De maneira análoga ao capitalismo, não surgido de uma única revolução, mas sim de um longo processo de evolução sistêmica, *não se deve pensar o socialismo ter surgido de revoluções armadas ocorridas no século XX*. A ideia de o socialismo surgir de um processo de evolução sistêmica em vez de uma revolução armada é um debate complexo dentro do pensamento socialista. Historicamente, tanto abordagens revolucionárias quanto evolutivas têm sido defendidas por diferentes correntes do socialismo.

As abordagens revolucionárias são típicas do marxismo ortodoxo. Karl Marx e Friedrich Engels argumentaram ser possível o socialismo surgir através de uma revolução proletária, ou seja, uma ruptura radical com o capitalismo, impulsionada pelas contradições internas do próprio sistema capitalista.

Vladimir Lenin adaptou as ideias de Marx para a Rússia, defendendo a necessidade de um partido de vanguarda para liderar a luta armada. A Revolução Russa de 1917 é um exemplo histórico dessa abordagem leninista, geradora da ditadura de partido único em benefício principalmente de sua nomenclatura militarizada.

A Revolução Chinesa liderada por Mao Tsé-Tung, em 1949, também seguiu uma via revolucionária armada, adaptando o marxismo às condições chinesas. A Revolução Cubana de 1959, liderada por Fidel Castro e Che Guevara, é outro exemplo de socialismo implementado através de uma revolução armada.

As abordagens evolutivas são correlacionadas à social-democracia. Eduard Bernstein foi um dos primeiros teóricos a defender o revisionismo marxista. Argumentou o sistema socialista seria alcançado através de reformas graduais e democráticas, alterando o sistema capitalista, em vez de uma revolução violenta.

Os países escandinavos, como a Suécia, a Dinamarca e a Noruega, implementaram políticas de bem-estar social e redistribuição de renda dentro de uma estrutura democrática. Criaram sociedades semissocialistas e capitalistas.

A evolução sistêmica ocorre com políticas de bem-estar social. A implementação de políticas progressivas gradualmente aumenta a igualdade social e econômica, como sistemas de saúde pública, educação gratuita e proteções trabalhistas. A criação de uma economia mista, onde o Estado desempenha um papel significativo na regulamentação do mercado e na propriedade de setores estratégicos, ao mesmo tempo convivendo com a existência de empresas privadas.

No Pós-Marxismo, Antônio Gramsci destacou a importância da luta cultural e ideológica como parte do processo revolucionário, argumentando a hegemonia cultural ser fundamental para a transformação social. David Harvey defende o socialismo emergir através de movimentos sociais e mudanças políticas graduais em confronto com as desigualdades do capitalismo global.

A tecnologia como a automação e a robotização poderão levar a uma distribuição mais igualitária da riqueza através de políticas como a Renda Básica Universal (RBU), transformando gradualmente a sociedade em direção a um modelo cada vez mais socialista.

Assim como o capitalismo evoluiu ao longo do tempo, através de um processo sistêmico complexo, o socialismo poderá, de fato, emergir por meio de uma série de transformações graduais e reformas dentro do sistema capitalista, sem a necessidade de uma revolução armada. A social-democracia e as políticas progressistas de bem-estar social são exemplos de como elementos socialistas podem ser implementados de forma evolutiva e democrática.

Estratégias de Desenvolvimento dos Países de Capitalismo Maduro

Os países de capitalismo maduro, como os Estados Unidos e os principais países da Europa, seguiram estratégias de desenvolvimento dinâmicas, isto é, evoluíram ao longo do tempo, desde a

industrialização inicial até a criação de economias baseadas em serviços e tecnologia. Suas estratégias constituem exemplos, mas necessitam ser adequadas ao estágio histórico e às características geográficas, demográficas, econômicas, sociais e políticas em comum dos países com grandes populações.

O desenvolvimento inicial foi baseado na industrialização pesada, com foco em manufaturas, siderurgia, ferrovias e construção naval. Esses países fizeram investimentos massivos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para liderar a inovação tecnológica em áreas como automóveis, aviação, eletrônica, informática e biotecnologia.

Para tanto, necessitaram massificar a *educação* e aumentar o *capital humano* (capacidade pessoal de ganho) disponível. Fortes sistemas educacionais com ênfase em Educação Superior e Pesquisa criaram uma força de trabalho altamente qualificada. O estabelecimento de universidades e centros de pesquisa de renome mundial atraíram talentos e impulsionam a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

Foi fundamental o desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte eficiente, incluindo rodovias, ferrovias, aeroportos e portos. Nesse âmbito, entrou a Infraestrutura Digital com a modernização contínua das infraestruturas de telecomunicações e tecnologia da informação. Hoje, há a adaptação à economia digital com o crescimento de indústrias de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Instalou-se uma economia baseada em serviços e tecnologia. Houve a expansão do setor de serviços, incluindo finanças, saúde, educação, turismo e entretenimento.

Diferentemente da *fase da indústria nascente*, quando adotaram protecionismo do mercado interno, na *fase neoliberal*, propõem a todo o mundo a adoção de "políticas de livre mercado". Através das instituições multilaterais fazem promoção da liberalização geral, inclusive do comércio internacional, antes da emergência da competitividade da China, com ênfase na globalização e na abertura econômica.

Aceitam a *regulação econômica* apenas para a implementação de regulamentações com a finalidade de garantir a competição justa

e proteger consumidores e trabalhadores. O Estado de Bem-Estar Social tinha como pilar principal a *proteção social* com o desenvolvimento de sistemas abrangentes de seguridade social, saúde pública, educação e bem-estar.

A redução das desigualdades, antes da Era do Neoliberalismo, foi obtida com políticas de redistribuição de renda e programas sociais para reduzir desigualdades econômicas e sociais. Depois, nos Estados Unidos, em função da riqueza alocada no mercado de ações, a desigualdade está crescente.

O anglicismo *greenwashing* ou “banho verde” indica a injustificada apropriação de virtudes ambientalistas por parte de organizações ou pessoas, mediante o uso de técnicas de *marketing* e relações públicas. A *sustentabilidade* e o *desenvolvimento verde* passou a ser sempre anunciada, embora nem sempre praticados.

Para tanto, é necessária a implementação de políticas ambientais rigorosas para promover a sustentabilidade e reduzir a pegada ecológica. Os investimentos em energias renováveis e tecnologias verdes deveriam substituir os combustíveis fósseis.

As características comuns desses países de capitalismo maduro se iniciam pelas geográficas e/ou proximidade ao se integrarem às Cadeias Globais de Valor (CGV). Esses países, nos continentes acima da linha do Equador, têm localização estratégica, facilitando o comércio internacional, como portos naturais e acesso a rotas marítimas importantes capazes de baratear o custo de transporte.

Inicialmente, a disponibilidade de recursos naturais diversificados como carvão, ferro e terras férteis foi crucial para a industrialização. Depois, as características demográficas menores facilitaram a população se tornar educada e qualificada. Alta porcentagem da população (em muitos casos europeus relativamente reduzida) teve acesso a educação de qualidade e oportunidades de formação avançada.

A elevada taxa de urbanização, com grandes centros urbanos funcionando como motores econômicos e culturais colaboraram para a diversificação econômica com setores de atividade fortes em manufatura, serviços e tecnologia. Mercados internos amplos e dinâmicos suportam a inovação e o consumo massificado.

Distinguem-se pela maior alta qualidade de vida de suas populações. Têm alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com acesso a serviços de saúde, educação e infraestrutura de qualidade.

Tudo isso promove a mobilidade social, permitindo indivíduos ascenderem economicamente através de educação e oportunidades. Não supera a desigualdade, mas sim a pobreza.

Sistemas políticos estáveis e democráticos garantem a participação dos cidadãos e a continuidade das políticas de desenvolvimento. Fortes instituições de governança e um Estado de Direito protegem direitos individuais e empresariais, ou seja, o ambiente de negócios.

Os exemplos específicos mais salientes desse desenvolvimento dos países de capitalismo maduro são os seguintes. Primeiro, os Estados Unidos com estratégias de inovação tecnológica, forte setor de serviços, liderança em P&D e Educação Superior, destacam-se como uma economia diversificada por meio de “políticas de livre mercado”.

Depois, a Alemanha se tornou o maior foco da industrialização avançada, inovação tecnológica, robusta infraestrutura, educação técnica e sistemas de proteção social fortes. Mesmo derrotada na II Guerra Mundial já superou em muito a antiga potência econômica inglesa.

O Reino Unido teve um histórico de *industrialização originária*, expansão do setor de serviços, particularmente financeiro, inovação em tecnologia e um sistema de bem-estar social abrangente. Mas hoje está economicamente próxima da França. Esta tem diversificação econômica, forte setor agrícola e industrial, sistema educacional robusto, e políticas sociais inclusivas.

Em síntese, os *países de capitalismo maduro*, como os Estados Unidos e os principais países europeus, adotaram estratégias de desenvolvimento centradas na industrialização inicial, inovação tecnológica contínua, investimento em educação e infraestrutura, expansão do setor de serviços, políticas de bem-estar social e promoção de sustentabilidade.

Eles compartilham características geográficas, demográficas, econômicas, sociais e políticas. Elas facilitaram o crescimento econômico sustentável e a alta qualidade de vida. Essas características incluem localização estratégica, população educada, economias diversificadas, alta qualidade de vida, estabilidade política e instituições fortes.

Os países de capitalismo maduro, como os Estados Unidos e os principais países da Europa, seguiram estratégias de desenvolvimento dinâmicas, isto é, evoluíram ao longo do tempo, desde a industrialização inicial até a criação de economias baseadas em serviços e tecnologia. Suas estratégias constituem exemplos, mas necessitam ser adequadas ao estágio histórico e às características geográficas, demográficas, econômicas, sociais e políticas em comum dos países com grandes populações.

Estratégias de Desenvolvimento com Grande Força de Trabalho

Há um grupo de cinco países com força de trabalho acima de 100 milhões pessoas em 2022: China (782 milhões), Índia (554 milhões), Estados Unidos (169 milhões), Indonésia (138 milhões) e Brasil (109 milhões). Esses números, grosso modo, correspondem a pouco mais da metade do total populacional e de 2/3 da população adulta.

A força de trabalho compreende pessoas com 15 anos ou mais capazes de fornecerem mão de obra para a produção de bens e serviços durante um período específico. Inclui pessoas atualmente empregadas e pessoas desempregadas, mas procurando trabalho, bem como pessoas em busca do primeiro emprego.

Nem todo o mundo trabalhador está incluído nessa força de trabalho. Os trabalhadores não remunerados, os trabalhadores familiares e os estudantes são omitidos. Alguns países não contam os membros das Forças Armadas. A dimensão da força de trabalho tende a variar, durante o ano, porque os trabalhadores sazonais entram e saem.

Esses países emergentes, exceto os Estados Unidos com capitalismo maduro, geralmente, adotam estratégias de desenvolvimento levando em conta suas grandes populações e a necessidade de gerar emprego e crescimento econômico sustentado. Esses países costumam utilizar uma combinação de políticas industriais, agrícolas, tecnológicas, educacionais e sociais para impulsionar o desenvolvimento.

Adotam a industrialização e a diversificação econômica como estratégias de desenvolvimento. Fazem investimento em setores industriais pesados (como siderurgia e automotivo) e leves (como têxteis e eletrônicos). Entre eles, há diferenças no fomento a setores de alta tecnologia e inovação, como TI, biotecnologia e telecomunicações.

A depender dos recursos naturais, uns adotam a agricultura intensiva com a implementação de técnicas agrícolas modernas, incluindo mecanização, uso de fertilizantes e melhoramento genético das culturas. Somam incentivos para promoção de produtos agrícolas de exportação, contribuindo para a diversificação econômica.

Nem todos possuem o mesmo investimento em infraestrutura de transporte e energia com construção e modernização de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e infraestrutura energética para suportar o crescimento econômico. Da mesma forma há os atrasados em desenvolvimento de infraestrutura urbana para melhorar as condições de vida nas cidades, incluindo saneamento, transporte público e habitação.

Uma estratégia de desenvolvimento usual é o estabelecimento de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) para atrair Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) com incentivos fiscais e regulatórios. Talvez o ideal seja fazer a simplificação de processos burocráticos e a melhoria do ambiente de negócios para atrair capital estrangeiro.

O desenvolvimento de capital humano também é muito diferenciado com o gritante atraso brasileiro em educação e capacitação. Ainda não é suficiente seu investimento em educação básica, técnica e superior para criar uma força de trabalho qualificada. Necessita de programas de formação e requalificação profissional para atender às necessidades de diferentes setores econômicos.

Evidentemente, há uma vantagem do capitalismo tardio “saltar etapas”, indo direto para a adoção da tecnologia de ponta de empresas transnacionais. Mas há a desvantagem do muito maior esforço necessário para educar com Ensino Superior de qualidade a maior parte de uma população adulta gigantesca. É condição necessária para a absorção de tecnologia, caso seja possibilitada pela exigência de sua transferência para exploração do grande mercado interno.

Em todos os países são necessárias políticas de inclusão social para a redução da pobreza. Mas os programas de combate à pobreza e de transferência de renda não devem criar a ilusão de também diminuir a desigualdade social de maneira substantiva.

São prioritários os investimentos em saúde pública, segurança social e serviços básicos para melhorar a qualidade de vida ou o bem-estar social.

A estabilidade macroeconômica é obtida com uma gestão equilibrada por meio de políticas fiscais, monetárias, cambiais e de controle de capital para regular a demanda agregada, promover o crescimento da oferta agregada (capacidade produtiva) e controlar a inflação.

A manutenção de um ambiente político estável assegura a confiança dos investidores e a continuidade das políticas de desenvolvimento. A polarização ideológica com tentativas de golpe de Estado só afasta os investidores estrangeiros pelo risco dos contratos.

Entre as características geográficas comuns desses países estão suas grandes extensões territoriais, permitindo a exploração de recursos naturais variados e a diversidade climática e geográfica. Têm a disponibilidade de recursos naturais abundantes, como minerais, petróleo, gás natural e terras agrícolas férteis.

Quanto às características demográficas, a presença de uma população jovem e em crescimento proporciona uma força de trabalho abundante e potencialmente dinâmica. Mas todos sofrem a ameaça do envelhecimento populacional e até queda absoluta da população.

A alta taxa de urbanização com grandes centros urbanos atua como motor de crescimento econômico. Provoca, no entanto, problemas de poluição e congestionamentos de difíceis soluções.

Em geral, esses países com grandes populações possuem economias diversificadas com presença de todos os setores: primário, secundário e terciário. Seus grandes mercados internos suportam o crescimento da produção e do consumo.

Os desafios mais significativos se dão em termos de inclusão social e redução de desigualdades, com necessidade de políticas públicas focadas no problema, após a redução máxima da pobreza. Oportunidades crescentes de mobilidade social podem ser obtidas através de melhorias na educação e nas condições de vida.

Todos têm necessidade de sistemas de governança complexos para lidar com a diversidade regional e os problemas de administração de grandes populações. Agrava a dificuldade de combinar planejamento e livre-mercado com a crescente ênfase em políticas de desenvolvimento sustentável para equilibrar crescimento econômico com preservação ambiental.

Destacando desse grupo os Estados Unidos, um país de capitalismo maduro, os demais se distinguem da seguinte maneira.

A China priorizou a industrialização massiva, o investimento pesado em infraestrutura, a promoção de inovação tecnológica e as políticas de redução da pobreza. Tem uma extensa rede de ZEEs e um mercado interno vasto.

A Índia colocou foco na modernização agrícola, desenvolvimento industrial, investimentos em infraestrutura e um crescente setor de tecnologia da informação. Políticas de inclusão social e programas de transferência de renda também se destacaram.

A Indonésia ainda busca o desenvolvimento de infraestrutura, diversificação econômica, promoção de investimentos estrangeiros e programas de inclusão social para reduzir a pobreza e melhorar a educação.

O Brasil, embora enfrentando problemas econômicos, devido à polarização e instabilidade política, investe em infraestrutura, modernização agrícola, industrialização em algumas áreas carentes e

dependentes de tecnologia estrangeira, como a indústria farmacêutica. As políticas sociais para melhorar a qualidade de vida dos mais pobres receberam prioridade na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014). Estão sendo retomadas.

Os países com uma força de trabalho acima de 100 milhões de pessoas adotam estratégias de desenvolvimento por meio de industrialização, modernização da agricultura, investimentos em infraestrutura, atração de investimentos estrangeiros, desenvolvimento de capital humano e políticas de inclusão social. Esses países compartilham características geográficas, demográficas, econômicas, sociais e políticas influentes em suas abordagens de desenvolvimento, aproveitando suas grandes populações, recursos naturais abundantes e mercados internos extensos para impulsionar o crescimento econômico sustentável e melhorar a qualidade de vida de suas populações.

Estratégias de Desenvolvimento com Força de Trabalho Média

É instrutivo comparar essas estratégias de desenvolvimento de países com grandes populações e as estratégias características de países, primeiro, com populações médias e, depois, pequenas. *Há diferenças substantivas ou flagrantes?*

A segunda faixa populacional de força de trabalho vai do sexto colocado (Paquistão com 78,86 milhões) ao trigésimo-segundo (Canadá com 21,36 milhões). Entre esses 26 países se destacam a Rússia (8ª. 73,8 milhões), Japão (10ª. 69,11 milhões), México (12ª. 58,72 milhões), Vietnã (13ª. 55,69 milhões), Alemanha (15ª. 44,20 milhões), Reino Unido (19ª. 34,38 milhões), França (21ª. 31,62 milhões), Coreia do Sul (23ª. 29,31 milhões).

Os países com uma força de trabalho na faixa de 20 a 80 milhões de pessoas costumam adotar estratégias de desenvolvimento baseadas em suas características geográficas, demográficas, econômicas, sociais e políticas. Geralmente, buscam equilibrar o crescimento econômico, a modernização industrial, a melhoria das condições sociais e a estabilidade política.

Também optam por investimento em setores industriais, desde manufatura leve até indústrias pesadas e tecnológicas, para diversificar a economia e reduzir a dependência de setores primários. Na promoção de setores de alta tecnologia, oferecem incentivos para o desenvolvimento de setores de alta tecnologia e inovação, como a eletrônica, biotecnologia e tecnologia da informação.

Igualmente, providenciam a criação de um ambiente favorável para Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), com incentivos fiscais, regulamentos flexíveis e proteção aos direitos de propriedade. O estabelecimento de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) também é comum para atrair empresas multinacionais e promover a exportação.

Todos fazem investimentos significativos em infraestrutura de transporte (rodovias, ferrovias, portos) e energia para suportar o crescimento industrial. Da mesma forma, investem no desenvolvimento de infraestrutura digital, incluindo redes de telecomunicações e internet de alta velocidade, para suportar a economia digital.

O foco do investimento em educação está em melhorar o sistema educacional, com ênfase em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), ou seja, sua educação é mais focalizada. Mas não deixa de ter programas de formação e requalificação profissional para criar uma força de trabalho qualificada e adaptável às necessidades do mercado.

Implementam políticas de inclusão social para reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda, incluindo programas de assistência social e de desenvolvimento rural. Investem em saúde, educação e habitação para melhorar a qualidade de vida da população.

Exercitam uma gestão econômica prudente por meio de políticas fiscais e monetárias para garantir a estabilidade econômica, controlar a inflação e promover o crescimento sustentável. Fortalecem as instituições governamentais e o Estado de Direito para assegurar a estabilidade política e atrair investimentos.

Quando estão situados em regiões estratégicas têm facilidade de acesso ao comércio internacional, como proximidade de grandes

mercados ou rotas comerciais importantes. Daí recorrem a seus recursos naturais possíveis de ser utilizados para sustentar o desenvolvimento industrial e energético.

Passam pela mesma perspectiva demográfica de não possuir futuramente uma população relativamente jovem para fornecer uma força de trabalho abundante e em crescimento. A alta taxa de urbanização, com grandes centros urbanos que atuam como motores de crescimento econômico.

As economias diversificadas fazem uma combinação de setores primários (agricultura, mineração), secundários (indústria) e terciários (serviços). As taxas de crescimento econômico relativamente mais altas são suportadas por investimentos em infraestrutura e educação.

O maior desafio é obterem progressos significativos na qualidade de vida, incluindo aumentos na expectativa de vida, redução da mortalidade infantil e melhoria nos níveis de educação. Propiciará o aumento das oportunidades de mobilidade social, com políticas promotoras da inclusão e da equidade.

Quando seus governos implementam políticas eficazes de desenvolvimento e mantêm um ambiente estável e propício para negócios. Uma ativa participação em organizações internacionais e acordos comerciais facilita o comércio exterior e atraem investimentos estrangeiros.

Entre exemplos notáveis desses países encontram-se os seguintes:

1. o México, cujas estratégias de desenvolvimento incluem a industrialização, especialmente no setor automotivo, e a participação em acordos comerciais como NAFTA para exportação aos Estados Unidos.
2. a Turquia coloca ênfase na industrialização e modernização da infraestrutura, além de políticas para atrair investimentos estrangeiros e desenvolver o setor de serviços.
3. a Tailândia tem foco na industrialização orientada para a exportação, turismo e desenvolvimento de infraestrutura digital.

4. o Irã, apesar de seus problemas políticos, opta por diversificação econômica e desenvolvimento de infraestrutura energética.

A conclusão é os países com uma força de trabalho na faixa de 20 a 80 milhões de pessoas não adotarem estratégias de desenvolvimento distintas dos maiores. Afinal, eles se concentram na industrialização, atração de investimentos estrangeiros, desenvolvimento de infraestrutura, educação e capacitação, políticas de inclusão social e estabilidade macroeconômica e política. Aproveitando, quando é o caso, sua localização estratégica e a disponibilidade de recursos naturais.

Estratégias de Desenvolvimento com Força de Trabalho Pequena

“Tigres Asiáticos” referem-se a quatro economias do leste e sudeste asiático com um crescimento econômico rápido e sustentado a partir das décadas de 1960 e 1970: Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan. Têm pequena força de trabalho no ranking mundial: Hong Kong (93ª. 3,76 milhões), Singapura (94ª. 3,54 milhões). Um pouco maior é a de Taiwan (48ª. 11,59 milhões).

Essas economias adotaram estratégias de desenvolvimento de modo a transformar-se de países de renda média baixa em economias altamente industrializadas e desenvolvidas.

Primeira distinção foi o foco nas exportações. Os Tigres Asiáticos concentraram-se na produção de bens para exportação, utilizando sua mão-de-obra abundante e barata para competir em mercados globais, particularmente, nas Cadeias Globais de Valor da vizinhança, destacadamente a China.

Como todos, investiram em uma ampla gama de indústrias, desde manufaturas leves (como têxteis) até indústrias mais pesadas e tecnológicas (eletrônicos, petroquímicos).

Seus governos forneceram incentivos fiscais, subsídios e infraestrutura necessária para promover o crescimento industrial. Houve fortes intervenções governamentais na economia para guiar o

desenvolvimento, incluindo controle sobre o sistema financeiro, para atrair bancos internacionais, e políticas de crédito direcionadas.

O grande foco social foi na educação e no desenvolvimento de habilidades técnicas e científicas para criar uma força de trabalho qualificada. Implementou especialmente de programas de formação profissional para atender às necessidades específicas da indústria.

Outro ponto de destaque foi a criação de um ambiente atraente para Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), incluindo zonas econômicas especiais com regimes fiscais favoráveis. Ampliaram a cooperação com empresas multinacionais para adquirir tecnologia e conhecimentos gerenciais.

Como todos os demais já vistos, praticam políticas fiscais e monetárias estáveis para evitar inflação e garantir um ambiente macroeconômico previsível. Seus governos são relativamente estáveis, embora alguns regimes tenham sido autoritários durante os períodos de crescimento rápido.

A localização de todos é estratégica. Localizam-se em rotas comerciais importantes, facilitando o comércio internacional e a integração com a economia global. Têm uma infraestrutura portuária avançada, essencial para suas economias orientadas para a exportação.

A alta densidade populacional em áreas urbanas, proporcionando uma abundante força de trabalho, disposta à superexploração em extensas jornadas de trabalho. Os governos cortaram os direitos de os trabalhadores serem defendidos por sindicatos.

Recentemente, esses países começaram a enfrentar desafios relacionados ao envelhecimento da população devido à baixa taxa de natalidade. Os trabalhadores só vão para cama em busca de dormir um pouco...

Suas taxas de crescimento econômico foram excepcionais, frequentemente acima de 7-8% ao ano, durante os períodos de expansão. Evoluíram de economias baseadas na agricultura para economias diversificadas e industrializadas com setores de serviços e tecnologia em destaque.

Os elevados níveis de alfabetização e forte ênfase na educação facilitou esse caminho. É mais barato e fácil educar uma população menor. Propiciou melhorias significativas nos padrões de vida e na mobilidade social, com a redução da pobreza e aumento da classe média.

Foi relevante terem governos eficazes. Implementaram políticas econômicas claras e estáveis, mesmo sob regimes políticos variados. diferentes sistemas políticos, desde democracias “mais ocidentais” (Coreia do Sul e Taiwan) até estados com características mais autoritárias como Singapura e Hong Kong desde o período colonial britânico.

Em resumo:

1. Hong Kong beneficiou-se de sua posição como um centro financeiro e comercial global, com um ambiente de negócios favorável e políticas econômicas liberais.
2. Singapura enfatizou a criação de um ambiente de negócios extremamente atraente para capital estrangeiro, além de investir pesadamente em educação e infraestrutura.
3. Coreia do Sul colocou foco no desenvolvimento de conglomerados industriais (*chaebols*) e investimento em P&D para transformar-se em um líder global em tecnologia.
4. Taiwan estimulou pequenas e médias empresas inovadoras e deu forte apoio governamental ao setor de tecnologia e manufatura avançada.

Portanto, os Tigres Asiáticos compartilham estratégias de desenvolvimento fundamentais para seu rápido crescimento econômico, como industrialização orientada para exportação, educação de qualidade, atração de investimentos estrangeiros e estabilidade macroeconômica. Contribuíram para criar um ambiente propício ao crescimento e à transformação econômica, cada um adaptando suas estratégias às suas circunstâncias específicas, mas seguindo princípios gerais semelhantes.

Vale examinar também os “paraísos fiscais”. São jurisdições com oferecimento de condições favoráveis para indivíduos e

empresas minimizarem sua carga tributária. Eles adotam várias estratégias para atrair capital estrangeiro.

Segundo dados do Banco Central, em 2021 o investimento no exterior foi de quase US\$ 221 bilhões, divididos nos seguintes países:

1. Holanda;
2. Ilhas Cayman;
3. Ilhas Virgens Britânicas;
4. Bahamas;
5. Luxemburgo.

Por definição, a principal estratégia de desenvolvimento dos paraísos fiscais é oferecer um regime fiscal favorável aos capitais externos. Quando lá escriturado, têm baixa tributação com taxas de imposto sobre a renda, lucro, ganho de capital e herança muito baixas ou inexistentes. Há oferecimento de isenção fiscal total ou parcial para rendimentos de não-residentes.

Dentro do sigilo bancário, há proteção da privacidade porque leis rigorosas garantem a confidencialidade dos detentores de contas bancárias e de outros instrumentos financeiros. Estruturas legais permitem a criação de empresas anônimas, trustes e outras entidades com proprietários não identificáveis publicamente.

As regras são flexíveis. Têm regulações menos rígidas e supervisão mais leve comparadas a outras jurisdições, facilitando a operação de diversas atividades financeiras.

Facilitam o registro de empresas com processos simplificados e rápidos para o registro e operação de empresas e entidades financeiras. Celebram Acordos Internacionais para evitar a dupla tributação, permitindo os rendimentos estrangeiros sejam tributados a taxas mais baixas.

Participam de organizações internacionais. Querem legitimar suas práticas e atrair mais negócios.

A manutenção de um ambiente político e econômico estável inspira confiança nos investidores estrangeiros.

A políticas governamentais favorecem o sistema financeiro internacional e incentivam a instalação de empresas estrangeiras. Cada governo se apresenta como *pró-business*.

Quanto à localização geográfica estratégica, muitos “paraísos fiscais” estão situados em ilhas ou pequenos Estados com fácil acesso aos mercados internacionais, como as Ilhas Cayman, Bermudas e Suíça. Oferecem boa infraestrutura de transporte e comunicações para facilitar operações financeiras globais.

Normalmente, têm populações pequenas, facilitando a implementação e manutenção de políticas econômicas específicas. Propiciam alta renda per capita, devido ao influxo de capital estrangeiro.

O sistema financeiro costuma oferecer a principal fonte de receita, com muitos bancos, fundos de investimento e outras instituições financeiras registrados nesses “paraísos fiscais”. Há dependência significativa das receitas geradas pela atividade financeira, com menos diversificação econômica.

Em muitos casos, possuem Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) elevados, devido ao influxo de riqueza e ao investimento em serviços públicos. Suas pequenas populações são altamente educadas e qualificadas para trabalhar com finanças.

Seus governos são focados em manter um ambiente de negócios favorável e estável. Têm capacidade de adaptar rapidamente leis e regulamentos para atrair e reter capital estrangeiro.

Exemplos de “paraísos fiscais”:

1. Suíça: conhecida pelo seu sistema bancário sigiloso e baixa taxa de imposto sobre o capital estrangeiro;
2. Ilhas Cayman: oferecem isenção de impostos diretos, sigilo bancário rigoroso e facilidade para registro de empresas;
3. Bermudas: conhecidas por sua baixa tributação sobre empresas e seguros, além de ser um centro global para a indústria de seguros.

Em síntese, os paraísos fiscais adotam estratégias de desenvolvimento em torno de regimes fiscais favoráveis, confidencialidade financeira, regulação financeira flexível e um ambiente estável e pró-negócios. Essas jurisdições compartilham características de modo as tornarem atraentes para investidores e empresas buscando minimizar sua carga tributária e operar em um ambiente financeiro estável e confidencial.

Embora controversos, devido ao seu papel em facilitar a evasão fiscal e outras práticas financeiras opacas, os paraísos fiscais continuam a ser importantes atores na economia global.

Semelhanças e Diferenças entre Socialismo Utópico e Social-Democracia

O socialismo utópico e a social-democracia são duas correntes de pensamento dentro do espectro socialista, mas possuem diferenças em suas abordagens, métodos e objetivos. Aqui, explorarei as principais semelhanças e diferenças entre essas duas correntes.

Ambas criticam as desigualdades e injustiças do sistema capitalista, buscando formas de criar uma sociedade mais justa e equitativa. Defendem a necessidade de reformas sociais e econômicas para melhorar as condições de vida das pessoas, especialmente dos trabalhadores. Tanto o socialismo utópico quanto a social-democracia valorizam a cooperação e a solidariedade, embora a aplicação dessas ideias difira entre as duas correntes.

As diferenças entre Socialismo Utópico e Social-Democracia estão na origem e no desenvolvimento posterior. O primeiro surgiu no início do século XIX com pensadores como Charles Fourier, Robert Owen e Henri de Saint-Simon. Eles imaginaram comunidades ideais e cooperativas, muitas vezes sem uma base prática concreta.

A Social-Democracia desenvolveu-se no fim do século XIX e início do século XX, com superação – manutenção do válido e descarte dos equívocos – das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels, mas adaptada para a política democrática por Eduard Bernstein. A

social-democracia evoluiu para defender *a transformação gradual e democrática da sociedade capitalista*.

Como método de implementação de suas ideias, o Socialismo Utópico focava na criação de comunidades ideais e na reforma pacífica da sociedade. Acreditava na possibilidade de transformar a sociedade através de experimentos sociais e exemplos práticos.

Já a Social-Democracia enfatiza a necessidade de mudanças graduais através de processos democráticos e parlamentares. Apoia a participação política e a obtenção de reformas sociais e econômicas dentro do sistema existente.

O Socialismo Utópico tinha uma visão cética ou negativa do Estado como um meio de reforma, preferindo comunidades autossuficientes. A Social-Democracia vê o Estado como um instrumento essencial para implementar reformas. Defende a regulação estatal da economia, a provisão de serviços públicos e a implementação de políticas de bem-estar social.

As propostas econômicas Socialismo Utópico eram geralmente idealistas, com um foco na criação de pequenas comunidades autossuficientes e cooperativas. Mais pragmática, a Social-Democracia defende uma economia mista, onde o setor privado e o setor público coexistem, com forte regulação estatal para garantir justiça social e distribuição equitativa dos recursos.

Por isso, o Socialismo Utópico era criticado por seu idealismo e falta de viabilidade prática. Seus planos muitas vezes ignoravam as complexidades políticas e econômicas.

A Social-Democracia por ser mais pragmática e focada em soluções práticas para melhorar as condições de vida dentro do sistema capitalista, adapta suas políticas de acordo com as realidades econômicas e políticas.

Exemplos de experimentos do Socialismo Utópico foram as comunidades como New Lanark (criada por Robert Owen) e as falanges de Charles Fourier. Representaram tentativas de implementar ideias utópicas. Embora muitas dessas comunidades tenham falhado, elas inspiraram movimentos cooperativos e reformas sociais.

Os partidos social-democratas na Europa, como o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e o Partido Trabalhista no Reino Unido, exemplificam a implementação prática da social-democracia. Estes partidos influenciaram a criação de estados de bem-estar social, políticas de saúde pública, educação gratuita e sistemas de previdência social.

Embora tanto o socialismo utópico quanto a social-democracia compartilhem a crítica ao capitalismo e o desejo de uma sociedade mais justa, diferem em suas abordagens e métodos. O *socialismo utópico* é mais idealista e focado em comunidades experimentais, enquanto a *social-democracia* é pragmática e busca reformas graduais, através de processos democráticos, e a utilização do Estado como um meio para promover a justiça social e a equidade econômica.

A social-democracia atendeu a alguns dos anseios dos socialistas utópicos, especialmente em relação à promoção de um Estado de Bem-Estar Social, mas não alcançou todos os seus objetivos.

A social-democracia implementou sistemas de educação e saúde públicas acessíveis a todos, alinhando-se ao desejo dos socialistas utópicos de garantir bem-estar e igualdade de oportunidades. Programas de seguridade social, como aposentadorias, seguros-desemprego e assistência social, foram instituídos para proteger os cidadãos contra as incertezas econômicas e sociais.

Medidas de redistribuição, como impostos progressivos e subsídios, ajudaram a diminuir a disparidade de renda, um objetivo central dos socialistas utópicos. Em Parlamentos com a maioria de partido de origem trabalhista, houve conquistas de leis de proteção aos direitos dos trabalhadores, incluindo salário mínimo, jornada de trabalho reduzida e condições de trabalho seguras.

Os socialistas utópicos aspiravam à propriedade coletiva ou comunitária dos meios de produção. A social-democracia, no entanto, manteve o sistema capitalista com propriedade privada predominante, apenas regulamentando-o para evitar abusos.

A social-democracia, obedecendo às regras do jogo legislativo, buscou reformar o capitalismo, não o substituir. Os socialistas utópicos desejavam uma transformação mais radical da sociedade, com uma nova estrutura socioeconômica baseada em cooperação e igualdade.

Embora tenha havido avanços na redução das desigualdades, a social-democracia não eliminou completamente as disparidades econômicas e sociais. As desigualdades persistiram, ainda fossem em menor escala.

Os socialistas utópicos valorizavam formas de governança mais diretas e participativas. A social-democracia, em contraste, operou principalmente dentro dos sistemas democráticos representativos, onde a participação direta dos cidadãos nas decisões governamentais é limitada.

Em suma, a social-democracia atendeu parcialmente aos anseios dos socialistas utópicos, especialmente em áreas relacionadas ao bem-estar social e à redução das desigualdades. No entanto, ela não alcançou os objetivos mais radicais dos utópicos, como a abolição do capitalismo e a propriedade coletiva dos meios de produção.

A social-democracia optou por reformar o sistema existente, buscando equilíbrio entre justiça social e eficiência econômica, ao invés de promover uma ruptura total com a ordem socioeconômica estabelecida.

Os países nórdicos – Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia – são exemplos de modelos social-democratas bem-sucedidos. Têm um Estado de Bem-Estar Social desenvolvido por causa do acesso universal e gratuito à educação, desde o ensino básico até o ensino superior; sistemas de saúde pública acessíveis e de alta qualidade, financiados por impostos; programas de segurança social abrangentes, incluindo seguro-desemprego, pensões e assistência social.

A alta taxa de redistribuição de renda é por causa de estruturas tributárias progressivas, onde os mais ricos pagam uma porcentagem maior de sua renda em impostos, contribuindo para a redistribuição da riqueza. Há transferências sociais para reduzir a desigualdade,

incluindo benefícios para famílias, subsídios de habitação e outros apoios financeiros.

A regulamentação do mercado de trabalho garante salários mínimos elevados, segurança no emprego, férias pagas e licença parental. Adotam um modelo de negociação coletiva tripartite que envolve governo, empregadores e sindicatos para garantir condições justas de trabalho e salários decentes.

Há investimentos significativos em infraestrutura pública, incluindo transporte, energia e tecnologia. Fazem constantes investimentos em pesquisa e desenvolvimento para fomentar a inovação e a competitividade econômica.

Adotam políticas robustas para promover a igualdade de gênero, incluindo licenças parentais generosas e incentivos à participação feminina no mercado de trabalho. Somam-se à inclusão social propiciada por políticas para integrar minorias e imigrantes, promover a diversidade e combater a discriminação.

A governança é democrática e transparente com a longa tradição de democracia participativa e transparência governamental. As instituições públicas são confiáveis e baixos níveis de corrupção.

Suas políticas ambientais progressistas têm compromisso com a sustentabilidade ambiental. Incluem políticas de energia renovável, conservação e combate às mudanças climáticas.

Os exemplos práticos são os seguintes. O modelo sueco é conhecido por sua grande rede de segurança social, alta taxa de sindicalização e forte regulação do mercado de trabalho. O Flexicurity dinamarquês combina flexibilidade para os empregadores com segurança para os trabalhadores, através de um sistema generoso de seguro-desemprego e programas de requalificação profissional.

A Noruega combina uma economia de mercado próspera, baseada em parte em suas receitas de petróleo, com uma expressiva rede de segurança social e um fundo soberano capaz de investir as receitas do petróleo em benefício das gerações futuras. A Finlândia é reconhecida por seu sistema educacional de alta qualidade e inovador, e por seus fortes indicadores de bem-estar social.

Os países nórdicos exemplificam um modelo social-democrata capaz de combinar mercados livres com um Estado de bem-estar social abrangente, alta qualidade de vida, igualdade e sustentabilidade. Detalhe relevante: a baixa força de trabalho da Suécia (72ª. 5,72 milhões), Dinamarca (101ª. 3,14 milhões), Noruega (106ª. 2,98 milhões), Finlândia (108ª. 2,85 milhões). Requer menos verbas públicas para as atender.

Socialdemocracia versus Socialismo Real

A *social-democracia* não exige necessariamente a estatização completa dos meios de produção, como é comum em sistemas socialistas mais radicais. Em vez disso, a social-democracia se baseia em um sistema econômico misto por combinar elementos de mercado com uma ampla rede de proteção social e intervenção estatal para garantir o bem-estar da população.

Entre algumas características do modelo social-democrata, em relação à propriedade dos meios de produção, encontram-se as seguintes.

Constitui uma *economia mista*, porque respeita a propriedade privada como um avanço social diante da exclusiva posse da riqueza, seja da nobreza na Era das Monarquias Absolutista, seja do Estado na Era do Mercantilismo. A maioria dos meios de produção permanece nas mãos de empresas privadas e elas operam com base no lucro e na competição de mercado.

Entretanto, o governo desempenha um papel ativo na *regulação da economia*, implementando políticas para corrigir falhas de mercado, promover a igualdade de oportunidades e proteger os direitos dos trabalhadores e consumidores.

Há uma *estatização seletiva*. Em alguns países, setores considerados estratégicos para o interesse público, como energia, transporte, saúde e educação, são parcial ou plenamente estatizados para garantir acesso universal e equitativo a esses serviços.

O Estado mantém *participação acionária ou controle majoritário em empresas públicas* prestadoras de serviços essenciais ou detentoras de monopólios estratégicos como a extração e a

comercialização de petróleo. Mas também podem existir empresas privadas concorrentes nesses setores.

O mais característico da social-democracia é promover *uma ampla rede de proteção social*. Inclui seguro-desemprego, saúde pública, educação gratuita, aposentadoria e outros benefícios sociais financiados pelo Estado de Bem-Estar.

Políticas trabalhistas, como salário mínimo, limites de horas de trabalho, licenças parentais e proteção contra demissões injustas são estabelecidas. Protegem os direitos dos trabalhadores e garantem condições de trabalho dignas.

Há regulação do mercado de trabalho e *redistribuição de renda via política fiscal*. Impostos progressivos são aplicados nas faixas de renda mais elevadas, para financiar programas sociais e reduzir a desigualdade de renda, garantindo uma distribuição mais equitativa da riqueza e oportunidades.

A Autoridade Monetária implementa regulamentações para controlar o sistema financeiro. Previne abusos, garante a estabilidade econômica e o acesso ao crédito para indivíduos e empresas.

Embora a social-democracia possa envolver alguma estatização seletiva de setores estratégicos e uma forte intervenção estatal na economia, ela não faz a estatização completa dos meios de produção como fazem os Estado autodenominados de socialistas. Em vez disso, a social-democracia busca um *equilíbrio entre o mercado e o Estado*, com o objetivo de garantir o bem-estar da população, promover a igualdade de oportunidades e mitigar as desigualdades sociais e econômicas.

É importante observar: embora as ditas Revoluções Socialistas tenham tido participação popular, as conquistas sociais não foram tão intensas como nos países nórdicos com socialdemocracia. Claro, é necessário “dar o desconto” pelo diferencial crucial entre os tamanhos das populações, embora a de Cuba se assemelhe à da Suécia. *Mas a Europa é melhor vizinha diante os Estados Unidos...*

A Revolução Russa (1917) foi impulsionada por protestos de operários e a deserção de soldados do exército czarista. Conselhos de trabalhadores, soldados e camponeses foram estabelecidos em

Soviets e desempenharam um papel crucial na organização da revolução. Os camponeses participaram ativamente nas redistribuições de terras e nas revoltas locais contra os proprietários de terras. Ao fim e ao cabo, predominou a nomenclatura do PC da URSS.

O Exército Popular de Libertação na Revolução Chinesa (1949) foi composto majoritariamente por camponeses, liderados pelo Partido Comunista Chinês. Mobilizaram o apoio camponês através da redistribuição de terras e da luta contra os senhores feudais. Depois, passaram por fome e mortandade.

O Movimento 26 de Julho da Revolução Cubana (1959) incluía estudantes, trabalhadores e camponeses. Todos se juntaram às guerrilhas lideradas por Fidel Castro e Che Guevara. Após a revolução, políticas de alfabetização e redistribuição de terras mobilizaram o apoio popular. Hoje, todos passam fome, exceto os militares da ex-FAR (Forças Armadas Revolucionárias), dominantes da economia.

“As FAR fazem parte da estrutura de poder de Cuba, constituindo um pilar central da estabilidade e continuidade do governo dito socialista. A Revolução Cubana não produziu um governo democrático no qual os conselhos de trabalhadores, camponeses e combatentes fizessem parte das decisões políticas. Ao contrário, criou um Estado burocrático, centralizado e controlador, sufocando as liberdades populares por meio de repressão e exílio, em nome do dogma do socialismo”.

Laura Tedesco e Rut Diamint, autoras dessa sentença em “Forças Armadas Cubanas: Os Negócios são a Pátria”, capítulo do livro *Entre a Utopia e o Cansaço: Pensar Cuba na Atualidade* (2024), não a caracterizam como uma ditadura militar só porque a forte concentração de poder está registrada no Partido Comunista.

Isto apesar de comentarem: “o país é a pior versão de esquerda das ditaduras militares latino-americanas”. O controle social em Cuba é capilar, detalhado em cada quarteirão, através dos Comitês de Defesa da Revolução, fundados em 1960, onde militantes do oficialismo denunciam imediatamente quaisquer dissidências.

Com a perda do monopólio da informação pelo governo, graças às redes sociais (embora com acesso à internet muito precário), as novas gerações crescidas em regime de escassez, criticam a oligarquia burocrático-militar governante do país. Tem condições de vida distantes do restante do povo.

As FAR controlam o turismo, o mercado de câmbio, o transporte aéreo e a mineração. O GAESA (Grupo de Administración Empresarial S.A.), dirigido por um general (ex-genro de Raúl Castro, irmão de Fidel), tem mais de 800 negócios, responsáveis por mais da metade da receita do país, grande parte desses recursos investida no paraíso fiscal do Panamá para fugir do embargo estadunidense. Estima-se as FAR controlarem 844 empresas, entre as quais, as de turismo, comércio, lojas arrecadoras de divisas estrangeiras, comunicações e produção agropecuária.

Em outro capítulo, "Por que irromperam protestos em Cuba", Jessica Dominguez Delgado informa: "a situação econômica precária de um número cada vez maior de pessoas, a dolarização da economia e o difícil acesso a alimentos e produtos de primeira necessidade – comercializados desde o fim de 2019 em moedas estrangeiras – aumentaram as desigualdades e foram alguns dos principais motivos do mal-estar cívico em 2021".

Apesar de todo o esforço de comunicação para desacreditar as ações dissidentes como "contrarrevolucionárias", a carestia (alimentar e de energia elétrica) e a censura aos jovens críticos criaram um terreno fértil em condições naturais para uma convulsão social. "Embora o governo cubano não reconheça sua legitimidade e prefira falar de 'um golpe promovido e orquestrado pelos Estados Unidos', ele tem a responsabilidade pelas causas acumuladas provocadoras dos protestos".

A formalização do câmbio paralelo para compra de dólares não estancou a desvalorização do peso no mercado e provocou uma hiperinflação em Cuba desde o fim do sistema bi monetário (peso e dólar) no início de 2021. Praticamente todas as mercadorias do consumo cotidiano tiveram subida de preços em torno de 1.200%. O salário-mínimo, alçado a 2.100 pesos pela reforma econômica, equivalente em 2021 a 87,5 dólares, passou a valer com o novo câmbio apenas 17,5 dólares. Logo, a população cubana com renda

em moeda nacional empobreceu, perdendo drasticamente poder de compra.

A crise alimentar e econômica em Cuba agravou-se ao ser forçada a realização do consumo pago em divisas estrangeiras e com mercado paralelo superprecificado. Para obtenção de dólares e remetê-los às famílias, há emigração massiva para o exterior, principalmente de jovens e mulheres para os Estados Unidos, com desagregação dos núcleos familiares. Afinal, ficar na ilha significa passar fome, perder horas do dia em filas e sofrer longos apagões de energia. Dizem: *basta!*

Capitalismo Bem-sucedido na Irlanda e Socialismo Malsucedido em Cuba

A Irlanda é uma república constitucional governada como uma democracia parlamentar, com um presidente eleito para servir como chefe de Estado. Considerada um país desenvolvido, tem o terceiro maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, além de ótimas classificações em índices de medição do grau de democracia e liberdades como a de imprensa, econômica e política.

Desde os anos 1980, a economia irlandesa deixou de ser predominantemente agrícola e transformou-se em uma economia focada em indústrias de alta tecnologia e serviços. O país adotou o euro, em 2002, juntamente com onze outros Estados-membros da UE.

É fortemente dependente de investimento estrangeiro direto. Tem atraído várias empresas multinacionais, devido a uma força de trabalho qualificada e uma taxa de impostos baixa.

Algumas empresas, como a Intel, seguida pela Microsoft e pelo Google, investiram na Irlanda desde o fim dos anos 1980. A Irlanda é classificada como a sétima *economia mais livre no mundo*, segundo o Índice de Liberdade Econômica. Em termos de PIB per capita, a Irlanda é um dos países mais ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da União Europeia (UE).

No entanto, o país está abaixo da média da OCDE em termos de PNB per capita. O PIB (Produto Interno Bruto) é significativamente

maior diante o PNB (Produto Nacional Bruto), devido à grande quantidade de empresas multinacionais com sede na Irlanda.

A Irlanda é um destino atraente para empresas multinacionais por várias razões. Destaca-se a baixa tributação corporativa.

Oferece uma das taxas de imposto corporativo mais baixas da Europa, atualmente em 12,5%, altamente atraente para empresas em busca de minimizar seus encargos fiscais. Existem vários incentivos fiscais para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e para empresas com estabelecimento de suas operações na Irlanda.

Ela é conhecida por sua estabilidade política e pelo ambiente regulatório previsível, o que proporciona segurança e previsibilidade para os negócios. O governo irlandês adota políticas favoráveis ao investimento estrangeiro, com regulamentações de modo a facilitar a criação e operação de empresas.

Como membro da União Europeia, a Irlanda oferece acesso ao mercado único europeu. Inclui livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas. Isso é especialmente valioso para empresas em busca de acesso fácil a um grande mercado.

Após o Brexit, isto é, a saída da vizinha Inglaterra, a Irlanda se tornou ainda mais atrativa como porta de entrada para o mercado europeu, especialmente para empresas anteriormente operando através do Reino Unido.

A Irlanda possui uma força de trabalho altamente qualificada e educada, com várias universidades e instituições de Ensino Superior renomadas. Fornecem um fluxo constante de talentos. A língua inglesa como língua principal do país facilita as operações de empresas multinacionais e atrai talentos de todo o mundo.

Ela investe bastante em infraestrutura de tecnologia da informação, telecomunicações, transporte e logística, criando um ambiente propício para negócios de alta tecnologia. Abriga vários *clusters* tecnológicos e de inovação, especialmente em Dublin, um importante *hub* para empresas de tecnologia.

A Irlanda oferece créditos fiscais atraentes para atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, incentivando empresas inovadoras a estabelecerem suas operações no país. O governo irlandês apoia a

inovação e o empreendedorismo, oferecendo subsídios, programas de apoio e infraestrutura para *startups* e empresas de alta tecnologia.

A combinação de baixa tributação, estabilidade política, acesso ao mercado europeu, mão de obra qualificada, infraestrutura avançada e incentivos para inovação torna a Irlanda um destino muito atraente para empresas multinacionais. Esses fatores ajudam a explicar por qual razão tantas empresas escolhem estabelecer suas sedes e operações na Irlanda.

Comparativamente, Cuba e Irlanda, apesar de suas semelhanças geográficas e demográficas, seguiram caminhos econômicos muito distintos, devido a uma combinação de fatores históricos, políticos e sociais. Exploro, em seguida, essas semelhanças e as razões históricas para seus destinos econômicos divergentes.

A geografia comum é a localização insular. Ambos são ilhas, influenciando aspectos como comércio, defesa e cultura. Mas uma é vizinha da potência econômica e moral decadente dos Estados Unidos, outra da potência econômica anterior, a Inglaterra. A América faz um embargo lentamente genocida sobre a população cubana, a outra saiu da União Europeia, beneficiando “a ponte irlandesa”.

Cuba tem um clima tropical, enquanto a Irlanda tem um clima temperado marítimo. No entanto, ambas possuem terras férteis e condições propícias para a agricultura.

A população de Cuba é, aproximadamente, 11 milhões de pessoas, mais do dobro da Irlanda com cerca de 5 milhões de habitantes. Ambos os países têm populações relativamente pequenas em comparação com outras nações economicamente poderosas.

Têm uma história de emigração devido a dificuldades econômicas e políticas. Influenciou suas demografias ao longo do tempo.

As razões históricas para os destinos econômicos divergentes têm raízes na história colonial de cada qual. Cuba foi colônia espanhola até o fim do século XIX, quando se tornou um protetorado dos Estados Unidos após a Guerra Hispano-Americana. A economia cubana durante o período colonial e pós-colonial foi fortemente

baseada na monocultura da cana-de-açúcar e no uso de trabalho escravo.

Irlanda foi dominada pela Inglaterra por séculos. Durante o domínio britânico, sofreu com políticas econômicas favoráveis apenas aos interesses ingleses, como a exportação de alimentos durante a Grande Fome de 1845-1852. Resultou na morte de cerca de um milhão de pessoas e a emigração de muitos mais.

Após a Revolução Cubana de 1959, Cuba adotou um modelo econômico imaginado socialista sob a liderança de Fidel Castro. Isso resultou na nacionalização de empresas e propriedades privadas e na implementação de uma economia centralmente planejada, com forte dependência da União Soviética até seu colapso em 1991.

A Irlanda obteve independência do Reino Unido em 1922 e adotou um modelo econômico capitalista. Inicialmente, enfrentou dificuldades econômicas, mas a partir das décadas de 1980 e 1990, implementou *políticas de liberalização econômica*, atraindo investimentos estrangeiros e se tornando um centro de alta tecnologia e serviços financeiros.

As relações internacionais de Cuba, especialmente com os Estados Unidos, foram marcadas por hostilidade e boicote desde a Revolução de 1959. O embargo econômico imposto pelos EUA ainda tem um impacto significativo na economia cubana, limitando seu acesso a mercados e investimentos estrangeiros.

Irlanda beneficiou-se de sua relação com a União Europeia (UE). A adesão à UE em 1973 trouxe acesso a um grande mercado comum e a fundos. Ajudaram a modernizar a infraestrutura e impulsionar o desenvolvimento econômico.

A economia cubana continuou fortemente dependente do setor agrícola e do turismo, com pouca diversificação industrial. O colapso da União Soviética levou a uma grave crise econômica nos anos 1990, conhecida como Período Especial.

Enquanto isso, a Irlanda investiu em educação e infraestrutura, atraindo empresas multinacionais, especialmente no setor de tecnologia e farmacêutico. O "Tigre Celta", como ficou conhecida a

economia irlandesa, experimentou um rápido crescimento econômico a partir da década de 1990.

Embora Cuba e Irlanda compartilhem algumas semelhanças geográficas e demográficas, seus destinos econômicos divergiram significativamente devido a fatores históricos e políticos distintos. A história colonial, as políticas econômicas adotadas após a independência, as relações internacionais e as estratégias de desenvolvimento econômico foram determinantes para moldar os caminhos únicos de cada país.

Enquanto Cuba seguiu um caminho socialista com impacto significativo de embargos e crises, a Irlanda adotou um modelo capitalista, aproveitando a integração europeia e investimentos estrangeiros para impulsionar seu crescimento econômico.

Os exemplos de ambos os países podem ajudar no debate público no México. Apesar de ser um dos países mais procurados do mundo pelos investidores estrangeiros, o governo mexicano optou por continuar a conceder direitos de proteção.

Em 2023, o México foi o país com mais demandas de arbitragem de investimentos no âmbito dos tratados de proteção de investimentos em todo o mundo. Com 53 casos no total, o México está hoje entre os países mais processados no mundo por investidores estrangeiros perante tribunais de arbitragem internacionais e é o terceiro país mais processado na América Latina e no Caribe.

Cada vez mais dinheiro público corre o risco de ter de pagar aos investidores os montantes multimilionários resultantes de arbitragens. Apesar disso, o México continua a assinar novos *tratados de proteção de investimentos* com a inclusão do recurso a tribunais de arbitragem internacionais como principal mecanismo de resolução de conflitos entre investidores e o Estado, também conhecido como ISDS.

Os investidores estrangeiros podem processar o México por qualquer medida legislativa capaz de afetar os seus lucros, mesmo sendo sanitárias ou medidas de combate às alterações climáticas. As privatizações e as reformas pró-negócios no setor do petróleo e do

gás do México serão protegidas, e se o país quiser revertê-las, o investidor poderá usar o tratado para o processar.

A integração internacional se dá ao custo da soberania nacional. É uma transição sistêmica custosa.

Capítulo 3. Socialismo

Escolha de Sofia entre Diminuição da Pobreza ou da Desigualdade

A "escolha de Sofia" se refere a uma presa com seus dois filhos pequenos, um menino e uma menina, no campo de concentração de Auschwitz durante a II Guerra. Um sádico oficial nazista dá a ela a opção de salvar apenas uma das crianças da execução, ou ambas morrerão, obrigando-a à terrível decisão.

A esquerda, hegemônica em um governo, deve escolher entre as políticas para diminuir a desigualdade e as políticas para diminuir a pobreza? Ambas têm objetivos relacionados, mas abordagens e focos diferentes.

As *políticas para diminuir a pobreza* têm foco no alívio imediato. A assistência social direta fornece recursos ou serviços diretamente às pessoas em situação de pobreza, como alimentos, moradia, educação e cuidados de saúde. Entre outros exemplos, há programas de transferência de renda, como o Bolsa Família no Brasil, cupons de alimentação, e subsídios diretos.

A criação de oportunidades é feita por meio de programas de capacitação e qualificação profissional, visando aumentar a empregabilidade dos pobres. Os investimentos em educação básica e saúde melhoram *o capital humano*, isto é, a capacidade de ganho pessoal.

A redução de vulnerabilidades se obtém por meio de políticas cujo objetivo é reduzir a exposição a riscos. Entre outras, existe o seguro-desemprego e os programas de segurança alimentar.

Por sua vez, *políticas para diminuir a desigualdade* focaliza a redistribuição de renda e riqueza. Focam na redistribuição de recursos econômicos para reduzir a disparidade entre ricos e pobres. Incluem políticas fiscais progressivas, como impostos mais altos sobre rendas mais elevadas e sobre a riqueza.

A busca de igualdade de oportunidades visa assegurar a todos, independentemente de sua origem socioeconômica, terem acesso igual a oportunidades, como educação de qualidade e saúde. As políticas de ação afirmativa com cotas étnicas e/ou sociais em Universidades públicas são exemplares.

Bem-intencionados planejadores pretenderam a adoção de políticas reguladoras dos mercados, para garantir salários e condições de trabalho serem justos. Porém, deveriam permitir os preços relativos serem indicativos de boa alocação de capital.

Cabe sim evitar monopólios e incentivar a inclusão social de minorias e grupos marginalizados. Junta-se ao fortalecimento de instituições promotoras da igualdade, como sistemas de justiça acessíveis e igualitários, e mecanismos de participação democrática.

As diferenças chave entre essas políticas *contra a pobreza* e *contra a desigualdade* se iniciam na temporalidade e alvo de cada qual. As primeiras, geralmente, têm um foco mais imediato e específico, visando aliviar a condição atual dos pobres. As segundas são mais estruturais e de longo prazo, visando modificar as condições capazes de perpetuar a disparidade econômica e social.

Quanto ao âmbito, as *políticas anti pobreza* geralmente têm um escopo mais restrito, focando diretamente nos indivíduos ou grupos pobres. As *políticas anti desigualdade* têm um escopo mais amplo, abordando a distribuição geral de recursos e oportunidades em toda a sociedade.

O sucesso das políticas de combate à pobreza é medido pela redução do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Por sua vez, o sucesso das políticas de combate à desigualdade é medido pela redução das disparidades econômicas e sociais, como a diferença entre os 10% mais ricos e os demais mais pobres.

Portanto, enquanto as políticas para diminuir a pobreza buscam principalmente melhorar a situação dos mais desfavorecidos, de maneira direta e imediata, as políticas para diminuir a desigualdade buscam modificar a estrutura socioeconômica para criar uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades. O problema é as experiências com socialismo real terem privilegiado o combate à desigualdade... e acabaram aumentando a pobreza!

Essas experiências ocorreram, especialmente, durante o século XX no bloco da União Soviética, China e outros Estados asiáticos, foram marcadas por um foco significativo na redução da desigualdade. No entanto, os complexos resultados dessas políticas variaram entre os contextos históricos e geográficos específicos.

Privilegiando a igualdade, planejaram fazer redistribuição de renda por meio da *estatização das forças produtivas*. O socialismo real implementou a coletivização da propriedade e a redistribuição de recursos na tentativa de eliminar as grandes disparidades econômicas. Isso envolveu a nacionalização de indústrias, a reforma agrária e a eliminação da propriedade privada dos meios de produção.

A *economia centralmente planejada* visava distribuir recursos e serviços de acordo com as pressupostas necessidades coletivas, em vez de deixar a alocação ao mercado, isto é, por meio de espontâneas compras e vendas dos agentes privados. A garantia de emprego, mesmo para trabalhadores incapazes, não deveria ser confundida com a garantia de habitação, educação e saúde para todos.

As políticas buscavam não apenas *igualdade de oportunidades* – todos partem das mesmas condições iniciais –, mas também *igualdade de resultados* – igualação a posteriori dos perdedores em uma competição existente em mercado de trabalho –, tentando minimizar as diferenças de renda e *status* entre os cidadãos.

Contraditoriamente ao desejado, entre as consequências houve o aumento da pobreza. A centralização econômica levou a ineficiências produtivas, falta de incentivos para inovação e produtividade, e má alocação de recursos. Isso resultou em economias com recursos escassos e incapacidade de satisfazer plenamente as necessidades e aspirações da população.

Muitos países ditos “socialistas”, onde de maneira pressuposta reinaria a *abundância*, enfrentaram *problemas de escassez* de bens e serviços essenciais, ou seja, pobreza. O racionamento tornou-se comum, e a qualidade de vida diminuiu, exacerbando a pobreza material.

A ausência de mercados livres e a repressão de empreendimentos privados limitaram a criação de riqueza e a mobilidade social. Sem mecanismos de mercado para incentivar a eficiência e a inovação, as economias com pretensões socialistas ficaram para trás em termos de desenvolvimento econômico.

Pior aconteceu quando os regimes socialistas passaram a manter seu partido único no poder através da *repressão política*, limitando liberdades individuais e políticas. A falta de pluralismo e democracia eleitoral resultou em governos sem responder adequadamente às necessidades e demandas de suas populações.

Embora o combate à desigualdade tenha sido uma prioridade, isso se deu à custa da eficiência econômica. A redistribuição sem um sistema de incentivos eficaz levou a uma economia menos dinâmica e menos capaz de gerar riqueza.

Reconhecidamente, as políticas socialistas melhoraram o acesso à educação, saúde e emprego para vastas parcelas da população anteriormente marginalizadas. No entanto, o modelo econômico não conseguiu sustentar o crescimento necessário para melhorar o padrão de vida de forma contínua.

A combinação de ineficiências econômicas, escassez e falta de incentivos para o progresso pessoal e econômico resultou em *pobreza generalizada*, mesmo em uma sociedade onde a desigualdade era menor em termos relativos. Portanto, o *foco na redução da desigualdade*, ocorrido nas experiências de socialismo real, levou a um *aumento da pobreza*, devido à falta de incentivos para inovação e produtividade dos agentes econômicos, além de políticas repressivas de modo a limitarem as liberdades econômicas e políticas para alternância de poder.

Embora os termos “eficiência” e “eficácia” estejam relacionados e sejam usados juntos, não são sinônimos e descrevem aspectos diferentes do desempenho e do sucesso de atividades econômicas e sociais. A *eficiência* coloca o foco na otimização de recursos, enquanto a *eficácia* focaliza a obtenção de resultados. Idealmente, processos e ações devem ser tanto *eficientes* quanto *eficazes*, alcançando os objetivos desejados com o menor uso possível de recursos.

Quase todo o socialismo real, infelizmente, não obteve nem eficiência nem eficácia, fracassando no intento de *privilegiar o combate à desigualdade* em lugar de *solucionar a pobreza*. Nivelou a população por baixo – e a nomenclatura de maneira hierárquica por cima. *Nós, companheiros de esquerda, devemos rever nossos conceitos e práticas em um debate plural e franco.*

Socialismo: Idealização e Realidade

Karl Marx esboçou a ideia do socialismo como uma fase de transição entre o capitalismo e o comunismo, caracterizada pela ditadura do proletariado e pela abolição da propriedade privada dos meios de produção. No entanto, não fez uma descrição detalhada do funcionamento de uma sociedade socialista.

A Ditadura do Proletariado seria a classe trabalhadora (“proletariado”) assumir o controle do Estado e utilizar seu poder para abolir as relações de produção capitalistas. Não seria a ditadura de um Partido Único, mas sim diversos partidos de origem trabalhista se alternando no poder eleito.

Esta “ditadura do proletariado” em contraponto à “ditadura da burguesia”, até então vigente, seria uma fase transitória para a construção de uma sociedade sem classes. Marx não fez um reducionismo binário tipo “nós contra eles” sem sequer um terceiro incluído, tipo “a classe média”?

Abolição da propriedade privada dos meios de produção, na prática, alcançou até a casa própria! Chegaram a estatizar microempresas especializadas em prestações de serviços pessoais com capital humano, isto é, capacidade de ganho com habilidade ou conhecimento pessoal.

A propriedade dos meios de produção seria coletivizada, com a posse e o controle passando dos capitalistas para os trabalhadores, gerido através de estruturas públicas ou cooperativas. Acabou em posse apenas da nomenclatura do Partido Único, sendo fonte de privilégios dessa tecnoburocracia.

A economia seria planejada, democraticamente, para satisfazer as necessidades da sociedade, em vez de ser orientada pelo lucro

privado. Haveria um foco na produção e distribuição igualitária dos recursos – e não a ideia de um Comitê Central dar conta de todas as decisões econômico-financeiras de uma sociedade complexa com milhares de agentes econômicos interativos.

A sociedade socialista deveria estimular o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, uma base tecnológica para aumento da produtividade e diminuição da jornada de trabalho alienante em favor de trabalho criativo. Aumentaria a capacidade produtiva para atender as necessidades materiais de todos os seus membros. A *abundância* necessitaria superar a *escassez*, para criar uma base material suficiente, no sentido de avançar até o comunismo.

Como Marx supôs as classes sociais desaparecerem, juntamente com o Estado, enquanto “instrumento de opressão de uma classe sobre outra” (ao contrário do visto no Estado de Bem-Estar Social), culminando em uma sociedade comunista sem Estado. Nessa *utopia* – crítica à realidade –, Marx se iguala a anarquistas, senão a reles neoliberal na pregação de algo jamais ocorrido na sociedade humana: *a abolição do Estado*.

O termo *socialismo realmente existente* refere-se às formas de socialismo implementadas no século XX, como na União Soviética, na China, em outros países asiáticos como Coreia do Norte, Vietnã e Laos, e apenas em Cuba no Ocidente. Essas experiências diferiram dos conceitos teóricos de Marx em vários aspectos.

Em vez de um Estado transitório, com a perspectiva de desaparecer com o tempo, os Estados socialistas se tornaram altamente centralizados e permanentes. A ditadura do proletariado, em quase todos os casos, transformou-se em *ditadura de um partido único*. A liderança do Partido Comunista preocupa-se, principalmente, com a manutenção do poder e da estrutura estatal.

Embora a economia planejada estivesse de acordo com a visão de Marx, a prática resultou em ineficiências no uso dos recursos escassos, burocratização e falta de inovação em busca de eficácia em seus fins. O planejamento central rígido, elaborado por uma tecnoburocracia, ignorou as necessidades e desejos dos cidadãos, levando à má alocação de recursos e conseqüente escassez de bens.

Em geral, a coletivização da agricultura e da indústria foi implementada de maneira coercitiva. Ao causar resistências diante da expropriação acabou por provocar *tragédias humanitárias*, como a fome durante a coletivização forçada, seja a soviética, seja a chinesa.

O socialismo real envolveu a repressão política e a violação de direitos humanos. Liberdades civis foram limitadas e a dissidência política foi assassinada.

A manutenção do poder por uma nomenclatura partidária contradizia a ideia de uma gestão democrática da economia e da sociedade. Embora visassem a igualdade, os regimes socialistas reais desenvolveram suas próprias formas de desigualdade, com essa elite política e burocrática desfrutando de privilégios.

As ideias de Marx sobre o socialismo eram *idealizações utópicas*, para criticar a realidade vivenciada em meados do século XIX, ainda sem conquistas sociais pelas lutas sindicais e de partidos de origem trabalhista. Ele sonhou com uma transição para uma sociedade sem classes e sem Estado. Pregou uma revolução proletária levar à abolição do capitalismo e ao desenvolvimento de uma sociedade baseada na cooperação e na igualdade.

O *socialismo realmente existente*, implementado no século XX, diferiu significativamente de suas ideias. Em vez de uma transição suave para o comunismo, as revoluções armadas colocaram militares no poder ao adotar medidas repressivas e centralizadoras. Afastaram-se da visão idílica de "socialismo científico".

Enquanto Marx idealizou o socialismo como um estágio de transição para uma sociedade sem classes, o socialismo real apresentou uma versão autoritária. Foi influenciada pelas condições históricas e pelos desafios de governança, enfrentados pelos Estados ao implementar suas ideias de maneira forçada.

No contexto do socialismo real, a tentativa de combater a desigualdade por meio de políticas centralizadas levou à escassez. Em quase todos seus casos, a pobreza se generalizou.

O planejamento centralizado da economia, uma característica do socialismo real, resultou em ineficiências no uso dos meios escassos, devido à complexidade e à dificuldade de prever todas as

necessidades e preferências da população. A falta de mecanismos de mercado para ajustar oferta e demanda levou a decisões centralizadas de produção sem corresponderem às necessidades reais, resultando em excesso de alguns bens e escassez de outros.

A administração centralizada e burocrática tornava o processo de tomada de decisão lento e rígido. A inovação e a adaptação às mudanças eram inibidas por estruturas administrativas burocráticas.

A eliminação da propriedade privada dos meios de produção e a tentativa de igualar rendimentos retiraram os incentivos econômicos para o trabalho árduo das pessoas e a inovação disruptiva por parte de empreendedores. Sem incentivos aos gestores e aos trabalhadores, para aumentar a produtividade e melhorar a eficiência, a produção estagnou, resultando em escassez de bens e serviços.

A coletivização forçada da agricultura levou à queda na produtividade agrícola. Os camponeses, desmotivados pela perda de propriedade privada e pela coerção estatal, resistiram ou diminuíram seus esforços. Na União Soviética e na China, a coletivização resultou em grande fome e declínio na produção agrícola.

O foco em eliminar desigualdades, independentemente da produtividade ou contribuição individual, resultou na alocação uniforme de recursos de maneira ineficaz. Esse *igualitarismo forçado* levou a uma situação na qual a motivação para trabalhar e inovar era reduzida, contribuindo para uma economia menos dinâmica.

O Estado autoproclamado socialista priorizou projetos de indústria bélica, inclusive a aeronáutica e a espacial, sobre as necessidades básicas dos cidadãos. A ênfase em grandes projetos de infraestrutura e indústria pesada desconsiderava a produção de bens de consumo, levando à escassez de produtos essenciais para a população. Subordinou as necessidades individuais ao "coletivo", isto é, à prioridade estatal-militar.

A repressão política e a falta de liberdades civis também afetaram a economia. A ausência de uma sociedade civil ativa e crítica impediu a expressão de descontentamento e a correção de políticas econômicas ineficazes. O medo reduziu a iniciativa individual e a inovação, agravando os problemas econômicos.

A tentativa de erradicar a desigualdade por meio de um controle centralizado resultou em problemas estruturais de escassez e pobreza generalizada. A falta de incentivos econômicos, a ineficiência do planejamento central, a burocratização, a coletivização forçada e a repressão política contribuíram para um ambiente econômico onde a produtividade era baixa e a satisfação das necessidades da população era inadequada.

Cabe à esquerda mundial discutir se a prioridade de combater a desigualdade sem mecanismos de mercado e sem incentivos econômicos adequados resulta apenas em escassez e pobreza para quase toda a população. Os dogmas marxistas necessitam ser questionados.

Revisionismo do Marxismo

Eduard Bernstein, um teórico socialista alemão, é conhecido por desenvolver uma forma de *revisionismo marxista* no fim do século XIX e início do século XX. Ele criticou e revisou algumas das teorias fundamentais de Karl Marx com base no argumento de as condições sociais e econômicas terem mudado e o socialismo idealizado precisava adaptar-se a essas novas realidades.

Por isso, é necessário inicialmente analisar o contexto do revisionismo de Bernstein com as mudanças econômicas e sociais ocorridas no 1/2 século após o “Manifesto Comunista” de Marx e Engels. Bernstein observou, contrariamente às previsões marxistas sobre a intensificação das crises econômicas, as economias capitalistas estavam se estabilizando e crescendo.

Houve melhorias nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, em parte devido às reformas conquistadas pelos sindicatos e pelos partidos social-democratas. Deduziu daí a democratização gradual das sociedades europeias, com a ampliação do sufrágio e a introdução de reformas sociais, sugerir as mudanças sistêmicas poderem ser alcançadas de forma pacífica e gradual.

Os partidos social-democratas, especialmente na Alemanha, começaram a obter sucesso eleitoral e a ganhar assentos no

parlamento. Percebeu a possibilidade de influenciar a política dentro do sistema democrático existente.

As experiências políticas concretas demonstraram: com a participação militante e a consciência política dos trabalhadores, seus líderes poderiam até conquistar maioria parlamentar e/ou o Poder Executivo. Esses representantes seriam uma “vanguarda”.

Bernstein, na virada para o século XX, argumentou: *o capitalismo não estava se dirigindo inevitavelmente para uma crise catastrófica e um colapso*, como Marx havia previsto. Em vez disso, ele via o capitalismo mostrando uma capacidade de adaptação social.

Logicamente, surgiu a distinção entre *re-evolução sistêmica* e *revolução armada*. Bernstein defendia o socialismo ser alcançado através de reformas graduais e pacíficas, em vez de uma revolução súbita e violenta.

Enfatizou a importância das reformas políticas e sociais, como a legislação trabalhista, a seguridade social e a expansão dos direitos democráticos. Todas seriam meios de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e avançar para o socialismo.

Suas reflexões conduziram à revisão da Teoria do Valor a partir do argumento da superexploração. Bernstein questionou a ideia de o valor das mercadorias ser determinado exclusivamente pelo trabalho. Outros fatores de produção, como a utilidade de cada bem e serviço, ao influenciar a demanda, também desempenhariam um papel chave na determinação dos preços.

Embora reconhecesse a exploração dos trabalhadores, Bernstein acreditava as reformas sociais e econômicas poderiam mitigar a exploração dentro do sistema capitalista.

Em função desse revisionismo, sugeriu a luta de classes não ser, necessariamente, uma luta de extermínio dos capitalistas pelos trabalhadores. Ele acreditava na *possibilidade de colaboração entre as classes* para alcançar reformas de modo a beneficiarem toda a sociedade.

Essas reflexões críticas provocaram as reações humanas mais comuns por parte dos marxistas sectários. Usaram maus argumentos no debate público.

Primeiro, apelaram para a *falácia genética*, isto é, o apego emocional, seja negativo, seja positivo, à origem do emissor de uma ideia. Um bom argumento foi desvalorizado não por seu mérito, mas somente por causa da origem social ou partidária da pessoa capaz de a defender racionalmente.

Daí fizeram o *apelo à hipocrisia* (ou *tu quoque*: você também). Tentaram *rebater uma acusação com outra acusação*, desviando a atenção da correção da acusação inicial. Buscaram apontar uma suposta contradição entre o argumento da pessoa e suas ações ou afirmações anteriores, não aceitando ela *rever seus conceitos*.

Apelaram também à *culpa por associação*, ou seja, desacreditar uma ideia ao associá-la a algum indivíduo ou grupo malvisto em suas redes de relacionamentos sociais.

Chegaram até adotar o ataque *ad hominem* (ao homem): desqualificação do interlocutor por um juízo negativo de suas intenções. Representa atacar a pessoa, em vez da opinião dela, com a intenção de desviar a discussão e desacreditar a proposta desse oponente intelectual.

Os marxistas ortodoxos usaram (e abusaram) do argumento da *incredulidade pessoal* quanto aos "reformistas". Na verdade, a incapacidade pessoal de entender ou imaginar algo leva a pessoa a acreditar aquilo ser falso ou impossível.

Rosa Luxemburgo foi uma das principais críticas do revisionismo de Bernstein. Apelou para o jargão marxista, indecifrável para a maioria dos populares, ao argumentar "ele subestima a natureza contraditória e instável do capitalismo" e "compromete os objetivos revolucionários do socialismo".

O Partido Social-Democrata Alemão (SPD) ficou dividido entre aqueles apoiadores das ideias revisionistas de Bernstein e os fiéis às doutrinas marxistas ortodoxas.

O legado desse revisionismo foi ser um guia para a prática do movimento social-democrata europeu. As ideias de Bernstein tiveram uma influência duradoura, especialmente na Europa, onde muitos partidos adotaram *uma abordagem reformista em vez de uma pressuposta revolucionária*, provocadora de conflito armado violento.

O revisionismo de Bernstein ajudou a moldar a ideologia do *socialismo democrático*. Busca combinar os princípios do socialismo com a democracia parlamentar (ou congressual) e as reformas graduais.

Representou uma reavaliação significativa das teorias marxistas à luz das mudanças sociais e econômicas desde o fim do século XIX. Defendia *uma transição pacífica e gradual para o socialismo*, utilizando as instituições democráticas para implementar reformas progressivas.

Embora tenha enfrentado críticas acirradas dos marxistas ortodoxos, as suas ideias tiveram um impacto profundo no desenvolvimento do socialismo democrático. Levou à revisão da estratégia política de muitos partidos social-democratas ao redor do mundo.

Socialismo: Revolução ou Re-Evolução Sistêmica?

O socialismo não seria uma *evolução sistêmica* a ser alcançada quando a escassez fosse superada ou quando a desigualdade não mais existisse?

O *socialismo*, conforme teorizado por Karl Marx, deveria ser entendido como uma fase de transição entre o capitalismo e o comunismo. O socialismo seria alcançado através do desenvolvimento das forças produtivas até o ponto no qual a escassez material fosse superada e, simultaneamente, a desigualdade eliminada. Dialeticamente, a *quantidade* de conquistas alteraria a *qualidade* da sociedade.

A sociedade teria a capacidade de produzir bens suficientes para atender às necessidades básicas de todos os seus membros. Reinaria a abundância!

Com a superação da escassez, o trabalho deixaria de ser alienante, pois os trabalhadores não mais estariam sujeitos à exploração capitalista. Em vez disso, o trabalho seria uma atividade criativa e autorrealizadora.

A abolição da propriedade privada dos meios de produção levaria à redistribuição dos recursos, eliminando a desigualdade econômica. A propriedade coletiva garantiria os benefícios de a produção serem compartilhados equitativamente.

O socialismo eliminaria as classes sociais, promovendo a igualdade em termos de oportunidades e resultados. Não se obteria apenas a igualdade econômica, mas também a igualdade em termos de acesso à educação, saúde e outros serviços essenciais.

Na visão original marxista, a superação da escassez e a eliminação da desigualdade seriam interdependentes. Isto porque a escassez cria condições para a competição e a desigualdade, enquanto a desigualdade mantém a escassez ao restringir o acesso equitativo aos recursos e oportunidades.

O socialismo era visto como uma fase de transição onde a sociedade ainda trabalharia para superar a escassez e eliminar a desigualdade. Esta fase requereria um planejamento econômico centralizado e a ditadura do proletariado para reorganizar a economia e a sociedade.

Na prática, os regimes socialistas do século XX enfrentaram dificuldades em superar tanto a escassez (pobreza) quanto a desigualdade. As economias planejadas centralmente não conseguiram alcançar a eficiência necessária para eliminar a escassez, enquanto a criação de uma nova elite burocrática perpetuou formas de desigualdade.

A China adaptou suas práticas socialistas ao incorporar componentes de *economia de mercado*, buscando superar a escassez através do crescimento econômico e da inovação. Em contrapartida, as diferenciadas iniciativas privadas reintroduziu a desigualdade social.

Na teoria marxista, o socialismo é uma evolução sistêmica progressiva em busca de superar a escassez e eliminar a desigualdade. Estas duas condições estariam interligadas.

A ideologia do socialismo visa criar uma sociedade onde os recursos serão abundantemente disponíveis e equitativamente distribuídos, preparando o caminho para o comunismo, onde o Estado

e as classes sociais desaparecerão completamente. A realização prática desse ideal, entretanto, foi anacrônico por ter sido tentado em países com baixo desenvolvimento no modo de produção capitalista, conforme as circunstâncias históricas e contextuais de cada qual.

Para agravar *o anacronismo diante a atual realidade*, com a robotização substituta do trabalho operário e a automação do processo de produção, não desaparece *o sujeito revolucionário* capaz da condução da sociedade ao socialismo?

Essa questão sobre o papel do trabalhador como agente revolucionário no contexto da robotização e automação da produção é interessante e complexa.

De fato, com o avanço da robotização e automação, muitas tarefas anteriormente realizadas por trabalhadores humanos estão sendo substituídas por máquinas e inteligência artificial. Isso tem impactos significativos na estrutura do emprego, especialmente em setores de manufatura e produção.

A tradicional base de operários das indústrias, historicamente, desempenhou um papel central em movimentos sindicais e lutas trabalhistas. Agora, está diminuindo em tamanho e influência, devido à automação e/ou robotização. O sindicalismo está decadente.

Enquanto alguns empregos são substituídos, estão surgindo novas oportunidades em setores relacionados à tecnologia, programação, ciência de dados, manutenção de máquinas etc. Estes novos trabalhadores desenvolverão uma consciência de classe e interesses compartilhados?

Os trabalhadores qualificados em setores emergentes, como tecnologia da informação e serviços digitais, se organizarão e mobilizarão em torno de questões trabalhistas específicas, como salários, condições de trabalho e segurança no emprego? Ou simplesmente, dada à elevada demanda por seu trabalho, cada qual mudará de emprego caso fique insatisfeito?

Em outros casos, como na "urberização", a fragmentação do mercado de trabalho e a proliferação de empregos precários e temporários dificultam a organização e a mobilização dos trabalhadores competitivos entre si em torno de interesses comuns.

A noção de “trabalhador” está mudando, para “microempreendedor” (ou “pejotizado” no Brasil), porque surgiram novos tipos de ocupações. A identidade de classe e a consciência de classe se manifestam de maneiras diferentes em locais de trabalho mais diversificados e fragmentados.

A automação e a robotização estão transformando as relações de produção, criando contradições e antagonismos entre capital e trabalho como a superexploração em jornadas extensas em *home office*. Uma classe trabalhadora revolucionária depende da capacidade dos trabalhadores de se organizarem e se mobilizarem em torno de bandeiras-de-luta.

A revolução socialista não se basearia, exclusivamente, na classe trabalhadora industrial, como Marx previu em contexto sem uma classe média com formação universitária. Surgiram novos sujeitos sociais, como os trabalhadores do conhecimento, e formas de luta de ativistas ambientais, comunidades marginalizadas e outros grupos identitários.

Portanto, a robotização e a automação estão mudando o cenário do trabalho e desafiando concepções tradicionais sobre a classe trabalhadora e sua capacidade de conduzir a transformação social. Enquanto alguns aspectos do sujeito revolucionário estão mudando, a luta por justiça social, igualdade e emancipação continua, e novas formas de organização e mobilização surgem em resposta às oportunidades apresentadas pela mudança tecnológica e econômica.

Indivíduos detentores de capital humano, como profissionais altamente qualificados, especialistas em tecnologia, consultores, entre outros, demonstram ter uma relação ambígua entre a consciência de classe trabalhadora e o empreendedorismo. Muitos supervalorizam suas habilidades e conhecimentos especializados. Creem sua identidade profissional estar mais ligada à sua *expertise* em vez de à sua ocupação como parte da classe trabalhadora tradicional.

Profissionais com capital humano elevado se sentem, cultural e socialmente, distantes de trabalhadores em empregos menos qualificados. Isso dificulta sua identificação com uma consciência de classe comum.

Alguns desses profissionais se envolvem em *empreendedorismo de conhecimento*, iniciando suas próprias empresas (*startups*) com base em suas habilidades especializadas. Eles, então, se identificam mais como empreendedores em vez de como trabalhadores assalariados.

Profissionais com capital humano significativo valorizam a independência e a autonomia obtidas com a criação de suas próprias empresas. Leva-os a se identificar mais com a figura do empreendedor diante a classe trabalhadora.

A *identidade de classe* é apenas uma parte da identidade de um indivíduo, influenciada por outros aspectos como gênero, raça, etnia, orientação sexual etc. A interseccionalidade dessas identidades influencia como os indivíduos se veem e se identificam.

A *consciência de classe* não é estática por ser moldada por experiências pessoais, sociais e políticas. A consciência de classe trabalhadora depende de uma variedade de fatores, entre os quais, suas experiências no local de trabalho, suas crenças políticas e sua compreensão das relações de poder na sociedade. Podem reconhecer sua posição dentro das relações de classe e poder – e se envolver em lutas trabalhistas e movimentos sociais em busca de justiça e igualdade.

Revoluções Socialistas com Governos Militarizados

As *revoluções ditas socialistas*, em geral, resultaram em governos fortemente militarizados. Este fenômeno foi observado em diversos exemplos históricos, onde as vanguardas dos regimes emergentes das revoluções socialistas centralizaram o poder e utilizaram o aparato militar para manter o controle e implementar suas políticas.

Desde logo, destaca-se a primeira: após a Revolução de Outubro de 1917, os bolcheviques, liderados por Vladimir Lenin, tomaram o poder na Rússia. A guerra civil subsequente (1917-1922) entre os bolcheviques (Exército Vermelho) e seus adversários (Branco e outros) exigiu uma mobilização militar massiva.

O novo governo soviético estabeleceu uma *ditadura do proletariado*, fortemente *centralizada e militarizada*. O Exército Vermelho, liderado por Leon Trotsky, tornou-se uma instituição central do Estado soviético.

O regime utilizou a repressão militar para consolidar o poder e eliminar a oposição. Durante o governo de Joseph Stalin, o militarismo se agravou com prisões e assassinatos de inimigos internos e a expansão militar. Priorizou a industrialização bélica.

Na Revolução Chinesa (1949), após uma longa guerra civil, o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Tsé-Tung, derrotou as forças nacionalistas de Chiang Kai-shek. A luta armada e a mobilização militar foram fundamentais para a vitória comunista.

Em consequência, o Partido Comunista Chinês estabeleceu um estado socialista fortemente centralizado e militarizado. O Exército de Libertação Popular desempenhou um papel crucial na consolidação do poder.

O governo o utilizou para implementar políticas internas e suprimir qualquer dissidência. O militarismo também foi evidente durante a Revolução Cultural e outras campanhas políticas com características militarizadas, inclusive nos uniformes dos dirigentes.

Na Revolução Cubana (1959), Fidel Castro e seus seguidores, incluindo Ernesto Che Guevara, lideraram uma luta armada contra o regime de Fulgêncio Batista. Após a vitória, o novo governo estabeleceu um regime socialista igualmente uniformizado.

O governo de Fidel Castro foi altamente centralizado, com as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e as brigadas, em cada quadra de Havana, desempenhando papéis fundamentais na manutenção do regime. A revolução cubana resultou em um Estado onde o exército e as milícias agiram na defesa da revolução e na repressão diante de qualquer oposição interna.

Na Revolução Sandinista na Nicarágua (1979), a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) liderou uma insurreição armada contra a ditadura de Anastasio Somoza Debayle. Após a vitória, os sandinistas estabeleceram um governo dito socialista.

O novo regime sandinista centralizou o poder e militarizou várias instituições do Estado. Durante os anos 80, a Nicarágua enfrentou a guerra de contrarrevolução, onde os sandinistas usaram o exército e milícias para defender o governo e implementar suas políticas.

Na Revolução Vietnamita (1945-1975), após a Segunda Guerra Mundial, os comunistas vietnamitas liderados por Ho Chi Minh lutaram contra o domínio colonial francês e depois contra o governo do Vietnã do Sul, apoiado pelos EUA. Após a vitória em 1975, o Vietnã foi reunificado sob um governo comunista, com forte centralização e militarização.

O exército desempenha um papel central no governo e na sociedade, tanto na defesa do país quanto na implementação das políticas do Partido Comunista.

Praticamente todas as revoluções socialistas conduziram a governos muito militarizados, devido a várias razões:

1. *consolidação do poder*: a necessidade de consolidar o poder e eliminar a oposição interna e externa levou à centralização do controle militar;
2. *legados de conflito*: a origem dessas revoluções em lutas armadas e guerras civis criou uma cultura de militarização e uma dependência das Forças Armadas para manter a ordem;
3. *ideologia e segurança*: a defesa da revolução e a proteção contra ameaças reais ou percebidas levaram à militarização do Estado e da sociedade.

Esses fatores contribuíram para quase todos os regimes socialistas utilizassem o aparato militar como um pilar central de seu governo, resultando em estados fortemente militarizados. Em consequência, viraram *ditaduras não do proletariado, mas sim dos militares*.

Dada a semelhança em aparato militar, cabe comparar os crimes contra a humanidade cometidos por Joseph Stalin e Adolf Hitler. É um tema complexo e sensível, pois envolve diferentes contextos históricos, motivações e métodos de repressão e violência.

No entanto, ambos os líderes são responsáveis por atrocidades, em grande escala, resultantes na morte de milhões de pessoas.

Os crimes desumanos de Joseph Stalin se iniciaram com a fome de milhares de pessoas, levando-as à morte, devido à coletivização agrícola. Nos anos 1930, implementou a coletivização forçada da agricultura na União Soviética, provocando a destruição de propriedades agrícolas privadas e à criação de fazendas coletivas.

Como não bastasse, sua *política de coletivização*, juntamente com a requisição de grãos pelo Estado, contribuiu para a fome na Ucrânia (1932-1933), conhecida como *Holodomor*. Também resultou na morte de milhões de ucranianos. Estimativas variam, mas as mortes são geralmente calculadas entre 3 e 7 milhões pessoas.

Durante o *Grande Expurgo* (1936-1938), Stalin realizou uma série de campanhas de repressão política, execuções, e deportações em massa. Entre 600.000 e 1,2 milhão de pessoas foram executadas, além de milhões terem sido enviadas para campos de trabalho forçado (*Gulags*) por causa dos expurgos políticos dos dissidentes ou discordantes opositores de suas ideias.

Essas pessoas eram desde dissidentes políticos até minorias étnicas. Muitas morreram devido às condições brutais, trabalho exaustivo, fome e doenças.

Em comparação, equivalem aos crimes de Adolf Hitler com o Holocausto ou extermínio sistemático. Sob o regime nazista, Hitler e seu governo implementaram a "Solução Final" com o propósito de *extermínio dos judeus na Europa*. Aproximadamente 6 milhões de judeus foram mortos em campos de extermínio, fuzilamentos em massa e guetos.

Além dos judeus, o regime nazista perseguiu e exterminou milhões de outras pessoas, incluindo ciganos, eslavos, prisioneiros de guerra soviéticos, pessoas com deficiência, homossexuais e dissidentes políticos. As estimativas do total de mortos variam, mas geralmente são calculadas entre 11 a 17 milhões.

As guerras de conquista e genocídio de ambos – Stalin e Hitler – não devem ser relativizadas em termos de *números de vítimas*. As políticas expansionistas e racistas de Hitler levaram à Segunda

Guerra Mundial, resultante na morte de aproximadamente 70 milhões de pessoas, incluindo civis e militares.

As políticas raciais nazistas visavam a “pureza racial”. Incluíam a esterilização forçada e o assassinato de pessoas consideradas “indesejáveis”.

Em comparação, é lamentável a tal ponto chegar suas motivações e ideologias. As *atrocidades de Stalin* foram principalmente motivadas pela consolidação de poder político, a implementação de políticas econômicas socialistas, e a eliminação de qualquer oposição ao seu regime. Os *crimes de Hitler* foram impulsionados por uma ideologia racista e expansionista, com o objetivo de criar uma sociedade ariana pura e expandir o território alemão.

As repressões políticas, a fome induzida e os campos de trabalho forçado foram os métodos principais de Stalin. Embora menos focado no genocídio racial, as políticas dele resultaram em mortes em massa por fome, execuções e condições brutais nos *Gulags*.

O genocídio sistemático, especialmente através do Holocausto, e a guerra total foram os métodos principais de Hitler. O extermínio de grupos específicos, especialmente os judeus, foi uma característica central de sua política.

O impacto do regime de Stalin é evidente na devastação social e econômica na União Soviética e no trauma prolongado das repressões. O legado de Stalin é de uma sociedade profundamente marcada pelo medo e pela desconfiança.

O legado do regime nazista é de *um dos maiores genocídios da história*, além de uma guerra devastadora. O Holocausto permanece um símbolo do mal extremo e da destruição racista.

Embora as motivações e métodos de Stalin e Hitler fossem diferentes, ambos os regimes resultaram em crimes contra a humanidade em uma escala sem precedentes. As atrocidades cometidas por ambos os líderes causaram a morte de milhões e deixaram cicatrizes inesquecíveis nas sociedades afetadas.

Comparar esses crimes não é trivial, mas é essencial reconhecer a magnitude das atrocidades cometidas por ambos. Há necessidade de lembrar e aprender com esses capítulos sombrios da história humana. Não se deve tolerar o neofascismo com o propósito de repeti-los ao exterminar seus adversários e os imigrantes indesejados.

Da Economia Primária Exportadora de *Commodities* à Socialista?

O “socialismo em um só país” foi uma tese desenvolvida por Nikolai Bukharin, em 1925, e adotada como política estatal por Josef Stalin, diante da derrota de todas as revoluções comunistas na Europa. Achavam ser necessário primeiro consolidar o socialismo na URSS para, em longo prazo, ter força suficiente para sustentar a revolução mundial.

Este argumento encontrou a oposição de Leon Trotsky com a sua Teoria da Revolução Permanente. Defendia a revolução mundial ser a única garantia da vitória do socialismo na Rússia, um país atrasado sem industrialização, desse modo, incapaz isoladamente de cumprir *as promessas socialistas de abundância*.

A dedução racional é muito menos ser possível uma mudança sistêmica com uma transição de uma pequena economia primário-exportadora de *commodities* diretamente para o socialismo. Ela é inteiramente dependente da exploração e exportação de recursos naturais, como petróleo, minerais, produtos agrícolas etc.

A *transição para o socialismo* envolveria mudanças significativas na estrutura econômica mundial com elevação da produtividade generalizada de modo a ter abundância em todos os países. Países dependentes de *commodities*, sem explorar um grande mercado interno, têm suas políticas econômicas influenciadas por interesses externos, como as empresas multinacionais e o padrão-dólar.

Essa influência estrangeira dificultaria a implementação de políticas socialistas tendo em vista a redistribuição de renda e a redução da desigualdade. Economias baseadas em *commodities*,

geralmente, enfrentam altos níveis de desigualdade social e econômica, com a riqueza concentrada em poucas pessoas.

Uma estratégia-chave para a transição para o socialismo seria a *diversificação da economia*, reduzindo a dependência de *commodities* e promovendo setores como manufatura, serviços e inovação. *Simples de diagnosticar, difícil de implementar* sem educação, conhecimento em ciência e tecnologia, patentes e capital inclusive estrangeiro.

O *socialismo em escala sistêmica internacional* envolveria a propriedade familiar de bens de consumo duráveis (inclusive moradias, fazendas, automotores etc.) – e não a “nacionalização” (contradição nos próprios termos) ou controle estatal-militar dos recursos naturais e principais setores da economia. Isso não garante os benefícios da exploração de recursos serem distribuídos de forma mais equitativa entre toda a população e não apenas para a *nomenclatura partidária e/ou militar*.

Os investimentos em educação, saúde, moradia e outras políticas sociais são fundamentais, para promover o bem-estar da população, mas não têm o dom de reduzir a desigualdade, inclusive pelas distintas competências individuais e oportunidades. Essas políticas sociais teriam de ser financiadas através de impostos sobre a exploração de recursos naturais e outras fontes de receita. Encontrase grande resistência política contra a elevação da carga tributária.

O sucesso da transição para o socialismo em uma economia primário-exportadora de *commodities* não depende apenas da participação ativa e democrática da população na formulação e implementação de políticas econômicas e sociais. Mas eleições democráticas com alternância de poder entre partidos seriam essenciais.

Por exemplo, uma economia primário-exportadora de poucas *commodities*, dependente de turismo e remessas dos imigrantes, como é Cuba, alimenta a *autoilusão de estar em transição para o socialismo*. Isto porque promoveu a nacionalização militar de suas poucas indústrias e investiu em políticas sociais abrangentes, apesar do embargo genocida do vizinho Estados Unidos.

A Venezuela é outro exemplo contemporâneo de uma economia exportadora de petróleo com o autoengano de seguir uma agenda socialista, ao nacionalizar setores-chave da economia e implementar políticas de redistribuição de renda. Por isso, enfrenta grande instabilidade política e econômica.

Embora seja triste, a transição para o socialismo em uma economia primária exportadora de *commodities* não é possível mesmo com a implementação de políticas econômicas e sociais em busca de diversificação econômica, controle estatal dos recursos, desenvolvimento de políticas sociais abrangentes e participação democrática da população. O sucesso dessa *transição sistêmica*, inclusive para *um novo modo de produção*, depende da economia e do Estado de Bem-Estar Social se generalizar, inclusive em países associados à dependência de *commodities*, ao se promover uma agenda de justiça social e igualdade.

Reduzir a dependência de *commodities* e promover setores como manufatura, serviços, tecnologia e inovação requer uma abordagem sistêmica abrangente. Envolve políticas econômicas, investimentos estratégicos e medidas para melhorar o ambiente de negócios.

Inicialmente, é necessário *identificar os setores estratégicos* com potencial de crescimento e competitividade, como manufatura avançada, serviços de alto valor agregado (como turismo, tecnologia da informação, financeiro), e indústrias baseadas em conhecimento e inovação. Depois, como *estímulo à diversificação*, cabe oferecer incentivos fiscais, subsídios e financiamento para empresas, inclusive estrangeiras, em busca de entrar em novos setores de atividade.

Exige *investimentos em infraestrutura física básica*, como transporte, energia e telecomunicações, para apoiar o crescimento de novos setores econômicos e facilitar o comércio e a logística. Deve ser acompanhada do desenvolvimento de *infraestrutura digital* de alta velocidade e conectividade para promover a inovação tecnológica e o desenvolvimento de serviços digitais.

No pré-requisito *Educação e Capacitação*, é fundamental desde o ensino básico para todos até programas de educação técnica e profissionalizante no sentido de desenvolver habilidades específicas

necessárias para os setores de manufatura avançada e tecnologia. Isso sem falar na massificação do Ensino Superior.

Em instituições de Educação Superior, o *incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento* promoveria a inovação e o avanço tecnológico. Complementar-se-ia com *incentivos ao empreendedorismo*: oferecer financiamento, mentoria e suporte técnico para *startups* e pequenas empresas inovadoras. Nesse escopo, estabeleceria parques tecnológicos e incubadoras de empresas para facilitar o desenvolvimento e comercialização de novas tecnologias e produtos inovadores.

A melhoria do *ambiente de negócios* exige reformas regulatórias, para simplificar e agilizar os processos de licenciamento, registro de empresas e conformidade regulatória. Tudo isso visa facilitar a criação e operação de negócios. A segurança jurídica existe quando se garante um ambiente jurídico estável e previsível para proteger os investimentos e os direitos de propriedade intelectual.

O isolamento não leva à mudança sistêmica, porque um requisito-chave é a *cooperação internacional*. É necessário estabelecer parcerias estratégicas com outros países e organizações internacionais para promover o comércio externo, transferência de tecnologia e investimentos estrangeiros.

Um avanço ou “salto de etapas” seria a integração regional em Cadeias Globais de Valor. Participar de blocos econômicos regionais e acordos de livre comércio expandiria os mercados de exportação e diversificaria as fontes de investimento.

A redução da dependência de *commodities* e a promoção de setores como manufatura, serviços, tecnologia e inovação exigem um compromisso de longo prazo com políticas econômicas consistentes, investimentos estratégicos e reformas institucionais. Ao diversificar a economia e promover a inovação, os países criam empregos de alta qualidade, aumentam a produtividade e a competitividade, e reduzem a vulnerabilidade às flutuações nos preços das *commodities*.

Quando um país enfrenta escassez de divisas estrangeiras e não possui uma base tecnológica industrial desenvolvida, a estratégia de desenvolvimento precisa ser planejada e implementada para

superar esses limites. *Nem o protecionismo, nem livre-mercado salva!*

Requer uma abordagem multifacetada e integrada, combinando medidas para diversificar a economia, promover a inovação, desenvolver capacidades tecnológicas e criar um ambiente favorável ao empreendedorismo e investimento. Essa estratégia demanda um compromisso de longo prazo por parte do setor público, do setor privado e da sociedade civil para alcançar um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

Exige diversificação econômica, desenvolvimento de capacidades tecnológicas, fomento ao empreendedorismo, políticas de exportação e substituição de importações, diversificação de mercados de exportação, desenvolvimento de recursos humanos com educação e capacitação, migração qualificada, estabilidade macroeconômica com políticas coerentes e consistentes entre si.

Cuba: Transição Socialista em Economia de Escassez?!

Aline Marcondes Miglioli, graduada e doutora pelo IE-UNICAMP (mestre pela UNESP), é uma das organizadoras do livro *“Entre a Utopia e o Cansaço: Pensar Cuba na Atualidade”* (São Paulo: Elefante; 2024), fruto de vasta pesquisa de campo. Foi responsável pela esclarecedora entrevista, apresentada no segundo capítulo, com José Luis Rodriguez, economista, professor e ex-ministro da Economia de Cuba.

Permite conhecer as etapas da história econômica da Revolução Cubana, seus acertos, avanços e dilemas. Em 1959, praticamente não havia economistas graduados na ilha, talvez por isso tenha predominado *o sonho ideológico* em lugar de *o enfrentamento pragmático* da realidade de um país pobre.

A primeira etapa da política econômica do governo revolucionário, de 1959 a 1963, é demarcada pela *mudança na estrutura da propriedade* por meio de nacionalizações. Confundia-se “a criação da estrutura econômica de um país socialista” com a estatização dos meios de produção e a eliminação do mecanismo do

mercado para alocação do capital, substituído pelo planejamento central.

Em uma diminuta economia primário-exportadora, sob a assessoria da CEPAL, entre 1961 e 1963, desenvolveu-se uma *estratégia de industrialização substitutiva de importações*. Tinha o objetivo de diversificação da produção básica do país, até então centrada no açúcar.

A dura realidade dos fatos se impôs, depois *o reconhecimento de Cuba não estar preparada para se industrializar*, porque não tinha os elementos mínimos para tanto. Por exemplo, a escolaridade da força de trabalho era de apenas dois anos de estudo, ou seja, não tinha mão-de-obra qualificada sequer para transferência de tecnologia, caso fosse realizadas, sendo ela incapaz de criação tecnológica.

Como consequência dessa *industrialização "despreparada"*, teve uma queda absoluta na produção e interrompeu essa estratégia dois anos após. Na verdade, a Crise dos Mísseis em Cuba, um confronto de 13 dias (16–28 outubro de 1962) entre os Estados Unidos e a União Soviética relacionado com a implantação de mísseis balísticos soviéticos em Cuba, abriu nova perspectiva econômica.

Com a revolução, tinha deixado de ser um país "neocolonizado" pelos Estados Unidos, mas tornou-se o mesmo diante a União Soviética. Fez um aparente bom negócio em garantir um preço fixo para exportação de seu açúcar para ela, supostamente, criando condições para a industrialização.

Essa *especialização produtiva* permitiu um processo de intensificação tecnológica na agricultura e o desenvolvimento da ciência. Logo, em 1965, já tinha criado o embrião do *setor de biotecnologia*, bastante desenvolvido atualmente.

Nos anos 70, foi feita uma revisão do sistema de planejamento. A Primeira Retificação da Direção da Economia criticou *o idealismo inicial*. Em 1975, o plano ainda era industrializar gradualmente a economia cubana através do estímulo ao desenvolvimento da indústria básica, do níquel, da produção de máquinas e sementes. Havia um processo de colaboração econômica intensa com a URSS.

O preço da exportação cubana era indexado ao preço da importação de produtos soviéticos, evitando a deterioração dos termos de troca. Essa etapa perdurou até 1986, quando Mikhail Gorbatchov assumiu o governo soviético e eliminou esse indexador de preços, levando à uma perda de 30% nas relações de troca até 1990.

Cuba pressentiu os efeitos da *perestroika*, com a adoção de mecanismos de mercado, em levar ao fim da URSS em dezembro de 1991: seu PIB caiu 35% entre 1989 e 1993. Nesse Período Especial, entrou em etapa de emergência, cuja meta fundamental era *sobreviver e redesenhar a economia*, pois houve até episódios de avitaminose na população por falta de comida, além de uma série de epidemias.

Diminuiu o crescimento da população (atualmente estimada em 11 milhões pessoas), a taxa de natalidade caiu e a taxa de mortalidade aumentou. Levou quinze anos para recuperar o PIB de 1989, concluindo esse Período Especial só em 2004.

Sentiu a imediata necessidade de desenvolvimento de outros setores geradores de divisas estrangeiras. Abriu-se, então, aos investimentos externos no turismo, apesar do temor do seu passado com prostituição, drogas, doenças trazidas por estrangeiros etc.

Passou a manter boas relações comerciais com o governo da Venezuela, trocando petróleo a preço de mercado por cooperações nas áreas de saúde, assistência social, educação etc. Ele pagava em dólares por essas cooperações.

Devido aos recursos, entre 2000 e 2009, período chamado de Batalha de Ideias, priorizou *a retomada dos níveis de educação, saúde e alimentação da população*. Com a GCF-2008, percebeu sua dependência danosa de divisas estrangeiras, devido a não ter recursos para pagar seu endividamento externo.

Em 2009, elaborou uma nova estratégia, colocando como prioridade *a necessidade de equilíbrio financeiro do balanço de pagamentos* com a sustentabilidade da dívida externa, atraindo investimento estrangeiro e fazendo uma reforma fiscal. Essa Atualização do Modelo foi aprovada em 2011, mas só cumpriu 1/5 da

proposta de taxa de investimento de 25% e taxa de crescimento de 5%.

Houve *restabelecimento da relação diplomática com os Estados Unidos*, em 2014, com o governo de Barack Obama, apesar do bloqueio não ter promovido a “mudança de regime para um governo democrático”. Algumas medidas dele foram removidas gradualmente até quando, em julho de 2017, Trump acrescentou uma série de 241 medidas adicionais ao bloqueio, fechando as redes financeiras ao classificar Cuba como “terrorista”. Provocou um forte efeito recessivo.

O bloqueio e a pandemia reduziram o PIB em quase 11% em 2020. O processo de ajuste exigiu *a mudança do regime de dualidade monetária*, implementado desde 1993, quando uma parte da economia funcionava com peso cubano e outra com peso conversível em divisas, ou seja, dólar. O plano inicial era manter essa dualidade durante cinco anos.

Apesar da dificuldade de “manejar uma economia” com uma parte em peso e outra em dólar, vinte anos depois, ainda não se sabia como fazer a unificação sem perdas para os trabalhadores do setor estatal. O custo da desvalorização cambial do peso faria dispararem os preços na moeda nacional.

Em 1º. de janeiro de 2021, implementou uma mudança completa no sistema monetário. Com *a unificação*, a cotação de um para um saltou para 24 pesos por um dólar. Ajustou o salário-mínimo ao novo preço da cesta básica (1.528 pesos), mas em agosto de 2021 ela já custava 3.250 pesos! Oficialmente, a inflação naquele ano foi de 77,3%, mas há estimativa da inflação real ter atingido 152%.

Quando o financiamento externo desapareceu, houve um choque inflacionário pela *queda da oferta*. Pior, agravou-se pela inflação importada do resto do mundo.

Para aumento da obtenção de divisas, houve *a abertura do mercado cambial*. Primeiro, abriu-se a compra estatal da moeda estrangeira, depois, em meados de 2022, permitiu-se a venda de divisas ao público, isto é, a Pessoas Físicas, excluídos os trabalhadores autônomos e as pequenas e médias empresas já dolarizadas.

Por as Pessoas Jurídicas não poderem comprar dólares, a taxa de câmbio informal disparou de 130 pesos para 200 pesos por dólar até outubro de 2022. *Não se conseguiu controlar o mercado informal ou paralelo de dólares.*

José Luis Rodriguez lista o necessário ser feito.

- Como Cuba precisa de aportes de capital estrangeiro, é preciso pagar as dívidas passadas em condições renegociadas.
- Necessita equilibrar o mercado interno, porque o coeficiente de Gini era 0,25 em 1992 e hoje está superior a 0,45, desigualdade próxima da norte-americana.
- Tem de priorizar o investimento na produção de alimentos, senão importá-los, porque é politicamente insustentável um nível de consumo tão baixo.
- Tem o desafio de ultrapassar os cortes de fornecimento de energia elétrica, prejudiciais não só às pessoas, como também às fábricas.

Não é possível seguir com 35% dos investimentos no turismo (principalmente hotéis), enquanto a agricultura está com 4% dos investimentos. É urgente produzir alimentos, inclusive para os turistas!

A combinação de escassez e encarecimento recorde dos bens e serviços tem tornado o cotidiano insuportável com perdas de horas em filas para comprar o pouco permitido por habitante. *Cuba chegou à conclusão de uma coisa é o objetivo desejado e outra coisa é o possível.*

Recomendo a leitura deste oportuno livro a respeito do choque entre o sonho da abundância socialista e a realidade da escassez de uma economia bloqueada justamente por causa daquele sonho...

China: Bem-Sucedida por Socialismo de Mercado ou Capitalismo de Estado?

A liderança de Mao Tsé-Tung na China, de 1949 até sua morte em 1976, foi marcada por uma série de eventos e políticas com um impacto profundo na história do país.

Em 1º de outubro de 1949, Mao Tsé-Tung proclamou a fundação da República Popular da China na Praça Tiananmen, em Pequim, após a vitória do Partido Comunista Chinês (PCC) na Guerra Civil Chinesa contra o Kuomintang (KMT).

Em seguida, repetiu o desastre humanitário soviético com a *coletivização*. Mao iniciou uma ampla reforma agrária envolvendo a redistribuição de terras dos proprietários rurais para os camponeses pobres. Este processo incluiu campanhas de repressão e, em muitos casos, execuções de latifundiários.

Também inspirado pelo modelo soviético, Mao implementou os Primeiros Planos Quinquenais (1953-1957), focados na rápida industrialização e na coletivização da agricultura. Houve um desenvolvimento significativo da infraestrutura e da indústria pesada.

Inicialmente, Mao incentivou a crítica ao governo e ao PCCh, permitindo maior liberdade de expressão na chamada Campanha das Cem Flores (1956-1957). No entanto, quando as críticas se tornaram intensas, ele reverteu a política e iniciou a repressão dos críticos, levando à perseguição de intelectuais e dissidentes.

O Grande Salto Adiante(1958-1962) foi uma campanha para transformar rapidamente a China de uma sociedade agrária para uma sociedade socialista industrializada. A política incluiu a criação de comunas populares e a produção de aço em fornos improvisados.

A campanha de industrialização acelerada resultou em um fracasso econômico e uma das piores fomes do século XX. As estimativas de mortes variaram entre 15 a 45 milhões de pessoas devido à fome e desnutrição.

Divergências ideológicas e políticas entre a China e a União Soviética levaram à *ruptura das relações* entre os dois países, nos anos 1960, com a China criticando a liderança soviética por ser

revisionista e não verdadeiramente comunista. Daí partiu para “a purificação ideológica”.

A Revolução Cultural(1966-1976) foi uma campanha para reimpor a ideologia maoísta e eliminar elementos "contrarrevolucionários" dentro do PCCh e da sociedade. Mao mobilizou a juventude, especialmente os *Guardas Vermelhos*, para atacar os chamados inimigos do socialismo.

A Revolução Cultural causou caos social, destruição de patrimônio cultural, perseguição de milhões de pessoas, e a morte de um número não divulgado, devido à violência, tortura e prisões.

A visita do presidente dos EUA, Richard Nixon, à China em 1972 marcou um importante passo na reaproximação diplomática entre os dois países. Levou ao reconhecimento diplomático da República Popular da China pelos Estados Unidos em 1979.

Mao morreu em 9 de setembro de 1976. Sua morte marcou o fim de uma era na China. Pouco depois, houve uma luta pelo poder resultante na prisão da chamada Gangue dos Quatro. Eram aliados de Mao e considerados responsáveis pelos excessos da Revolução Cultural.

A Era de Mao Tsé-Tung foi marcada por profundas transformações sociais, econômicas e políticas, bem como por períodos de extrema turbulência e sofrimento. Seus esforços para transformar a China em uma sociedade socialista tiveram impactos duradouros, tanto positivos quanto negativos. Ainda são debatidos e sentidos na China contemporânea.

Hoje, a China é vista como uma *experiência de socialismo real bem-sucedida* devido a uma série de razões. Há um consenso a respeito da importância das reformas econômicas iniciadas em 1978 sob a liderança de Deng Xiaoping.

Essas reformas introduziram elementos de *economia de mercado* dentro do planejamento socialista, permitindo maior flexibilidade econômica. A política de “Reforma e Abertura” incluiu a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), onde o investimento estrangeiro e as práticas capitalistas foram incentivados.

Rompeu com o *mito de abolição do mercado* ser um pré-requisito para a transição socialista. Ora, “mercado” é o processo de interação humana de troca voluntária de bens e serviços, onde se indica, através dos preços relativos, as necessidades específicas (ou demandas) de cada setor de atividade ou agrupamentos sociais de uma imensa sociedade diversificada, inclusive em termos regionais.

As reformas descentralizaram a tomada de decisões econômicas, dando maior autonomia às empresas estatais e permitindo a criação de empresas privadas e cooperativas. Isso estimulou a produtividade e a inovação.

Foram realizados investimentos massivos em infraestrutura, como transportes, energia e telecomunicações para criar uma base sólida para o crescimento econômico. O governo chinês também investiu pesadamente em educação, criando uma força de trabalho qualificada e preparada para as demandas de uma economia industrializada com transferência de tecnologia estrangeira.

As políticas de abertura ao Investimento Estrangeiro Direto (IED) e a criação de um ambiente regulatório mais favorável atraíram empresas multinacionais. Como contrapartida da exploração do imenso mercado interno, trouxeram capital, tecnologia e práticas de gestão modernas.

A China se tornou a “fábrica do mundo” ao desenvolver uma base industrial robusta. O foco inicial em indústrias de mão-de-obra intensiva ajudou a criar empregos e reduzir a pobreza.

Mas ela não se voltou ao mercado interno sob protecionismo. As políticas de incentivo às exportações, incluindo subsídios e apoio governamental, permitiram à China se tornar um dos maiores exportadores do mundo, gerando enormes superávits comerciais e abundante reserva cambial.

A *gestão macroeconômica cuidadosa*, incluindo controle da inflação, manutenção de um câmbio competitivo e políticas fiscais prudentes, ajudou a sustentar o crescimento econômico em longo prazo. Somou-se ao *planejamento estratégico*.

O governo chinês implementou diversos *planos quinquenais*. Estabeleceram metas claras de desenvolvimento e alocaram recursos de maneira estratégica para setores prioritários.

A China desenvolveu um *modelo híbrido* no qual combina controle estatal sobre setores estratégicos com uma economia de mercado dinâmica. Esse modelo permitiu o país aproveitar os benefícios da integração *Chimérica* – China exporta e a América vende títulos de dívida pública para sua reserva cambial –, enquanto mantinha o controle sobre áreas críticas da economia.

Por fim, todas essas reformas econômicas, com a ruptura diante o dogmatismo da esquerda mundial, resultaram na saída de milhões de pessoas da pobreza extrema, transformando a China de um país agrário em uma potência industrial e tecnológica. Em 2010, a população urbana ultrapassou a rural.

A combinação dessas estratégias permitiu à China alcançar um crescimento econômico extraordinário, transformando-se de uma economia agrária pobre em uma das maiores economias do mundo. Esse sucesso é atribuído à capacidade do país de adaptar elementos de economia de mercado dentro de um planejamento socialista, mantendo um controle estatal estratégico e incentivando a inovação e o investimento. Ela ainda enfrenta desafios significativos, como desigualdade de renda, questões ambientais e problemas relacionados a direitos humanos e liberdades políticas.

Afinal, a China adota o “socialismo de mercado” ou o “capitalismo de Estado”?

O *socialismo de mercado* é um sistema econômico capaz de combinar elementos ditos do socialismo, como a propriedade estatal dos principais meios de produção, com mecanismos de mercado para a alocação de recursos. No caso da China, grandes setores da economia, incluindo indústrias estratégicas como energia, telecomunicações e defesa, permanecem sob controle estatal. Entretanto, há um setor privado dinâmico em crescimento.

Como já dito, a China mantém planos quinquenais e diretrizes governamentais para o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, permite a operação de forças de mercado na determinação de preços e produção em muitos setores. Em outros termos, combina

planejamento centralizado e flexibilidade de mercado. O Partido Comunista Chinês continua a afirmar seu objetivo final ser o alcance do socialismo, com uma ênfase na redução da desigualdade e no bem-estar social.

Quanto ao capitalismo de Estado, ele se refere a um sistema econômico onde o governo possui um papel dominante na economia, não apenas como regulador, mas também como proprietário e operador de empresas. Lá na China as empresas estatais dominam setores-chave e são utilizadas como ferramentas de política econômica para alcançar objetivos de desenvolvimento.

O governo chinês intervém diretamente na economia para promover crescimento, inovação e objetivos estratégicos. Isso inclui controle sobre o sistema financeiro, investimentos em infraestrutura e subsídios para indústrias prioritárias.

A política econômica é orientada para o crescimento e a competitividade global. Mas o governo desempenha um papel ativo em moldar a direção da economia.

Ambas as descrições anteriores capturam aspectos da economia chinesa. O *socialismo de mercado* destaca a combinação de propriedade estatal com mecanismos de mercado, enquanto o capitalismo de Estado enfatiza haver tolerância com iniciativas particulares, mantendo-se o papel dominante do governo na gestão e direção econômica.

Na prática, a economia chinesa é vista como *um modelo híbrido* capaz de incorporar elementos de ambos os sistemas. Ela utiliza a propriedade estatal e a intervenção governamental para moldar a economia, como seria característico do *capitalismo de Estado*, enquanto permite as forças de mercado operarem em muitos setores e utiliza essas forças para impulsionar o crescimento econômico, como seria característico do *socialismo de mercado*.

Portanto, a China pode ser descrita de acordo com a ênfase dada às diferentes características de seu sistema econômico. Ambos os termos – *socialismo de mercado* e *capitalismo de Estado* – ajudam a capturar a complexidade e as especificidades do modelo econômico único desenvolvido pela China.

As lições extraídas de sua experiência bem-sucedida são:

1. identificar e promover setores econômicos com potencial de crescimento e competitividade, como agricultura de valor agregado, turismo, serviços de tecnologia da informação, indústrias criativas e energias renováveis;
2. oferecer incentivos fiscais, garantias de investimento e infraestrutura adequada para atrair investimentos estrangeiros em setores prioritários;
3. estabelecer parcerias com países mais avançados tecnologicamente para transferência de conhecimento, tecnologia e capacitação técnica;
4. criar políticas e programas de incentivo à inovação, pesquisa e desenvolvimento para promover a geração de tecnologia local;
5. oferecer financiamento, incubadoras de empresas e programas de capacitação para incentivar o surgimento e crescimento de startups e pequenas e médias empresas inovadoras;
6. desenvolver um ambiente propício ao empreendedorismo, com regulações simplificadas, acesso a capital de risco e suporte técnico;
7. promover a produção local de bens anteriormente importados, reduzindo a dependência de divisas estrangeiras e estimulando a indústria nacional;
8. expandir os mercados de exportação para além dos tradicionais, buscando oportunidades em novas regiões e diversificando a pauta de exportações;
9. investir em programas de educação e formação profissional para desenvolver habilidades técnicas e gerenciais necessárias para os setores prioritários;
10. atrair e reter talentos nacionais e estrangeiros qualificados para impulsionar a inovação e o desenvolvimento tecnológico;
11. manter políticas macroeconômicas prudentes para garantir estabilidade e confiança dos investidores e reduzir a volatilidade econômica;

12. implementar políticas econômicas consistentes e de longo prazo para evitar incertezas e criar um ambiente propício ao investimento e ao desenvolvimento. Só.

A China se autodefine como “um socialismo com características chinesas”.

Conclusão.

Socialdemocracia como Estágio na Transição Sistêmica

Alcançar uma condição de *social-democracia* em um país subdesenvolvido requer uma abordagem gradual e adaptada às circunstâncias específicas de cada nação. Por isso, surgiu a expressão *social-desenvolvimentismo* para designar os adeptos de uma adequação dessas experiências europeias ao contexto latino-americano, aliás, bastante diferenciado entre o Brasil e as nações vizinhas, além das demais até o México, vizinho de uma potência hegemônica arrogante, mas em processo de atingir o ranking dos dez maiores PIBs mundiais, como já é o caso brasileiro.

Algumas etapas e considerações úteis nesse processo são as seguintes. O Brasil, sob governos sob a hegemonia negociada de um partido de origem trabalhista com os demais aliados, busca implementar políticas de modo a promover o *crescimento econômico inclusivo*, redistribuindo os benefícios do desenvolvimento para toda a população, em vez de concentrá-los em uma elite.

Para tanto, tem de priorizar investimentos em educação de qualidade, cuidados de saúde acessíveis e outras políticas sociais capazes de reduzir a desigualdade e promoverem a mobilidade social. Sem o fortalecimento das instituições democráticas, com o fortalecimento do Estado de Direito, ao contrário do governo neofascista-neoliberal anterior, não garante as instituições democráticas com o respeito aos direitos humanos, à independência do Poder Judiciário e ao combate à corrupção.

A participação cidadã ainda é frágil no Brasil. Cabe então ao atual governo, eleito democraticamente por uma pequena maioria, promover a participação ativa da sociedade civil na tomada de decisões políticas e no monitoramento do próprio governo para garantir transparência e responsabilidade.

As políticas de bem-estar social, exigidas para o alcance da socialdemocracia como uma etapa da transição sistêmica rumo a um

novo modo de produção, exigem cuidados da seguridade social. Significa implementar sistemas abrangentes de seguridade social de modo a garantir a proteção contra a pobreza, o acesso a cuidados de saúde, educação e previdência social para todos os cidadãos.

A redistribuição de renda é até mais fácil, diante da difícil redistribuição de riqueza, caso se considere a acumulada ao longo da vida ativa de muitos trabalhadores. É necessário o debate público esclarecer e distinguir a "sorte do berço" do esforço individual de acumulação de riqueza para a aposentadoria e a ajuda aos seus herdeiros.

Nesse sentido, adotar políticas fiscais progressivas capazes de tributar os mais ricos e redistribuírem a renda para financiar serviços públicos e programas sociais deve passar por um debate no Congresso Nacional. A faixa dos bilionários do segmento *Private Banking*, capazes de serem tributados sem sentir a diferença ("depois de um bilhão de dólares não se pensa em consumismo barato") deve ser distinguida da classe média do Varejo de Alta Renda.

Para essa construção nacional de uma sociedade mais igualitária, é necessário o diálogo social e negociação coletiva. No caso das *relações trabalhistas*, cabe promover o diálogo social entre empregadores, trabalhadores e governo para negociar condições de trabalho justas, salários dignos e proteção social para os trabalhadores.

Embora decadente, por causa das reformas neoliberais do governo golpista (2016-2018) com o corte das verbas dos sindicatos, ainda existe espaço para a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores garantir direitos trabalhistas e condições de trabalho decentes. O maior desafio diz respeito às novas gerações de microempreendedores "urberizados" e "pejotizados", pois são *superexplorados*, seja em extensão de jornadas de trabalho, seja em carência de direitos trabalhistas.

Um problema é ter a visão larga nacional para a redução de disparidades regionais. As *políticas de desenvolvimento regional e urbano* são capazes de reduzir as disparidades econômicas entre áreas urbanas e rurais, promovendo o crescimento inclusivo e a equidade territorial. *Novamente, é "fácil de falar, difícil de fazer".*

Para investir em infraestrutura urbana, habitação acessível e transporte público para promover o desenvolvimento sustentável das cidades e melhorar a qualidade de vida dos habitantes urbanos é necessário... dinheiro! Verbas! São disputadas na aprovação dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

A “salvação da pátria” é colocada por muitos na *cooperação internacional*. Serve até para países pequenos, mas não são suficientes para gigantes como o Brasil.

A assistência ao desenvolvimento busca apoio e cooperação internacional, tanto financeiro quanto técnico, de organizações internacionais, países desenvolvidos e agências de desenvolvimento para fortalecer as capacidades institucionais e promover o progresso social e econômico. *Tudo muito bom, tudo muito bem, mas realmente... é melhor confiar na integração regional.*

Para tanto, participar ativamente de blocos regionais e acordos de cooperação para promover o comércio justo, a integração econômica e o desenvolvimento conjunto de maneira a apoio mútuo junto a todas as nações latino-americanas talvez seja “a salvação da lavoura”, isto é, a promoção do comércio continental. Países abaixo da linha do Equador se encontram distantes das Cadeias Globais de Valor (CGV) do Norte rico. Talvez seja mais barato comercializar com a África...

Enfim, a transição para uma condição de social-democracia em um país subdesenvolvido requer um compromisso de longo prazo com políticas progressistas, instituições democráticas fortes e investimentos em desenvolvimento humano e bem-estar social. É um processo gradual exigente de uma abordagem multifacetada e adaptada às necessidades e realidades específicas de cada país.

Através de políticas inclusivas e participativas, é possível alcançar um desenvolvimento econômico e social sustentável de modo a beneficiar toda a população. Não será fácil, tampouco em curto prazo, no mandato de um governo progressista. Exige seguidas reeleições de governos de Frente Ampla com aliados igualmente com essa *pretensão social-desenvolvimentista*.

A *social-democracia* (nem o *social-desenvolvimentismo*) exige a estatização completa dos meios de produção, como equivocadamente

ocorre em sistemas socialistas mais radicais. Em vez disso, o *social-desenvolvimentismo* se baseia em um sistema econômico misto, como o chinês, capaz de combinar elementos de mercado com uma ampla rede de proteção social e intervenção estatal para garantir o bem-estar da população.

A maioria dos meios de produção permanece nas mãos de empresas privadas. Operam com base no lucro e na competição de mercado.

O governo desempenha um papel ativo na regulação da economia, implementando políticas para corrigir falhas de mercado, promover a igualdade de oportunidades e proteger os direitos dos trabalhadores e consumidores. Mas ele não elimina a propriedade privada nem tampouco a intervenção estatal obstrui os negócios privados legais.

Em alguns casos, setores considerados estratégicos para o interesse público, como energia, transporte, saúde e educação, costumam ser pelo menos parcialmente estatizados para garantir acesso universal e equitativo a esses serviços. O Estado mantém a participação ou o controle em empresas públicas com prestação de serviços essenciais, mas também podem existir empresas privadas concorrentes nesses setores.

A social-democracia, bem como o social-desenvolvimentismo, promove uma ampla rede de proteção social, que inclui seguro-desemprego, saúde pública, educação gratuita, aposentadoria e outros benefícios sociais financiados pelo Estado. Políticas trabalhistas, como salário mínimo, limites de horas de trabalho, licenças parentais e proteção contra demissões injustas, são estabelecidas para proteger os direitos dos trabalhadores e garantir condições de trabalho dignas.

Quanto à redistribuição de renda, impostos progressivos são aplicados para financiar programas sociais e reduzir a desigualdade de renda, garantindo uma distribuição mais equitativa da riqueza e oportunidades. O governo implementa regulamentações para controlar o sistema financeiro, prevenir abusos e garantir a estabilidade econômica e o acesso ao crédito para indivíduos e empresas.

Embora a social-democracia e o social-desenvolvimentismo possam envolver alguma estatização seletiva de setores estratégicos e uma forte intervenção estatal na economia, *não exigem a estatização completa dos meios de produção*. Em vez disso, ambos regimes buscam *um equilíbrio entre o mercado e o Estado*, com o objetivo de garantir o bem-estar da população, promover a igualdade de oportunidades e mitigar as desigualdades sociais e econômicas.

Obras do Autor com *links* para *download*

Fernando Nogueira da Costa – *Inteligência Artificial em Transdisciplinaridade*. julho 2024

Fernando Nogueira da Costa (org.) – *Dossier 30 Anos Após o Plano Real*. jun 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Economês e Financês: Jargão Profissional*. maio 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Riqueza Mundial – Alocação na Economia Global* - abr 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Brasil Rico com Brasileiros Pobres* - mar 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Inteligência Artificial em Finanças* - mar 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Crítica da Economia Sem Finanças* - fev 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos e Banquetas* – Edição Reduzida – 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Capitalismo Financeiro Tardio* – Edição Atualizada – 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Economia Brasileira Contemporânea* – jan 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Conhecimento é Dívida* – jan 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Armadilha do Identitarismo: Uma Resenha* – dez 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Brasil Urbano: Estratégia de Sobrevivência em Serviços* – nov 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Economia e Política Argentina* – nov 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Análise de Complexidade via Consistência entre Fluxos e Estoques* – out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Macroeconomistas Comparados: Keynes X Kalecki* out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Keynes, Filósofo Social* set 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Financistas Comparados: Hyman Minsky e Ray Dalio*. setembro 2023.

Fernando Nogueira da Costa – *Aprendizagem Humana com Aprendizagem de Máquina para Abordagem Sistêmica Financeira*. julho 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Finanças*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Capitalismo Financeiro Tardio*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Ciclos Históricos Longas Ondas e Tendências Demográficas*. mar 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2023

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Clara E. Mattei. *A Ordem do Capital*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Escrituração do Patrimônio Financeiro*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fatos e Dados contra Mentiras Eleitoreiras*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Livro Negro do Desumano*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Rede de Apoio e Enriquecimento* set 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Von Mises e Ciclo de Crédito*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – Cartalismo e Finanças Funcionais. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Complexidade e a Arte da Política Pública. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Grande Reversão Demográfica. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Bancos: Financiamento e Missão Social. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Inflação e Transmissão da Política de Juros. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo. maio 2022.

Fernando Nogueira da Costa - Liberalismo X Esquerdismo. abril 2022

Fernando Costa. O Banqueiro Comunista. Versão Livro. março 2022

Fernando Nogueira da Costa – Diagnóstico do Estado Atual da Economia Brasileira. fev 2020.

Fernando Nogueira da Costa – Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – Dívida Pública e Dívida Social. jan 2022

Fernando Nogueira da Costa – The Economist – Seis Grandes Ideias. dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade – dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – Segredo do Negócio Capitalista - nov 2021

Fernando Nogueira da Costa – Transdisciplinaridade - out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou - Motor da Desigualdade. 2021

Fernando Nogueira da Costa – Post-Keynesianism and Horizontalism. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. Socialismo e Democracia segundo Schumpeter. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Evolução Sistêmica Financeira. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Futuro do Emprego. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Ortodoxia X Heterodoxia na Economia. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Formação e Mercado de Trabalho de Economistas. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. Política e Planejamento Econômico. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. Política Econômica e Planejamento Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. Política Econômica e Planejamento Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. Socialismo. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução e Resumo da História de Wall Street. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições – 2a. Edição* fevereiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira 2a. Edição* Revista janeiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019

A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil*. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* – 10.09.2010

Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaios de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018). Disponibiliza em seu blog cerca de cem livros digitais de sua autoria ou de traduções. Escreveu muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda. Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu mais de 10 milhões visitas.